



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

RENATA DE ALMEIDA BICALHO

**ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CATEGORIAL DA
OBJETIVIDADE/SUBJETIVIDADE EM O CAPITAL (1867): UM APORTE
TEÓRICO PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS MARXISTAS**

**Belo Horizonte
2014**

Renata de Almeida Bicalho

**Elementos para uma análise categorial da objetividade/subjetividade em *O capital*
(1867): um aporte teórico para os Estudos Organizacionais Marxistas**

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Paes de Paula

**Belo Horizonte
2014**

Ficha Catalográfica

B583e
2014

Bicalho, Renata de Almeida.
Elementos para análise categorial da objetividade / subjetividade em O Capital (1867) [manuscrito] : um aporte teórico para os estudos organizacionais marxistas / Renata de Almeida Bicalho. – 2014. 139 f.

Orientadora : Ana Paula Paes de Paula.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 136-139).

1. Marx, Karl, 1818-1883 – Crítica e interpretação – Teses.
2. Filosofia marxista – Teses . 3. Economia marxista – Teses.
4. Organização – Teses. I. Paula, Ana Paula Paes de.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. IV. Título.

CDD: 335.412



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **RENATA DE ALMEIDA BICALHO PINTO**, REGISTRO N° 132/2014. No dia 25 de agosto de 2014, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 14 de agosto de 2014, para julgar o trabalho final intitulado "**Elementos para uma análise categorial da objetividade/ subjetividade em O capital (1867): Um aporte teórico para os estudos organizacionais Marxistas**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof^a. Dr^a. Ana Paula Paes de Paula, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 25 de agosto de 2014.

NOMES

ASSINATURAS

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Paes de Paula
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

..... *Ana Paula Paes*

Prof^a. Dr^a. Deise Luiza da Silva Ferraz.....
(CEPEAD/UFMG)

..... *[Assinatura]*

Prof^a. Dr^a. Ester Vaisman
(FAFICH/ UFMG)

..... *Ester Vaisman*

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho
(Universidade Federal de Juiz de Fora/MG)

..... *[Assinatura]*

Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes
(Universidade Federal de Juiz de Fora/MG)

..... *[Assinatura]*

..... *[Assinatura]*

Dedico esta tese ao meu grande companheiro,
exemplo e amor, sem ele a conclusão desta
não seria possível.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela presença incondicional em minha vida, especialmente nos momentos difíceis por que passei durante estes últimos três anos. E por toda força e saúde reconquistados que possibilitaram a conclusão deste doutorado. Agradeço-vos amplamente por tudo.

Ao meu amor, sem o qual este trabalho não seria possível. Por todo companheirismo, paciência, afeto e dedicação. Também pela atenção a este trabalho, lendo-o, discutindo comigo, cotejando passagens nos originais em alemão etc. Sempre um apoio e uma referência, mais que um marido, um companheiro em todos os aspectos da vida. Palavras nunca serão capazes de expressar o quão grata eu sou ao Elcemir, pois ele foi e é a razão e a possibilidade dos meus sonhos se tornarem realidade.

À mamãe e ao papai (in memoriam), por todo amor e dedicação investidos em minha formação. Sempre me estimulando e acreditando em meu potencial. Se hoje eu posso ser o que sempre sonharam é graças a vocês. Sou muito grata por todo exemplo oferecido e por toda dedicação que tiveram, trabalhando noites e fins de semana a fio para garantir que tivéssemos a melhor formação possível. E não é só por isso, por toda paciência nos momentos de dificuldade, em que vocês sempre estavam presentes. A certeza de que os tinha sempre me deu forças para seguir. Muito obrigada!

À minha querida irmã e amiga, presente em meu lado nos momentos mais difíceis, me ajudando a superá-los e me estimulando a me superar. Com você, eu partilhei uma perda incalculável, mas isso nos aproximou muito e, assim, uma ajudou a reconstruir a outra.

Ao meu filho querido, Kaíque, por todo carinho e companheirismo, sempre presente ao meu lado inclusive nas horas mais difíceis. Você sempre foi um alento e um estímulo para a minha superação.

À minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Paula, pelo carinho ao me acolher como sua orientanda, mesmo passados dois anos de doutoramento; por acreditar no meu projeto de pesquisa; pela sempre perfeita orientação, capaz de garantir o norteamento e a segurança que eu tanto necessitava. Também muito obrigada por entender os momentos em que passei por

problemas de saúde e por defender minha permanência no doutorado. E por me encorajar a superar todos os limites e concluir a minha obrigação. Muitíssimo obrigada!

À Prof.^a Dr.^a Deise por aceitar compor a banca de avaliação, pelas contribuições apresentadas ao projeto desta tese e pela edificante interlocução no grupo de pesquisa TRAMA e nos encontros da ANPAD.

À Prof.^a Dr.^a Ester pela oportunidade de participar o grupo de pesquisa “Marxologia – filosofia e estudos confluentes” e das discussões sobre aparência e essência, a partir do que se desenvolveu o meu interesse pelo trabalho de Karl Marx. Pelos ensinamentos sobre as questões epistemológicas e pensamento político propiciados nas suas duas disciplinas que cursei. Por aceitar compor a banca de avaliação e pelas contribuições ao projeto desta tese.

Ao Prof. Dr. Rodrigo pelos ensinamentos repassados em nossos grupos de estudos sobre o pensamento marxiano e por aceitar compor a banca de avaliação desta tese.

Ao Prof. Dr. Ronaldo, primeiramente, por me receber de modo acolhedor no grupo de discussões sobre aparência e essência, buscando me integrar ao debate e esclarecer questões. Pelas interlocuções posteriores com as quais muito aprendi sobre Marx e Lukács. Por aceitar compor a banca de avaliação e por todas as contribuições ao projeto desta tese.

Aos professores e funcionários do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD/FACE/UFMG –, pelo conhecimento proporcionado, seja ele teórico ou para a vida. Especialmente, à Lili, à Mara e a Érica por todo carinho oferecido durante o período em que estive fragilizada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de uma bolsa de estudos durante os dois primeiros anos de doutoramento. E à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que por meio do programa de apoio à qualificação dos servidores (PROQUALI) me concedeu uma bolsa de estudos para o período final do Doutorado, Aos colegas da turma de doutorado ingressantes em 2009, pelas oportunidades de discussões qualificadas, que possibilitaram aprimorar muito os meus conhecimentos e posicionamentos e pelas amizades construídas. Agradeço, sobretudo, pela amizade e por tudo o que ela significa, aos amigos da minha turma: Wesceley, Fernanda, Carolina, Adriana Marra, Danilo, Amon e Flávio e; e aos outros amigos que tive o prazer de conhecer no CEPEAD: Ana Diniz, Raquel, Ludmila, Vanessa, Mayumi, Daniel, Leonardo.

As minhas diletas amigas Maysa e Miriam pelo carinho e respeito sempre presentes e por incentivarem a continuação dos meus estudos e compreenderem meus períodos de ausência.

Aos profissionais e amigos que conheci ao longo desta jornada, Virgínia, Dr. Sérgio, Carla e Fernanda, o trabalho, a competência e a dedicação de vocês foram fundamentais para que eu pudesse me reestabelecer e chegar a este momento.

Aos meus atuais colegas de departamento (CAD/UFJF), especialmente, ao Angelo, Virgílio, Cássia, Danilo e Victor pela compreensão e estímulo em todos os momentos. E aos meus antigos colegas de departamento (DCSA/CEFET-MG), pela acolhida e ensinamentos. Entre esses últimos, sobremaneira, ao Prof. Paulo por me orientar em meus primeiros passos na docência.

Aos tutores da educação à distância Alecir, Alisson, Cíntia, Joyce, Lílian Ferrugini, Patrícia e Telma por dividirem comigo o processo de ensino, aprendi muito com vocês.

Aos técnicos administrativos da FACC/UFJF, sobretudo Adriana Andrade, Ozório, Cláudia, Hélio, Welton e Ivan. E aos funcionários terceirizados da faculdade, com destaque para Ézio, Clarice, Rosa, Christiane e Adriana Dutra. Obrigada queridos por todo carinho e apoio dedicado em cada momento de nossas interações.

Aos meus orientados, que muito me ensinaram com seus trabalhos. Especialmente ao Henrique Caproni, grande acadêmico, com quem muito aprendo, partilho inquietações e com quem sempre foi um prazer e um estímulo trabalhar.

A todos os membros das equipes dos projetos de que participei, entre eles: Henrique de Almeida, Lílian Bambirra, Felipe e a todos os membros do grupo de pesquisas TRAMA – Trabalho e Marxismo, pelo aprendizado obtido por meio de discussões qualificadas e proveitosas.

A todos vocês, muitíssimo obrigada!

Quando o *homem* efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra, aspirando e expirando suas forças naturais, assenta suas *forças essenciais* objetivas e efetivas como objetos estranhos mediante sua exteriorização (*Entäusserung*), este [ato de] *assentar* não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais *objetivas*, cuja ação, por isso, tem também que ser *objetiva*.

Karl Marx (2008, p.126, destaques no original)

RESUMO

A pesquisa que desenvolvemos foi movida pelo seguinte problema: como se apresenta a relação objetividade-subjetividade no primeiro volume de *O capital*? Assim sendo, o objetivo que move esta tese é: indicar a presença marcante do aspecto subjetivo sempre em relação recíproca com a objetividade no primeiro volume de *O capital*. Tal questão torna-se relevante para os Estudos Organizacionais porquanto os seus pesquisadores, mesmo aqueles com afinidades marxistas, desconsideram a existência do aspecto subjetivo no pensamento marxiano ou o consideram nada desenvolvido, buscando outras bases para suprir esta suposta lacuna. Já a tese que defendemos é que não existe uma autonomização do subjetivo no volume um de *O capital*, visto que a subjetividade não é tomada como singularidade pura. E, portanto, os estudiosos marxistas das organizações têm um problemático ponto de partida ao buscar esta autonomização em Marx, a despeito da insuprimível relação dialética existente entre objetividade e subjetividade. Nesse sentido, defendemos que não há uma teoria geral da subjetividade nem uma consideração autônoma dessa, senão o relacionamento dialético nos casos concretos, isto é, a dialética entre objetividade e subjetividade respeita a trama própria da materialidade dos momentos particulares e também historicamente determinados sem que com isso saia do movimento a preponderância da objetividade, em última instância. A tese foi desenvolvida na sequência descrita a seguir. Primeiro, apresentamos os principais pontos que instigaram tal pesquisa: (i) as bases filosóficas que inspiraram uma cesura epistemológica nas obras de Karl Marx ; (ii) como não se encontra claro para os estudiosos marxistas das organizações – sejam eles estrangeiros e possuam inclinação epistemológica, do Labour Process Theory, do Critical Management Studies ou brasileiros – o modo em que se estabelece a relação objetividade-subjetividade nas linhas marxianas; (iii) o ponto de partida e o alicerce para a análise da obra marxianas publicada em 1867, a partir de György Lukács e José Chasin. Então, apresentamos o cerne desta tese, os resultados obtidos a partir da análise do primeiro volume de *O capital*, capítulo este que foi dividido em quatro tópicos que representam as categorias centrais da análise empreendida, sejam elas: trabalho como forma de mediação entre objetividade e subjetividade; trocas e circulação das mercadorias; personificações e os interesses materiais; ciência e determinação social do pensamento. Por fim, concluímos o trabalho afirmando que *O capital* torna-se incompreensível se forem rompidas as cadeias de nexos reais no interior da unidade entre ser e pensar, entre objetividade e subjetividade mediadas pelo atuar efetivo no interior e por meio de relações

sociais historicamente determinadas e em esferas sociais também particulares. Nesse sentido os estudiosos das organizações que buscaram em Marx um tratamento autônomo da questão da subjetividade tinham por princípio um ponto de partida problemático. Por decorrência, foram impelidos inadvertidamente à busca de supostas complementações por vezes profundamente incoerentes com as bases marxianas. Marx não poderia mesmo fornecer uma teoria da subjetividade humana porque parte da unidade ontoprática entre objetividade e subjetividade e não poderia dar um tratamento exclusivo a algo que não é autônoma e não tem, por si mesmo, lógica própria.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ARQUEOLOGIA DE UMA APREENSÃO NÃO DIALÉTICA ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE	19
2.1 Problema epistemológico.....	19
2.1.1 Cesura epistemológica: o jovem e o velho Marx.....	19
2.1.2 Marx em dois quadrantes.....	21
2.2 Da objetividade de Braverman a subjetividade do <i>Critical Management Studies</i>	26
2.2.1 <i>Labour Process Theory</i> e a omissão consciente de Braverman.....	26
2.2.2 Da crítica a (Marx) Braverman a interdependência abstrata	32
2.3 A impotência confessa na análise marxista das organizações no Brasil	40
2.4 Trilhas para uma apreensão autêntica do problema: Lukács e Chasin	48
3. OBJETIVIDADE/SUBJETIVIDADE EM O CAPITAL	54
3.1 Trabalho como forma de mediação entre objetividade e subjetividade	54
3.2 Trocas e circulação das mercadorias	69
3.3 Personificações e os interesses materiais.....	85
3.4 Ciência e determinação social do pensamento	112
4. CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

1. INTRODUÇÃO

Cumpra, primeiramente, situar o leitor acerca da área de pesquisa e do campo temático em que desenvolvemos os estudos de doutoramento, bem como oferecer informações sobre o núcleo de pesquisas a que nos vinculamos.

A área de pesquisa a qual nos integramos, desde o Mestrado, é denominada “Estudos Organizacionais e Sociedade”, especificamente, no campo temático “Estudos Organizacionais e Crítica”, que é descrito pela instituição (CEPEAD/FACE/UFMG) da seguinte forma:

Este campo temático desenvolve uma visão crítica dos estudos organizacionais, problematizando suas diversas abordagens teóricas: a Escola de Frankfurt, o pós-estruturalismo, o marxismo e a psicanálise. Estudando as relações entre as organizações, os indivíduos e a sociedade, esta área temática busca construir caminhos alternativos, éticos e reflexivos para a vida social, para a gestão empresarial, pública e do Terceiro Setor e para o ensino e pesquisa em administração. Do ponto de vista metodológico, o campo privilegia abordagens qualitativas e dialéticas, **incentivando tanto estudos teóricos quanto empíricos**, em uma tentativa de integração entre a teoria e a prática organizacional. Entre os temas principais, destacam-se: poder, ideologia, autogestão, resistência, subjetividade, crítica do management, pedagogia crítica, movimentos sociais, minorias, sociedades e experiências alternativas, cooperativismo, economia solidária, desenvolvimento local, entre outros (CEPEAD, 2014, destaque nosso).

Inserido nessa mesma área de pesquisa encontra-se também o Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), o qual

é um núcleo interdisciplinar que concentra suas atividades na investigação também interdisciplinar de fenômenos organizacionais e sociais, procurando **construir interfaces entre as áreas da Teoria Organizacional e o Pensamento Social, incorporando aspectos filosóficos, sociológicos e psicológicos**. O Núcleo desenvolve uma visão simbólica e crítica dos elementos objetivos e subjetivos constitutivos da vida organizada nas sociedades. Neste sentido, abarca o estudo dos discursos e práticas de gestão, as relações de poder constitutivas da vida social e organizacional e o pensamento sobre a vida humana e as organizações. Abriga estudos de natureza não positivista, privilegiando metodologicamente a abordagem qualitativa por meio da análise de discurso, da análise de conteúdo, da **construção de teoria**, da história de vida e da historiografia, buscando inovações metodológicas sempre que possível. (NEOS, 2014, destaques nossos).

Destacamos das passagens acima a incorporação nas pesquisas desenvolvidas no NEOS de aspectos filosóficos e, especialmente, a prerrogativa de desenvolver trabalhos de cunho teórico tanto no núcleo como no programa de pós-graduação, pois esses são raríssimos e dificilmente aceitos na maior parte dos programas de pós-graduação em Administração, em seus núcleos de pesquisa e pelos orientadores da área. Tal restrição, felizmente, não sobreveio, graças principalmente à orientadora em questão.

Conforme já alertaram Paço-Cunha e Bicalho (2008), existe nas ciências sociais aplicadas, com destaque para a área de Estudos Organizacionais, uma *empiricofrenia*, ou seja, uma predisposição para pesquisas de caráter empírico, certas vezes numa leitura das ciências normais, em que o mesmo estudo é replicado em organizações distintas a fim de corroborar os resultados obtidos. Outras vezes e em sua maioria, investigações movidas pelo interesse na peculiaridade de cada caso. Dado tal viés empirista, o número de dissertações e teses que se destinam a recuperar e desenvolver discussões teóricas é bastante restrito. A maioria absoluta dos trabalhos contenta-se com um referencial que se adstringe ao resgate dos estudos e dos intelectuais de maior renome acerca da temática de interesse, realizando, por vezes, junções questionáveis e superficiais entre registros filosóficos muito distintos. Em outros termos, “nos trabalhos teórico-empíricos, a proeminência é ‘dos resultados da pesquisa’, cuja discussão anterior é mero ‘referencial teórico’: o reinado ainda é o da constatação, da averiguação empírica, da separação entre teoria e prática” (PAÇO-CUNHA; BICALHO, 2008, p. 13).

Para tanto, foi desenvolvida uma estrutura tal que possibilitasse aos leitores identificar e contextualizar a problemática e as bases teórico-filosóficas da pesquisa que culminará na tese de doutoramento. Isso tendo em vista que a proposição de uma pesquisa teórica, como é o caso, não pode seguir o formato e a formatação típicos de um projeto de pesquisa empírica.

É notório que, mesmo vinculado à Administração, em sua essência, a área de Estudos Organizacionais possui natureza mais reflexiva e crítica que as áreas tipicamente funcionais e que tal caráter deve-se a estreita vinculação de suas pesquisas com as ciências humanas em geral. Tal implicação é, contudo, problemática, uma vez que o referido vínculo essencial redundará no afunilamento das ideias advindas das ciências humanas para o emprego nas pesquisas empíricas desenvolvidas por essa área da Administração. Destarte,

a prática da pesquisa e a reflexão nos estudos organizacionais, em relação ao pensamento social, “funciona”, entretanto, como um tipo de “funil” (para dizerem que metaforizei), de boca larga e saída bem estreita. Poder nas organizações, cultura nas organizações etc.; o tema está na amplitude do pensamento social (a boca) e as organizações, na saída, do “funil”. Isto tem implicado historicamente a seleção de ideias que interessam, a bricolagem impensada de autores diferentes e, por vezes, com registros filosóficos muito distintos, a deformação e, por fim, a “aplicação” às organizações (PAÇO-CUNHA, 2008, p. 13).

O funil é utilizado, então, como meio para reter e direcionar o pensamento sociológico, filosófico, psicológico etc. para a aplicação no objeto que se encontra no cerne dessa linha de estudos, a organização. Diante dessa imposição de responsabilidades – pensar

lá (na filosofia e ciências humanas), selecionar e aplicar aqui (nos estudos organizacionais) –, pouco ou nada se desenvolve em termos reflexivos. Nessa especialização, “curiosamente ou não, o produto não tem sido a seleção das melhores coisas, mas as piores coisas da seleção” (PAÇO-CUNHA, 2008, p. 13).

A partir dessas constatações, seria importante que se recuperasse e inspecionasse os seus fundamentos. Tal inspeção é pertinente inclusive para averiguar certas visões filosóficas e/ou sociológicas consolidadas, reproduzidas e inquestionáveis, como ocorre, por exemplo, a interpretação da obra de Karl Marx pela análise marxista das organizações. Esse intelectual é, inegavelmente, um dos principais pilares das ciências sociais, na qual se inclui a área de Estudos Organizacionais. As controvérsias atinentes à interpretação das ideias marxianas são numerosas e ainda inconclusivas. Destacamos o debate sobre o posicionamento de Karl Marx sobre a relação objetividade-subjetividade. Especificamente na análise marxista das organizações, existe uma visão comum acerca do predomínio da objetividade e exclusão da subjetividade, principalmente nos textos do “Marx-maduro”. Assim, os teóricos desta área, nacionais ou estrangeiros, tendem a buscar em outras fontes elementos que possam suprir a suposta limitação marxiana, tantas vezes nos textos de Max Weber, na Teoria Crítica Frankfurtiana, na psicanálise e psicossociologia francesa.

Incurções visando suprir a suposta exclusão marxiana da subjetividade não são um privilégio desta área de conhecimento, o que podemos exemplificar pelas conversações estabelecidas entre Marx e Freud pelos trabalhos dos professores da filosofia Gandler (2006) e do serviço social Silveira (2002).

O primeiro afirma que “um dos pontos centrais de sua obra magna, O capital, é sua crítica à irracionalidade atual, não só em termos econômicos mas também em termos intersubjetivos. Grandes paralelos podemos ver nos conceitos marxistas de fetichismo, reificação e aparência objetiva com a crítica Freudiana (e mesmo Nietzscheana) a suposta racionalidade de nossa subjetividade onipresente atual, é um dos pontos-chave por que o marxismo ocidental, sobretudo a Teoria Crítica, mais tarde pôde confrontar de maneira tão produtiva a tais pensadores e seus aportes centrais”¹ (GANDER, 2006, p. 119, tradução livre).

¹ Uno de los puntos centrales de su obra magna, El capital, es su crítica a la actual irracionalidad, no solamente en términos económicos, sino también en términos intrasubjetivos. Las grandes paralelas que podemos ver en los conceptos Marxianos de fetichismo, cosificación y apariencia objetiva con la crítica Freudiana (e incluso Nietzscheana) a la supuesta racionalidad onnipresente de nuestra actual subjetividad, es uno de los puntos claves

A partir desta aproximação, ele analisa os textos marxianos por uma lente idealista e assim é capaz de concluir que: “já reconheceu o ‘legado’ de Hegel que existe em *O capital*, no sentido de que a realidade é, em princípio, acessível à razão e também, em princípio, pode ser moldada por ela, ou seja, que a conciliação dos interesses gerais com os particulares é possível, igualmente em princípio, e que o processo de desenvolvimento de seres humanos que fazem a história tende (ou pode tender) a ele” (Idem, p. 131).

Já a professora Silveira (2002) desenvolve uma pesquisa, na qual ela se propõe a “retomada do pensamento de Marx”, o que se deu “a partir das formulações presentes nos *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844* e no Livro 1 de *O capital*. Esse será o pano de fundo sobre o qual se buscará elaborar o necessário diálogo com outras áreas de conhecimento, em especial a psicanálise, na constituição da relação entre os planos objetivo e subjetivo, nas dimensões de singularidade e de protagonismo coletivo” (p. 103). Deste diálogo, “o acesso às formulações de Marx permite a percepção de como a individualização do homem e sua personalidade constituem-se na concretude da vida social, no interior de um determinado processo histórico que interpela e marca o sujeito” (p. 105), enquanto “o pensamento de Freud ajuda na compreensão deste mecanismo psíquico, tanto na Psicologia das massas e análise do eu, quanto em *O mal-estar na civilização*” (p. 106).

No entanto, não houve ainda qualquer movimento em direção à análise imanente das ideias marxianas, que visasse entender como se estabelece efetivamente nessas ideias a referida relação. Na maior parte dos casos, adota-se uma posição exógena ao pensamento marxiano, enxertando elementos e comparações estranhas sempre que a oportunidade permite.

Possivelmente, tal iniciativa ainda não se desenvolveu devido ao preconceito de que o pensamento marxiano se limita ao âmbito econômico – tomando isso por um entendimento muito restrito –, sendo mesmo classificado como “evolucionista, determinista, ‘objetivista’, positivista” e negligenciador das subjetividades (SANTOS, 2008, p. 1). Além do desdém pelo âmbito da subjetividade vigente em certas correntes marxistas que consideram “como um fenômeno secundário, mero reflexo das determinações materiais, das relações de produção, inviabilizando, assim, uma reflexão rica e complexa sobre a subjetividade humana” (CHAGAS, 2013, p. 63). Para Chagas (2013), esta conclusão advém de uma interpretação prematura de certas passagens da obra marxiana em que o filósofo de Trier declara que a vida

por qué el posterior marxismo occidental, sobre todo la Teoría Crítica, pudieron confrontar de manera tan productiva a tales pensadores y sus aportaciones centrales.

determina a consciência e não o contrário, como defendiam os idealistas alemães, o que conduz “a um mecanicismo entre a esfera da produção da existência (determinante) e a esfera da subjetividade, das ideias e da consciência (determinada), sem uma ideia de unidade ou de práxis como mediação entre a objetividade e a subjetividade” (p. 64). O primeiro volume de *O capital*, especificamente, recebeu inúmeras investidas, das estranhas buscas às dialéticas de conceitos às formidáveis análises sobre problemas “metodológicos”. Por se tratar de um trabalho muito visitado parece também ter se esgotado as possibilidades de investigação. E seria também talvez o último meio a se buscar uma análise categorial da subjetividade em relação com a objetividade, porquanto perdura ainda o velho preconceito de se tratar de uma obra científica por ser “objetivista” e, por isso mesmo, carregaria apenas esta marca, de uma cientificidade contrária aos traços filosofantes de juventude.

Tanto fora quanto dentro do marxismo gastaram-se volumosas páginas para mostrar como as ideias têm peso social, dos dois lados foram produzidas leituras de que em Marx não haveria lugar para as ideias ou para a subjetividade. A nosso ver, grande mal-entendido. E é nesta direção que construímos esta tese.

A pesquisa que desenvolvemos foi movida pelo seguinte problema: como se apresenta a relação objetividade-subjetividade no primeiro volume de *O capital*? Assim sendo, o objetivo que move esta tese é: indicar a presença marcante do aspecto subjetivo sempre em relação recíproca com a objetividade no primeiro volume de *O capital*. Tal questão torna-se relevante para os Estudos Organizacionais porquanto os seus pesquisadores, mesmo aqueles com afinidades marxistas, desconsideram a existência do aspecto subjetivo no pensamento marxiano ou o consideram nada desenvolvido, buscando outras bases para suprir esta suposta lacuna.

Tal pesquisa foi desenvolvida a partir do retorno ao trabalho de Karl Marx, com vistas a uma leitura e análise minuciosa do primeiro volume de *O capital*, buscando em paralelo cotejar mais pontualmente a tradução escolhida com o original em alemão. Essa obra foi selecionada por ser entendida como aquela que expressa a maturidade do intelectual em questão e por estar, normalmente, vinculada a uma leitura objetivista e cientificista da realidade. Ademais, este foi o único dos três volumes publicados por Marx em vida. Esse primeiro volume também influenciou fortemente os estudos marxistas das organizações, principalmente aquelas linhas que dialogaram com o sociólogo Harry Braverman, seja desenvolvendo suas ideias ou se contrapondo a elas.

Já a tese que defendemos é que não existe uma autonomização do subjetivo nas linhas do volume um de *O capital*, visto que a subjetividade não é tomada como singularidade pura. E, portanto, os estudiosos marxistas das organizações têm um problemático ponto de partida ao buscar esta autonomização em Marx, a despeito da insuprimível relação dialética existente entre objetividade e subjetividade. Nesse sentido, defendemos que não há uma teoria geral da subjetividade nem uma consideração autônoma dessa, senão o relacionamento dialético nos casos concretos, isto é, a dialética entre objetividade e subjetividade respeita a trama própria da materialidade dos momentos particulares e também historicamente determinados sem que com isso saia do movimento a preponderância da objetividade, em última instância. Mas isso possui um significado especial como veremos.

O método de exposição que adotaremos visa “dar provas” daquilo que argumentamos, e nesse sentido seguiremos o procedimento adotado por José Chasin para a análise dos textos marxianos, segundo o qual:

É decisivo numa época devastada pelo arbítrio e a equivalência das “leituras”, ressaltar o feitiço incomplicado da leitura exercitada: reproduzir pelo interior mesmo da reflexão marxiana o traçado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou. Procedimento, pois, que adquire articulação e identidade pela condução ininterrupta de uma analítica matizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de ter compreendido (CHASIN, 2009, p. 25).

Assim, as ponderações que empreendermos serão consubstanciadas por argumentos dos teóricos mencionados, tendo como intento a compreensão de tais pensamentos e a sua comprovação por garantias textuais.

Nesse sentido, a presente tese foi estruturada de modo tal que possibilitasse aos leitores, primeiramente, identificar e contextualizar a problemática embasa esta tese de doutoramento. Deste modo, no item 2, apresentaremos os principais pontos que instigaram tal pesquisa. Primeiro as bases filosóficas que inspiraram uma cesura epistemológica nas obras de Karl Marx (2.1.1). Logo após, demonstramos como não se encontra claro para os estudiosos marxistas das organizações – sejam eles estrangeiros e possuam inclinação epistemológica (2.1.2), do *Labour Process Theory* (2.2.1), do *Critical Management Studies* (2.2.2) ou brasileiros (2.3) – o modo em que se estabelece a relação objetividade-subjetividade nas linhas marxianas. Normalmente, deparamo-nos com apropriações inadvertidas, por parte dos teóricos organizacionais, de interpretações dos mais variados marxistas – e.g. Antonio Gramsci, Herbert Marcuse, Karel Kosik, Karl Polanyi, Louis

Althusser, Max Horkheimer, Nicos Poulantzas, Theodor Adorno, Vladimir Lenin, entre outros. No entanto, não houve na área de Estudos Organizacionais, até o presente momento, quem examinasse a fundo as obras de Karl Marx em busca de como ele demarca a relação entre objetividade e subjetividade. O primeiro passo que pretendemos dar, analisando sua última obra publicada em vida².

Na sequência, item 2.4, resgataremos sumariamente alguns indicativos preciosos de György Lukács e José Chasin, bem como aludiremos aos resultados obtidos por Frederico Rocha em sua dissertação de Mestrado, na qual ele analisa o complexo categorial da subjetividade nas obras de Karl Marx de 1843 a 1846, sem entretanto realizar anacronismos forçados e imputar à letra d'*O capital* o “espírito” da década de 1840. Este será o ponto de partida e o alicerce para a análise da obra marxianas publicada em 1867.

Então, apresentamos o cerne desta tese, o terceiro capítulo, o qual foi dividido em quatro tópicos. Tal capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da análise do primeiro volume de *O capital*. Ele foi dividido em quatro tópicos que representam as categorias centrais da análise empreendida, sejam elas: trabalho como forma de mediação entre objetividade e subjetividade; trocas e circulação das mercadorias; personificações e os interesses materiais; ciência e determinação social do pensamento.

Por fim, concluímos o trabalho amarrando suas pontas, ou seja, apontando as ilações a que chegamos e debatendo com os estudiosos das organizações, a fim de estabelecer novas bases para os estudos marxistas nesta área de conhecimento.

² A *Guerra Civil na França* trata-se de uma “Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Civil na França, redigida por Karl Marx, na cidade de Londres, em 30 de maio de 1871, após o extermínio e o terrorismo praticados pelas forças militares contra a classe trabalhadora alinhada na Comuna de Paris” (RAGO FILHO, 2011, p. 10). E “*Crítica do Programa de Gotha* consiste em um conjunto de notas de Marx ao texto do projeto de unificação dos partidos socialistas alemães numa só agremiação operária” (LEME, 2012, p. 7). Segundo Löwy (2012, p. 10), tais glosas “somente foram publicadas em 1891, muito depois da morte de Marx, por Frederich Engels, na revista socialista *Die Neue Zeit*, dirigida por Karl Kautsky”.

2. ARQUEOLOGIA DE UMA APREENSÃO NÃO DIALÉTICA ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Neste capítulo exploraremos, concisamente, as formas centrais pelas quais apareceu o problema da subjetividade e da objetividade com o propósito de evidenciar sua persistência. Para tanto, primeiramente, nos deparamos com a classificação da obra de Marx por Luis Althusser, a qual foi uma referência central para o influente livro *Sociological paradigms and organisational analysis* de Gibson Burrell e Gareth Morgan. Tal livro cinge o pensamento marxiano em dois quadrantes, um focado na objetividade outro na subjetividade. Essa cisão também aparece em grande parte dos estudos marxistas das organizações (EMO), no exterior e no Brasil. Outra influência central para os EMO é o trabalho de Harry Braverman, o qual repercutiu diretamente no movimento *Labour Process Theory* e teve como grande crítico Michael Burawoy e os membros do chamado *Critical Management Studies*. *Trabalho e capital monopolista* de Braverman assim como as pesquisas por ele iluminadas também tiveram reflexo nos estudos marxistas das organizações brasileiros, com destaque especial para os trabalhos de José Henrique de Faria. Todo o arcabouço desenvolvido no EMO, nacional e internacionalmente, manteve em tela a cesura epistêmica do pensamento de Marx e, para tanto, foi buscar em outras bases complemento para a suposta ausência da subjetividade em seu pensamento. A partir das ideias de José Chasin e György Lukács e do retorno aos originais do próprio Marx, é possível destacar as problemáticas envolvidas e da necessária reciprocidade entre a objetividade e a subjetividade mediada pela prática efetiva dos homens. Este último direcionamento nos parece muito mais próximo da trama argumentativa de Marx e dos seus lineamentos mais importantes sobre a questão.

2.1 PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO

2.1.1 Cesura epistemológica: o jovem e o velho Marx

O trabalho do filósofo alemão Karl Marx, especialmente aquele desenvolvido entre 1843 e 1883, mostra-se fonte de interesse político e social, debates, posicionamentos aguerridos e leituras diversas. Destacam-se, por um lado, as problemáticas derivadas de Engels e Kautsky no suporte de algum “determinismo econômico” de inclinação naturalista e,

por outro, e ainda mais significativa para a presente exposição, a interpretação de Louis Althusser que terminou por influenciar grande parte dos teóricos marxistas na Filosofia e Ciências Humanas em geral e respingou nos Estudos Organizacionais, no estreito rol de adeptos do marxismo. Segundo tal interpretação haveria na obra de Marx um corte epistemológico o qual demarcaria duas fases principais, a primeira associada a sua fase ideológica, própria do Jovem-Marx, e caracterizada por trabalhos de viés subjetivista e cunho filosófico. Enquanto a segunda fase estaria vinculada a cientificidade, seriam as obras com uma leitura objetivista e cunho científico. Aquelas relativas ao Jovem-Marx abarcariam desde sua tese doutoral *Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro* (1841) até os textos de 1845, *A ideologia alemã* e *Teses sobre Feuerbach*, e as atinentes ao Marx-científico contemplariam de *A miséria da filosofia* (1947) a *Notas sobre Adolph Wagner* (1881), incluindo neste período a publicação do primeiro volume de *O capital*, em 1867.

Em detalhes, a periodização e a caracterização das obras marxianas se dão a partir da proposta de Althusser (1979) de averiguar a existência de um corte epistemológico nos escritos de Karl Marx, em contraste com a filosofia hegeliana e a crítica feuerbachiana. Para ele, “situar a censura em 1845 não deixa de ter consequências teóricas importantes no que se refere não somente a relação de Marx com Feuerbach como também à relação de Marx com Hegel” (1979, p. 27). Assim, conforme seus termos, “a questão da **diferença específica** da filosofia marxista toma, desse modo, a forma da questão de saber se existia ou não, no desenvolvimento intelectual de Marx, uma **cesura epistemológica**³ marcando o surgimento de uma nova concepção da filosofia de, assim como o lugar preciso dessa cesura” (ALTHUSSER, 1979, p. 22, destaques no original). Neste sentido, ele se dirige a uma leitura dos escritos marxianos que estabelece como de juventude e os interroga quanto ao seu aspecto teórico, relativo à existência da referida cesura, e quanto ao teor histórico, a fim de demarcar quando tal cesura ocorreu, em que ponto de seu trabalho. As ponderações althusserianas se apoiam para isso em Jacques Martin para demarcar a “unidade específica da formação teórica” marxiana e no conceito de “cesura epistemológica” de Gaston Bachelard para definir a alteração do problema teórico de Karl Marx. Nesta inspeção, ele não vê problema em

construir um conceito e tomar outro emprestado em nada importa que ambos os conceitos fossem arbitrários e exteriores a Marx. Mas ao contrário, poder-se-á mostrar que estão presentes e em ação no pensamento científico de Marx, ainda mesmo quando a sua presença permanece, na maior parte do tempo, em estado prático (ALTHUSSER, 1979, p. 23).

³ No original, em francês, “*coupure épistémologique*” (ALTHUSSER, 1965, p. 24, destaque no original).

A partir das conclusões advindas de uma leitura estranha às bases marxianas, Althusser (1979) conclui que o ponto de cesura ou corte epistemológico na obra de Karl Marx encontra-se nos textos *A ideologia alemã* e *Teses sobre Feuerbach*, de modo mais radical no segundo. A seu ver, em *A ideologia alemã*, Karl Marx estabelece “a crítica de sua antiga consciência filosófica (ideológica)” e, em *Teses sobre Feuerbach*, “tanto na consciência como na antiga linguagem – e, portanto, em fórmulas e em **conceitos necessariamente desequilibrados e equívocos** – já aponta a nova consciência teórica” (ALTHUSSER, 1979, p. 24, destaques no original). Nessa ruptura, Althusser (1979) entende que Karl Marx instituiu duas disciplinas: a teoria da história, manifesta no materialismo histórico, e uma nova filosofia, o materialismo dialético.

Após a demarcação das bases dessa cesura ou corte epistemológico, Althusser (1979) apregoa a fragmentação do pensamento marxiano, que, no geral, pode se fixar em dois pontos: os textos ideológicos, do período pré-cesura (anteriores a 1845), e os textos científicos, posteriores a cesura. O primeiro grupo ele classifica como “Obras da juventude de Marx”, essas iriam de sua tese doutoral aos Manuscritos de 1844, incluindo *A sagrada família*. Os textos de 1845, ou seja, as *Teses sobre Feuerbach* e *A ideologia alemã* seriam as “Obras de cesura”. As obras subsequentes ele divide em dois grupos: “Obras da maturação” e “Obras da maturidade”. As “Obras de maturação” englobam aquelas redigidas após 1845 e precedentes aos primeiros ensaios de redação de *O capital*; nelas Karl Marx pode “produzir, formar e fixar uma terminologia e uma sistemática conceituais adequadas ao seu projeto teórico revolucionário. Só pouco a pouco é que a nova problemática toma a sua forma definitiva” (ALTHUSSER, 1979, p. 25). Já as “Obras de maturidade” seriam as posteriores a 1857.

A partir da interpretação althusseriana, uma série de descompassos se seguiu, não só na Filosofia e nas Ciências Humanas em geral, mas também e com destaque nos Estudos Organizacionais, conforme veremos nos subtópicos seguintes. Althusser talvez não deva ser responsabilizado sozinho, mas teve uma significativa influência nessa problemática.

2.1.2 Marx em dois quadrantes

A polarização dos escritos marxianos repercute também numa obra sociológica de autoria de Gibson Burrell e Gareth Morgan, a qual tem grande influência nos Estudos Organizacionais, em especial no Brasil, *Sociological paradigms and organizational analysis*.

Nesse livro, os autores estabelecem um diagrama em que dois extremos remetem a oposição entre objetividade e subjetividade. O trabalho de Marx é, então, fragmentado entre tais extremos, com base na perspectiva althusseriana apresentada anteriormente, conforme a seguinte passagem:

No contexto da sociologia da mudança radical tem havido uma divisão entre os teóricos assinalando para visões 'subjetiva' e 'objetiva' da sociedade. O debate, em muitos aspectos, tem seu avanço a partir da publicação na França, em 1966, e na Grã-Bretanha, em 1969, do trabalho de Louis Althusser, A favor de Marx. Esse apresentou a noção de um "corte epistemológico" na obra de Marx e enfatizou a polarização de teóricos marxistas em dois campos: aqueles enfatizando os aspectos "subjetivos" do marxismo (Lukács e a Escola de Frankfurt, por exemplo) e os que defendem abordagens mais "objetivas", tais como aquela associada ao estruturalismo althusseriano (BURRELL; MORGAN, 1994, pp. 21-22, tradução livre)⁴.

Conforme argumentam tais autores, nos estudos sociológicos em geral, os trabalhos e seus teóricos possuem tendências que podem ser enquadradas em dois eixos. O primeiro se refere à natureza da sociedade em termos de, em um extremo, regulação social (*sociology of regulation*) e, em outro, mudança radical (*sociology of radical change*). A primeira postura está associada à regulação, ou seja, os trabalhos sociológicos enquadrados nesta vertente visam a explicar o *modus operandi* da sociedade, em vista de manter o seu arranjo, unidade e coesão. Em outros termos, “esta é uma sociologia que é essencialmente preocupada com a necessidade de regulação nos assuntos humanos, as suas questões básicas tendem a se concentrar sobre a necessidade de entender por que a sociedade é mantida como uma entidade”⁵ (BURRELL; MORGAN, 1994, p. 17, tradução livre). A segunda postura é frontalmente oposta à primeira, os intelectuais a ela vinculados focalizam nas limitações e potencialidades da sociedade, não se restringindo e até mesmo contrariando o *status quo*. Seus trabalhos focalizam a potencialidade emancipatória do ser humano e da sociedade como um todo, buscando possibilidades para que essa seja viabilizada. “Nesse aspecto, [a sociologia da mudança radical] é tão amplamente separada e distante da sociologia da regulação como a

⁴ “Within the context of the sociology of radical change there has been a division between theorists subscribing to 'subjective' and 'objective' views of society. The debate in many respects takes its lead from the publication in France in 1966 and Britain in 1969 of Louis Althusser's work For Marx. This presented the notion of an 'epistemological break' in Marx's work and emphasised the polarisation of Marxist theorists into two camps: those emphasising the 'subjective' aspects of Marxism (Lukacs and the Frankfurt School, for example) and those advocating more 'objective' approaches, such as that associated with Althusserian structuralism”.

⁵ “It is a sociology which is essentially concerned with the need for regulation in human affairs the basic questions which it asks tend to focus upon the need to understand why society is maintained as an entity”.

Destacaremos os quadrantes referentes à sociologia da mudança radical, porquanto a obra de Karl Marx é neles situado. Para Burrell e Morgan (1994), em conformidade com a interpretação althusseriana de que haveria um “corte epistemológico” na obra marxiana, os trabalhos que postulam uma apreensão subjetiva do conhecimento estariam associados às ideias do Jovem-Marx e, portanto, inseridos no paradigma do Humanismo Radical. Já aqueles que buscam o conhecimento por meios objetivos adeririam aos postulados do Marx-Maduro e se enquadrariam no paradigma do Estruturalismo Radical. Nos termos destes autores: “Assim, podemos testemunhar o que é conhecido como o “corte epistemológico” entre o trabalho do jovem Marx e o Marx maduro – o que poderíamos identificar como uma mudança do paradigma humanista radical ao paradigma estruturalista radical” (BURRELL; MORGAN, 1994, p. 25, tradução livre)⁸.

A interpretação desses autores corrobora e reproduz o argumento althusseriano, para eles, o jovem Karl Marx se destacava entre os neohegelianos por inverter o sistema de Georg Hegel, empregando a perspectiva histórica e o método dialético, tipicamente hegelianos, mas abandonando a centralidade do “espírito absoluto” em prol do indivíduo. Nesse movimento, ele se aproxima de Ludwig Feuerbach, reiterando a não existência do absoluto sobre os homens. Marx e Feuerbach “ênfaticaram que todas as objetivações encontradas no mundo social eram humanamente criadas e apontaram o caminho para uma filosofia emancipatória que ênfaticaram como os indivíduos, através de autoconsciência, poderiam criar e assim mudar a sociedade em que viviam” (BURRELL; MORGAN, 1994, p. 281, tradução livre)⁹.

Sobre o paradigma do humanismo radical, declaram que esse se fundamenta na centralidade da consciência humana, seguindo os preceitos da tradição idealista alemã, especialmente aqueles estabelecidos por Immanuel Kant e Georg Hegel e reinterpretados por Karl Marx.

É através de Marx que a tradição idealista foi primeiramente utilizada como base para uma filosofia social radical, e muitos humanistas radicais retiraram sua inspiração a partir desta fonte. Em essência, Marx inverteu o quadro de referência

⁸ “Thus we witness what is known as the ‘epistemological break’ between the work of the young Marx and the mature Marx – what we would identify as a shift from the radical humanist paradigm to the radical structuralist paradigm”.

⁹ “They emphasised that all objectifications encountered in the social world were humanly created and pointed the way to an emancipatory philosophy which stressed how individuals, through selfconsciousness, could create and thus change the society in which they lived”.

refletido no idealismo hegeliano e assim forjando a base para o humanismo radical (BURRELL; MORGAN, 1994, p. 33, tradução livre)¹⁰.

Não se esgota nos trabalhos associados ao Jovem-Marx, escritos entre 1941 e 1945, a influência nos trabalhos do paradigma humanista radical. Outros filósofos marxistas tidos com inclinações subjetivistas também foram tomados como baliza, entre eles Burrell e Morgan (1994) destacam Lukács e Gramsci. Grande adesão obtiveram também os teóricos críticos frankfurtianos, pela sua leitura e desenvolvimento das obras da juventude de Karl Marx.

Segundo Burrell e Morgan (1994), o paradigma do estruturalismo radical é desenvolvido a partir das obras de maturidade de Marx, em vista de uma leitura mais objetiva e científica da realidade. As obras que neste quadrante são situadas dirigem sua atenção aos conflitos estruturais, às contradições sistêmicas, a dominação e a privação, a fim de transpor os limites estruturais que constroem o indivíduo e impedem a sua emancipação. O foco desvia da perspectiva idealista, do paradigma anterior, e se direciona para uma interpretação mais realista da natureza do mundo social.

As ideias marxianas que inspiram este paradigma são, segundo Burrell e Morgan (1994), redigidas na segunda metade do século XIX e refletem o distanciamento de Karl Marx de suas preocupações filosóficas e direcionamento para a economia política e as teorias da evolução de Darwin. A materialização desse amadurecimento intelectual é indicada por eles a partir dos volumes de *O capital* e em seu manuscrito preparatório, conhecido como *Grundrisse*. Nesta guinada para a cientificidade,

"Estruturas", "contradições" e "crises" tomam o lugar dos conceitos de "consciência", "alienação" e "crítica" refletidos em seus trabalhos anteriores. Ainda que isso marque uma mudança considerável na orientação da análise que é consonante com a visão mais materialista de Marx do mundo social, certa continuidade da tradição hegeliana também é evidente (BURRELL; MORGAN, 1994, p. 329, tradução livre)¹¹.

O momento do "corte epistemológico" propalado por Louis Althusser é então horizonte para a alteração epistemológica que distingue os estudos sociais radicais, de uma leitura orientada para o âmbito subjetivo para outra direcionada para a objetividade. "Do

¹⁰ "It is through Marx that the idealist tradition was first utilised as a basis for a radical social philosophy, and many radical humanists have derived their inspiration from this source. In essence Marx inverted the frame of reference reflected in Hegelian idealism and thus forged the basis for radical humanism".

¹¹ "Structures', 'contradictions' and 'crises' take over from the concepts of 'consciousness', 'alienation' and 'critique' reflected in his earlier work. Whilst this marks a considerable change in orientation of analysis which is consonant with Marx's more materialist view of the social world, a certain continuity within the Hegelian tradition is also evident".

ponto de vista do esquema analítico apresentado aqui, significa a ruptura de Marx com o humanismo radical e o início de um movimento no sentido radical do estruturalismo” (BURRELL; MORGAN, 1994, p. 282, tradução livre)¹².

Em linhas gerais, importantes trabalhos desenvolvidos na área de Estudos Organizacionais se balizaram por tais parâmetros epistemológicos, estabelecidos por Althusser (1979) e reiterados por Burrell e Morgan (1994), conforme veremos em maiores detalhes nos tópicos seguintes.

2.2 DA OBJETIVIDADE DE BRAVERMAN A SUBJETIVIDADE DO *CRITICAL MANAGEMENT STUDIES*

2.2.1 *Labour Process Theory* e a omissão consciente de Braverman

Harry Braverman, em seu livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, publicado em 1974, afirmou que a análise que empreenderia se baseava em uma crítica de base marxiana que partia do ponto de vista objetivo. Tal posicionamento repercutiu nas influências do movimento *Labor Process Theory* (LPT) e em interpretações viesadas da obra marxiana, as quais excluem os aspectos subjetivos envolvidos. Neste esteio, Michael Burawoy se posiciona de maneira contrária a Braverman e ao LPT, em defesa de uma leitura da produção capitalista que contemplasse o momento propriamente dito da produção material como uma instância de produção ideológica. Para tanto, se afasta da proposta marxiana, uma vez que considera não existir em tal pensamento um embasamento subjetivo que possibilite discutir a questão ideológica da subjetividade, aproximando-se da maneira gramsciana para considerar o momento da produção material como um espaço de constituição hegemônica.

O trabalho de Harry Braverman é de grande importância e influência para uma boa parte dos estudos organizacionais que possuem viés críticos, especialmente aqueles alinhados com as bases marxistas. Braverman (1981), a partir da leitura do primeiro volume de *O capital*, se propôs a analisar o processo de produção e trabalho característico do sistema

¹² “From the point of view of the analytical scheme presented here, it signifies Marx's break with, radical humanism, and the beginning of a move towards radical structuralism”.

capitalista. Em maiores detalhes, “será discutido aqui o ‘modo de produção’ que vemos em torno de nós, a maneira pela qual os processos do trabalho são organizados e executados, como o ‘produto’ das relações sociais que conhecemos como capitalistas” (BRAVERMAN, 1981, p. 29). Para isso, se propôs a uma interpretação objetiva, conforme a qual afirma: “Não cuidarei do estudo da moderna classe trabalhadora no nível de sua consciência, organização ou atividades. Este livro trata da classe trabalhadora como classe *em si mesma* e não como classe *para si mesma*” (BRAVERMAN, 1981, pp. 33-34, destaques no original). Ao se referir à *classe em si mesma*, Braverman denota seu interesse na classe, objetivamente, em sua real existência, se esquivando do aspecto subjetivo, em que a consciência de classe seria enfatizada. Nesse esteio, para ele, “o necessário antes de tudo é um quadro da classe trabalhadora tal qual existe, com a forma dada à população trabalhadora pelo processo de acumulação primitiva do capital” (BRAVERMAN, 1981, p. 34).

Ao adotar tal posição, Braverman (1981) não nega a subjetividade, mas opta por uma leitura a partir do prisma objetivo. E, ao fazê-lo, reconhece os riscos e as críticas a que está sujeito.

Esta limitação auto-imposta ao conteúdo objetivo de classe e a omissão do sujeito, receio que comprometerá irremediavelmente este estudo aos olhos daqueles que flutuam na corrente convencional da ciência social. Para eles, por longo hábito e insistente teoria, a classe não existe realmente fora de suas manifestações subjetivas. Classe, *status*, “estratificação”, e até mesmo o assunto da moda dos últimos anos, que foi tomado a Marx sem a mínima compreensão de seu significado, “alienação” – tudo isto são para a ciência social burguesa artefatos de consciência que só podem ser estudados na medida em que se manifestam nas mentes da população em foco (BRAVERMAN, 1981, p. 34).

Braverman (1981), na passagem supracitada e em outros momentos do texto, expõe a tendência geral da sociologia industrial e do trabalho, naquela época, de focalizar os aspectos subjetivos do trabalho relegando ao segundo plano os seus aspectos objetivos. A deterioração do trabalho em si e de suas condições são retratadas a partir da percepção dos trabalhadores e não da descrição real dessas e do contexto social e econômico que as propicia. Destarte, “para a Sociologia industrial o problema não aparece na degradação do trabalho, mas apenas com sinais ostensivos de insatisfação por parte do trabalhador. Deste ponto de vista, o único assunto importante, a única coisa digna de estudo, não é o trabalho em si mesmo, mas a reação do trabalhador a ele, e a esse respeito a Sociologia faz sentido” (BRAVERMAN, 1981, pp. 35-36).

Afirmamos, linhas acima, que o autor em questão não desconsiderava o aspecto subjetivo, apenas priorizou o objetivo. Cumpre agora dar provas dessa posição, conforme vemos na seguinte passagem: “Não é meu propósito nestes comentários depreciar a importância do estudo do estado de consciência da classe trabalhadora, visto que é somente através da consciência que uma classe converte-se em ator no palco histórico”, nesse sentido, ele entende também que “uma classe não pode existir na sociedade sem manifestar em algum grau uma consciência de si mesma como um grupo com problemas, interesses e expectativas comuns – muito embora esta manifestação possa por longos períodos ser frágil, confusa e suscetível de manipulação por outra classe” (BRAVERMAN, 1981, p. 36). Tal percepção é estabelecida sem indicar, entretanto, que este seja o foco da empreitada bravermaniana. Sua trajetória é claramente demarcada pelo entendimento objetivo da realidade laborativa, que até então não recebeu a devida atenção.

Em decorrência ao estudo empreendido por Harry Braverman, desenvolveu-se um movimento denominado *Labour Process Theory*. De acordo com Paes de Paula et al. (2009, p. 395), “a LPT partiu das formulações de Braverman, sofrendo críticas tanto dos neomarxistas quanto dos pós-estruturalistas”. Seus críticos asseveravam, como sintetizou O’Doherty (2009, pp. 5-6, tradução livre), que “Braverman é normalmente lido e associado a uma forma monocausal e teleológica de historiografia marxista que não tem nuance histórica, sutileza dialética e sofisticação teórica. Admirado como seminal, Trabalho e capital monopolista é quase universalmente citado como um exemplo de uma tese poderosa mas mecanicista, obcecada com o mapeamento das tendências da desqualificação inevitável do capitalismo monopolista tardio”¹³.

Nesse sentido, os adeptos do LPT deram continuidade a pontos específicos e criticaram certos fundamentos e decorrências da pesquisa do sociólogo. Destacam-se entre eles Richard Edwards, Andrew Friedman e Michael Burawoy. Richard Edwards e Andrew Friedman aderiram a maior parte das ideias de Harry Braverman, sem qualquer crítica direta a essas, apontaram unicamente a necessidade de se considerar outras estratégias de controle gerencial, tendo em vista a variedade e irregularidade da implementação do sistema taylorista, que decorrem da animosidade dos trabalhadores, de suas desconfianças frente à gestão e do condicionamento imposto pelos ambientes. O primeiro focou seus estudos na evolução das

¹³ “Braverman is typically read and associated with a monocausal and teleological form of Marxist historiography that lacks historical nuance, dialectical subtlety and theoretical sophistication. Whilst admired as seminal, Labour and monopoly capital is almost universally cited as an example of a powerful but mechanistic thesis obsessed with charting the inevitable deskilling tendencies of late monopoly capitalism”.

estratégias de controle típicas do capital, enquanto o segundo se voltou para a natureza e a forma de resistência dos trabalhadores. Já Michael Burawoy seguiu uma trajetória distinta, distanciando-se das bases bravermanianas e pesquisando o papel do consentimento na reprodução das relações de produção (ELLIS, 2004).

Burawoy (1979; 1985), autor que se contrapõe frontalmente aos princípios objetivistas do estudo de Harry Braverman, fornece uma avaliação alternativa acerca do processo de trabalho na sociedade capitalista, enfatizando os aspectos subjetivos e abordando o processo de reprodução das relações capitalistas por meio do consentimento do trabalhador. Nesse sentido, Burawoy (1985, p. 25) explicita que “uma dependência dos aspectos ‘objetivos’ do processo de trabalho impede Braverman de compreender o impacto no dia-a-dia das formas particulares de controle”¹⁴.

Para Burawoy (1983), o processo gestionário característico do século XIX, que fora estudado por Marx e que serviu de base para o trabalho de Harry Braverman, era realmente objetivo. No entanto, no século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, o processo de trabalho foi remodelado e o controle se torna subjetivo em essência, sendo exercido por meio de elementos ideológicos.

Com o crescimento do século XX da grande indústria, controles simples deram lugar a novas formas. Depois de uma série de experiências sem sucesso, o capital procurou regulamentar o trabalho através do sistema de acionamento e incorporando controle em tecnologia, exemplificada pela linha de montagem. Este modo de controle gerou suas próprias formas de luta e, após a Segunda Guerra Mundial, deu lugar a regulação burocrática, em que as regras são usadas para definir e avaliar as tarefas de trabalho e governar a aplicação de sanções (BURAWOY, 1983, p. 589)¹⁵.

Linhas à frente, Burawoy (1983, p. 582) critica novamente o sociólogo ao afirmar que Harry Braverman “ignora os aparelhos políticos de produção”. O ponto central de sua crítica é ainda a recusa em tratar do aspecto subjetivo por parte de Harry Braverman, Burawoy (1985, p. 10) recusa o entendimento do cotidiano operacional que se limita ao âmbito objetivo de análise.

No momento em que não consegui falar das minhas experiências sobre o chão de fábrica, para obter o que significava trabalho para mim e meus colegas operadores.

¹⁴ “a reliance on the 'objective' aspects of the labour process prevents Braverman from understanding the day-to-day impact of particular forms of control”.

¹⁵ “With the twentieth-century growth of large-scale industry, simple control gave way to new forms. After a series of unsuccessful experiments, capital sought to regulate work through the drive system and by incorporating control into technology, epitomized by the assembly line. This mode of control generated its own forms of struggle and, after World War Two, gave way to bureaucratic regulation, in which rules are used to define and evaluate work tasks and govern the application of sanctions”.

Estávamos construindo uma vida de nosso próprio chão de fábrica que tinham como certo o que Braverman lamentou: a separação entre concepção e execução. Nosso trabalho pode ter tido pouca habilidade, no sentido de Braverman, mas os envolvidos tinham engenho suficiente. Eles absorveram a nossa atenção e às vezes até nos deixaram com autonomia demais. Incerteza pode ser tão estressante como era sedutora. Objetivação do trabalho, se é isso que nós estávamos experimentando, é muito mais um processo subjetivo – não pode ser reduzido a algumas leis inexoráveis do capitalismo. Participamos e elaboramos a estratégia da nossa própria exploração. Isso, e não a destruição da subjetividade, foi o que foi tão marcante¹⁶.

Comentadores do trabalho de Michael Burawoy corroboram com as interpretações que desenvolvemos. Knights e Willmott (1990, p. 15), por exemplo, argumentam que “a importância do subjetivo, Burawoy sugere, encontra-se tanto em explicar conformidade do trabalho com as demandas do capital como em expor a presença e a importância do antagonismo. Descrevendo a diferenciação que Braverman faz entre os aspectos subjetivos e objetivos de classe como arbitrária, Burawoy argumenta que está na base de um número de deficiências no Trabalho e Capital Monopolista”¹⁷. No entanto,

o estudo de Braverman está confinado dentro de um quadro objetivista em que a “dimensão subjetiva” da classe é simplesmente enquadrada fora da análise. Como o conteúdo subjetivo da classe é equiparado exclusivamente com a consciência, organização e atividades de uma classe para si, talvez seja surpreendente que Braverman omita a presença da subjetividade no desdobramento da “revolução científico-técnica”. Esta omissão é graficamente exposta por Burawoy quando recordando a sua reação imediata a Trabalho e Capital Monopolista, cuja publicação coincidiu com seu período de observação participante como operador de máquinas (KNIGHTS; WILLMOTT, 1990, p. 15)¹⁸.

Hugh Willmott, em um trabalho individual, argumenta complementarmente que o problema da leitura bravermaniana do processo de trabalho, segundo Michael Burawoy, seria a desconsideração da interdependência entre os âmbitos subjetivo e objetivo de análise. Assim, apregoa que “o problema básico” é que “Braverman assume que os aspectos ‘objetivo’

¹⁶ “At the time it failed to speak to my experiences on the shopfloor, to get at what work meant to me and my fellow operators. We were constructing a shopfloor life of our own that took for granted what Braverman bemoaned: the separation of conception from execution. Our jobs may have had little skill in Braverman's sense, but they involved ingenuity enough. They absorbed our attention and sometimes even left us with too much autonomy. Uncertainty could be as nerve-wracking as it was seductive. Objectification of work, if that is what we were experiencing, is very much a subjective process - it cannot be reduced to some inexorable laws of capitalism. We participated in and strategized our own exploitation. That, and not the destruction of subjectivity, was what was so remarkable”.

¹⁷ “The significance of the subjective, Burawoy suggest, lies as much in explain labour's compliance with the demands of capital as in exposing the presence and significance of antagonism. Describing Braverman's distinction between the subjective and objective aspects of class as arbitrary, Burawoy argues that it lies at the root of a number of the deficiencies within Labor and Monopoly Capital”.

¹⁸ “As noted earlier, Braverman's study is confined within an objectivist framework in which the 'subjective dimension' of class is simply bracketed out of the analysis. Since the subjective content of class is equated exclusively with the consciousness, organisation and activities of a class for itself, it is perhaps unsurprising that Braverman omits consideration of the presence of subjectivity in the unfolding of 'the scientific-technical revolution'. This omission is graphically exposed by Burawoy when recalling his immediate reaction to Labor and Monopoly Capital, whose publication coincided with his period of participant observation as a machine operator”.

e ‘subjetivo’ do processo de trabalho podem ser separados e analisados de forma independente um do outro. Crítica a esse pressuposto, seus críticos argumentam que ‘uma compreensão do controle de capital não pode ... ser alcançada sem a devida atenção aos componentes ‘subjativos’ do trabalho’ (Burawoy, 1985:24).” (WILLMOTT, 1990, p. 337)¹⁹.

Na mesma direção, O’Doherty e Willmott (2001, p. 459, tradução livre) criticam Braverman por ele “ignorar ou negar a presença e o significado da subjetividade”²⁰, o que para eles “impede a análise de como as relações de capital e trabalho são praticamente realizadas e desafiadas no ponto de produção”²¹. Destarte, argumentam que

Trabalho e Capital Monopolista de Braverman tem como alvo o individualismo e voluntarismo da burguesia, desenvolve uma sociologia que se esquece de como cada pessoa continua a ser a criatura das relações sociais "por mais que ele possa elevar-se subjetivamente acima delas" (Marx 1976 [1867]: 92). Para este fim, a análise de Braverman ridiculariza os resultados de pesquisas de satisfação do trabalho que se propõem a refletir a realidade do trabalho, quando, sem dúvida, eles simplesmente espelham como as atitudes de trabalhador são constituídas dentro de relações de produção que condicionam tanto as perguntas quanto as respostas induzidas. Em seu compromisso de tratar os indivíduos como simplesmente "a personificação de categorias econômicas, os portadores de determinadas relações de classe e interesses" (Marx 1976 [1867]: 92), no entanto, a análise bravermaniana marginaliza, e de fato aspira a excluir, a consideração do papel de consciência e da ação na reprodução e transformação de interdependentes, embora assimétricas, relações do capital e trabalho. Para os críticos dessa ortodoxia, a marginalização da subjetividade do trabalhador é problemática, porque, não raro, sentimentos dos trabalhadores ou sua identificação com ... a empresa são favoráveis e estabilizam um *modus vivendi* entre os gestores e os trabalhadores” (O’DOHERTY; WILLMOTT, 2001, pp. 458-459).

Dois autores brasileiros estudiosos do trabalho de Michael Burawoy, Castro e Guimarães (1991) indicam ainda que ele analisa o processo de trabalho a partir da teoria marxiana do valor, assim como Harry Braverman, porém, ao revés, desenvolve seus escritos com base na visão gramsciana de hegemonia. Com base nesta concepção, suas conclusões vão além da coerção e da sujeição, incorporando a noção de consenso²², conforme já enunciamos, além de não se ater à esfera econômica, considerando também aspectos políticos e ideológicos em sua análise. Adicionalmente, afirmam que Michael Burawoy rejeita a noção

¹⁹ “the basics problem: Braverman assumes that the 'objective' and 'subjective' aspects of the labour process can be separated and analysed independently of each other. Critical of this assumption, his critics have argued that 'an understanding of capital control cannot ... be reached without due attention to the "subjective" components of work' (Burawoy, 1985:24)”.

²⁰ “Ignoring or denying the presence and significance of subjectivity”.

²¹ “impedes the analysis of how relations of capital and labour are practically accomplished and challenged at the point of production”.

²² Ressaltamos que a ideia de consenso em Michael Burawoy se baseia na noção gramsciana de consentimento ativo.

bravermaniana de controle por considerá-la abstrata e imprecisa, enquanto outros teóricos do LPT aderem a tal noção, como Richard Edwards, por exemplo. Diante dessas condições, Michael Burawoy “ressalta a subjetividade e a racionalidade dos atores envolvidos” (CASTRO; GUIMARÃES, 1991, p. 46).

2.2.2 Da crítica a (Marx) Braverman a interdependência abstrata

Entre os teóricos do processo de trabalho, no Reino Unido destacou-se um movimento de estudiosos que transcenderam tal escopo e incorporaram aspectos simbólicos, ideológicos e subjetivistas às suas pesquisas em organizações, seguindo as orientações traçadas por Michael Burawoy. Esse movimento é denominado *Critical Managemet Studies* (CMS). O desenvolvimento desse grupo é controverso e plural e, atualmente, não se encontra na maior parte de seus trabalhos quaisquer influências vindas diretamente de Marx ou mesmo de autores da tradição marxista.

De modo sintético, podemos afirmar, a partir das conclusões apontadas por Paes de Paula et al. (2009), que o CMS se organizou por meio de um reposicionamento de estudiosos das organizações vinculados ao LPT que desenvolviam, até então, trabalhos baseados no pensamento marxista e na sociologia do trabalho. Todavia, devido às críticas pós-estruturalistas e neomarxistas referentes ao movimento acadêmico de que era dissidente, o CMS se estruturou de modo mais eclético, abandonando as antigas bases e abarcando agora “as teorias estruturais orientadas para a regulação, a sociologia clássica, o marxismo e as teorias correlacionadas (o marxismo clássico, o labor process theory [LPT] e a Escola de Frankfurt), o pragmatismo e o interacionismo simbólico, o pós-modernismo, o feminismo e o ambientalismo” (p. 396). Advertem que os autores de maior renome do CMS são majoritariamente pós-estruturalistas, com exceção de Parker, que ainda apresenta traços de um humanismo modernista, e Willmott, que busca conciliar o pós-estruturalismo com a dialética, identificando-se com o pensamento neomarxista de Laclau e Mouffe.

De fato, este movimento demarca a consolidação e institucionalização de iniciativas isoladas que ocorriam entre os estudiosos das organizações desde a década de 1970, as quais se contrapunham ao *mainstream* gerencialista. Em 1992, a partir do livro de Mats Alvesson e Hugh Willmott denominado *Critical Managemet Studies*, o movimento com mesmo nome se estabeleceu e ganhou adeptos. Segundo Davel e Alcadipani (2003), a publicação deste livro

desencadeou uma série de “publicações, colóquios, conferências, workshops e redes acadêmicas” destinadas a debater uma administração crítica. “Expondo as faces ocultas, as estruturas de controle e de dominação e as desigualdades nas organizações, a abordagem crítica busca questionar permanentemente a racionalidade das teorias tradicionais e mostrar que as coisas não são necessariamente aquilo que aparentam no âmbito da gestão” (DAVEL; ALCADIPANI, 2003, p. 74). Todavia, é preciso esclarecer que se pretende por meio desta crítica apenas “favorecer a reflexão, o questionamento e a renovação de situações e estruturas que impedem o desenvolvimento progressivo da autonomia e da responsabilidade social das pessoas”, nada além,

os ECAs [Estudos Críticos em Administração ou *Critical Management Studies*] não são essencialmente contra a gestão e as organizações capitalistas, não operam por uma crítica generalizada e universalizante e não buscam um estado predeterminado de libertação do ser humano. Ao contrário, busca-se uma crítica parcial, temporária e localizada no âmbito de práticas, teorias e discursos que emergem no cotidiano das organizações (DAVEL; ALCADIPANI, 2003, p. 74).

Após os primeiros anos do movimento este se consolidou e difundiu. Inicialmente abarcava estudiosos da Europa e América do Norte, mas ampliou suas fronteiras o que pode ser comprovado por eventos direcionados aos *Critical Management Studies* no Japão, Brasil, Austrália etc., além de conferências, periódicos e coleções em suas várias especialidades (Contabilidade, Marketing, e.g.) nas mais variadas localidades. Com escopo internacional, emergiram “várias conferências (nomeadamente, a bienal *Critical Management Studies Conference*) e workshops e o estabelecimento de revistas (por exemplo, *Organization, Electronic Journal of Radical Organization Theory*, Tamara) que são favoráveis ao *Critical Management Studies*, bem como matérias especiais (por exemplo, *Academy of Management Review, Administrative Science Quarterly*) e colaboradores regulares para revistas já estabelecidas (por exemplo, *Journal of Management Studies, Human Relations, Management Learning*)”²³ (ALVESSON; WILLMOTT, 2003, p. 1, tradução livre).

Agora que entendemos um pouco do que se trata tal movimento intelectual, cabe retomar as bases e distanciamentos do *Critical Management Studies* em relação ao *Labour Process Theory*, para então estabelecer maiores detalhes sobre sua trajetória. Assim, esclarecemos primeiramente que os trabalhos desenvolvidos entre 1979 e 1990, orientados

²³ “various conferences (notably, the biennial *Critical Management Studies Conference*) and workshops and the establishment of journals (e.g. *Organization, Electronic Journal of Radical Organization Theory, Tamara*) that are supportive of *Critical Management Studies* as well as special issues (e.g. *Academy of Management Review, Administrative Science Quarterly*) and regular contributors to longer established journals (e.g. *Journal of Management Studies, Human Relations, Management Learning*)”.

pelo estudo bravermaniano e por fundamentos marxianos e marxistas, buscavam entender e contestar o *modus operandi* do processo de trabalho tipicamente capitalista. Tais trabalhos, conforme já enunciamos, não corroboravam necessariamente com todos os preceitos de Harry Braverman nem com as sua interpretação do pensamento marxiano. A partir da crítica de ‘Trabalho e capital Monopolista’, em sua maioria dirigida à suposta negação do aspecto subjetivo, se estabeleceu uma crise no estudo do processo de trabalho. Ousamos dizer mesmo que o *Labour Process Theory* nasceu e se desenvolveu cercado pela crise de seus pressupostos. A referida crise gerou deserções, entre as quais emergiu o germe para a criação do *Critical Management Studies*. A razão desta crise é, para Knights (1990, p. 298), a falta de um conceito mais adequado de sujeito, que fosse capaz de “recuperar o debate a partir desta ‘crise’ da crítica e facilitar o desenvolvimento de uma teoria do processo de trabalho” e que pudesse ainda “facilmente abranger uma compreensão do consentimento tanto quanto de resistência, de gênero e raça, assim como de classe e das forças do mercado e, ao mesmo tempo, as relações de produção”²⁴.

A tensão entre aqueles que proclamam as bases do LPT e os que se distanciam cada vez mais dessas, rumo à pluralidade do CMS se mantém. Este episódio pode ser ilustrado nas palavras de Martin Parker, segundo o qual:

a clivagem aqui é entre uma variedade de acadêmicos do processo de trabalho que estão mais vinculados com a análise de Braverman do gerencialismo, no seu trabalho de 1974, Trabalho e Capital Monopolista. Este livro foi amplamente visto como uma estimulante análise do próprio marxismo do trabalho e das organizações e levou à fundação das Conferências de Processo de Trabalho no Reino Unido em 1983. No entanto, desde o início de 1990, o CMS tem crescido longe destas origens e tornar-se mais preocupado em teorizar subjetividades, em vez de estruturas. Isso levou a alguns desentendimentos acalorados. Em primeiro lugar, para os teóricos do processo de trabalho, acadêmicos CMS (que se caracterizam como adeptos de formas foucaultianas do pós-estruturalismo ou pós-modernismo) são acusados de um desvio do projeto crítico através do patrocínio de uma forma em grande parte irrelevante da teoria social ou organizacional, que tanto nega a especificidade da relação de trabalho e parece ter pouca relação com o próprio marxismo. Em segundo lugar, sugere-se que sua epistemologia pós-estruturalista os torna incapazes de distinguir dualismos fundamentais – gerente / gerenciado, opressão / emancipação e assim por diante – que são essenciais para qualquer análise da ideologia nas organizações do trabalho. Finalmente, que os dois pontos acima levam a uma incapacidade geral de articular uma posição política mais geral, porque o CMS, através da sua sustentada hipocondria intelectual, desqualifica todas as bases para julgamento (PARKER, 2002, pp. 125-126)²⁵.

²⁴ “retrieve the debate from this ‘crisis’ of critique and facilitate the development of a labour process theory that can readily encompass an understanding of consent as much as resistance, gender and race as well as class, and market forces at the same time as relations at the point of production”.

²⁵ “the cleavage here is between a variety of labor process academics who are mostly indebted to Braverman’s analysis of managerialism in his 1974 Labor and Monopoly Capital. This book was widely seen as invigorating

Adler (2007) chega mesmo a se opor ao modo como o LPT desenvolve a crítica, para ele o “LPT parece unilateral, focada apenas em aspectos destrutivos do capitalismo, e como resultado, sua crítica ao capitalismo soa como polêmica estridente” (p. 1388), tal leitura reforça a conclusão de que a crítica desenvolvida pelos acadêmicos vinculados ao CMS é parcial e não pretende abarcar uma mudança social substantiva.

Aqueles teóricos que se afastaram do movimento e das bases *Labour Process Theory* rumo ao *Critical Management Studies* possuem, em geral, duas inclinações: o neomarxismo ou o pós-estruturalismo. Os adeptos da primeira linha entendem que “a corrente bravermanista é metodologicamente deficiente e generalista, no sentido de que se atribui muito poder aos gerentes no processo de trabalho”, enquanto os da segunda vertente “consideram-na dualista, essencialista, determinista e buscam em Foucault alternativas para reconstruí-la”. Em comum, o neomarxismo e o pós-estruturalismo enfatizam, tal como Michael Burawoy, “a questão da omissão da subjetividade e do desaparecimento do sujeito, embora nenhuma das duas correntes resolva o problema” (PAES DE PAULA, 2008, pp. 40-41).

Destaca-se nessas inclinações a busca por outras bases teóricas e filosóficas por parte daqueles que advêm de uma linhagem marxista. Sobre tal ponto, Parker (2002, p. 127) argumenta que “o marxismo não é irrelevante, mas (para CMS), precisa ser completado por novas teorias e metodologias, a fim de empreender um programa crítico mais ambicioso”²⁶. Por não reconhecerem nas linhas marxianas e marxistas sustentáculo para uma abordagem subjetivista da realidade, os teóricos do *Critical Management Studies* incorporaram, e ainda o fazem, perspectivas teóricas e filosóficas que desviam e tantas vezes concorrem com os seus fundamentos marxistas. Deste modo, afastam-se de sua origem e caminhando para uma abordagem plural e sem identidade. “Tendo como pano de fundo o paradigma radical humanista e radical estruturalista (Burrell e Morgan, 1979), o corpo teórico que nutre o

Marxism analyses of work and organizations and directly led to the founding of the UK Labor Process Conferences in 1983. However, since the early 1990s, CMS has grown away from these origins and become more concerned to theorize subjectivities rather than structures. This has led to some heated disagreements. Firstly, for labor process theorists, CMS academics (who are characterized as adherents to Foucauldian forms of post-structuralism or postmodernism) are accused of a distraction from the critical project by sponsoring a largely irrelevant form of social or organizational theory that both denies the specificity of the employment relationship and appears to have little relation to Marxism proper. Secondly, it is suggested that their post-structuralist epistemology makes them unable to distinguish key dualisms – manager/managed, oppression/emancipation and so on – which are essential to any analysis of ideology in work organizations. Finally, that the above two points lead to a general inability to articulate a political position more generally because CMS has, through its sustained intellectual hypochondria, disqualified all the grounds for judgment”.

²⁶ “Marxism is not irrelevant, but (for CMS) needs supplementing by new theories and methodologies in order to undertake a more ambitious critical programme”.

desenvolvimento dos ECA [Estudos Críticos em Administração ou Critical Management Studies] perpassa uma pluralidade de tradições intelectuais das ciências sociais” (DAVEL; ALCADIPANI, 2003, p. 75).

O distanciamento das bases marxianas e marxistas e a incorporação de outras fontes, tantas vezes destoantes e incompatíveis, resumizam as bases das críticas que os teóricos do CMS vêm recebendo. Nesse esteio, Paes de Paula (2008) apresenta uma síntese da apreciação de três teóricos do LPT, Chris Smith, Paul Thompson e Stephen Ackroyd, sobre o trabalho desenvolvido no CMS. Nas palavras da autora, este grupo de autores acusa os autores do CMS, em especial Knights e Willmott de

a) uma tentativa de distrair os acadêmicos do projeto da TPT [Teoria do Processo de Trabalho ou *Labour Process Theory*], patrocinando uma forma de teoria social e organizacional que nega a especificidade das relações de trabalho e que possui pouca relação com o processo de trabalho marxista; b) a epistemologia pós-estruturalista defendida por eles é inábil para distinguir dualismos, tais como a dicotomia agência-estrutura, que é essencial para qualquer análise do trabalho nas organizações; c) os dois pontos anteriores resultam em dificuldade para articular uma posição política, uma vez que as bases de julgamento ético são desqualificadas (PAES DE PAULA, 2008, p. 41).

Martin Parker já nos deu indícios desta crítica e da disputa entre os acadêmicos adeptos do *Labour Process Theory* e os do *Critical Management Studies*, mas vale reiterá-los e desenvolvê-los.

A posição do processo de trabalho parece ser baseada na ideia de que a caráter do CMS é inerentemente relativista porque subjetivista. Em outras palavras, essa acaba sendo uma postura que não pode contribuir para a emancipação, porque (entre outras coisas) ele questiona a realidade objetiva das desigualdades de poder. Por outro lado, os pesquisadores do CMS argumentam que a posição contrária adota (ou constrói) um ficcional 'elevado padrão moral' e é masculinista, humanista, defensiva e dualista. Por conseguinte, tem dificuldade em contribuir com as lutas emancipatórias, porque se baseia em pressupostos elitistas e conservadores sobre a relação entre pesquisador e pesquisado e se recusa a debater a natureza da emancipação em si (PARKER, 2002, p. 126)²⁷.

Aparentemente, dado o rompimento com o *Labour Process Theory* e com suas bases teóricas e a ampliação demasiada de seu escopo, incluindo até mesmo um pretenso “gerencialismo engajado” (PAES DE PAULA et al., 2009), as bases do *Critical Management Studies* podem ser questionadas. Há, contudo, quem defenda que a crítica social empreendida

²⁷ “The labour process position seems to be premised on the assumption that the CMS position is inherently relativist because subjectivist. In other words, it ends up as a stance that cannot contribute to emancipation because (amongst other things) it questions the objective reality of power inequalities. On the other hand, CMS researchers argue that the opposing position adopts (or constructs) a fictional 'high moral ground' and is masculinist, humanist, defensive and dualist. It therefore has difficulty in contributing to emancipatory struggles because it relies on elitist and conservative assumptions about the relationship between researched and refuses to debate the nature of emancipation itself”.

por este movimento é distinta das demais, porquanto suas questões “podem ser resolvidas nem pela reafirmação dogmática de uma realidade marxista nem a celebração de uma brincalhona relatividade pós-moderna” (GREY, 1999, p. 2).

Concluimos, a partir das linhas apresentadas, que o embate entre os acadêmicos do Labour Process Theory e os do Critical Management Studies se dá a partir de suas divergências em relação à leitura da realidade social e à análise do processo de trabalho. Para os primeiros, essas devem se estabelecer a partir de uma abordagem objetiva e para os segundos com base em aspectos subjetivos. Lembramos que, apesar do discurso subjetivista dos adeptos do CMS, há indicativos de que seus teóricos não obtêm êxito em interpretações com tal viés, conforme nos indicou a Paes de Paula (2008) em uma passagem anteriormente apresentada.

Versaremos agora, com base nas ideias de alguns teóricos que fundaram o CMS, sobre o aspecto da subjetividade, tão evidenciado pela ausência nos estudos do LPT, por ser esse o ponto nodal da cisão e do debate entre esses movimentos intelectuais e pelo nosso interesse de pesquisa.

Para Knights (1990, p. 304), as pesquisas sobre o processo de trabalho carecem de “uma análise do sujeito que vá além do pensamento marxista atual”, pois elas no geral desconsideram a subjetividade e a relação dessa com os aspectos objetivos, “por um medo de cair no voluntarismo – temor que continuou a dominar a literatura, mesmo quando o determinismo de Braverman era o principal alvo de críticas”²⁸. Ademais, uma leitura objetivista do processo de produção obscurece e distorce a percepção dos reais interesses envolvidos nele, pois a “experiência laborativa dos trabalhadores não pode ser adequadamente interpretada (e prontamente racionalizada) como um epifenômeno das condições objetivas” (KNIGHTS; WILLMOTT, 1990, p. 16)²⁹.

Na mesma direção, O’Doherty (2009, p. 6) afirma, a partir de Knights e Willmott (1990) e em consonância com Burawoy (1979), que “Braverman indevidamente privilegia e

²⁸ “Critical questioning of this kind points to the necessity for an analysis of the subject that goes beyond current Marxism thinking. Unfortunately, labour process analyses have deflected the concern by a fear of sliding into voluntarism - a fear that has continued to dominate the literature even when Braverman's determinism has been the main target of criticism”.

²⁹ “Workers’ experience of work cannot be adequately interpreted (and readily rationalised) as an epiphenomenon of the objective conditions”.

divide a dinâmica sistêmica ‘objetiva’ e as leis inexoráveis do capital, que compõem e estabelecem posição de classe a partir das dimensões ‘subjetivas’ da agência social”³⁰. E, em outro *paper* agora em parceria com Willmott (2001), lamenta que os acadêmicos do LPT adotem a mesma postura dita objetivista. Para eles, “poderia ter sido esperado que os analistas de processos de trabalho se dedicassem ao desafio de abordar a questão de como a teoria pode ser reconstruída para incorporar uma compreensão da subjetividade na mediação das relações capital-trabalho”³¹ (O’DOHERT; WILLMOTT, 2001, p. 459).

Os precursores do *Critical Management Studies* associam a limitação objetivista na leitura daqueles vinculados ao *Labour Process Theory* a uma leitura da obra de Marx restrita aos trabalhos de maturidade, nos quais ele enfatizaria a existência física do trabalho e negligenciaria a sua existência simbólica.

Da maior importância para a análise dos processos de trabalho, a postura teórica adotada pelo Marx maduro vista sobre o significado político da individualização da autoconsciência no processo de desenvolvimento do capital. Focalizando as contradições dentro do sistema capitalista, a análise do processo de trabalho no *Capital* trata de indivíduos apenas na medida em que “eles são a personificação de categorias econômicas”. Indivíduos são teorizados simplesmente como “os portadores das relações de classe e interesses” de que estão determinados pelas leis do sistema (WILLMOTT, 1990, p. 338)³².

Da mesma forma, Knights (1990) apregoa que “enquanto Marx analisa o capitalismo a partir da posição do sujeito trabalhando, em seus primeiros escritos, o capital é o foco principal da posterior teorização” (KNIGHTS, 1990, p. 301)³³. O reflexo do caráter objetivista das obras marxianas de maturidade influenciam também a leitura de Harry Braverman sobre o processo de trabalho e a de seus seguidores, os acadêmicos do *Labour Process Theory*.

Depois de um breve flerte com a natureza humana e de teorizar sobre o assunto em seus primeiros escritos sobre a alienação, Marx absteve-se desse tipo de filosofia especulativa ao se concentrar no que ele considerava é um estudo mais objetivo e científico da economia política do capitalismo. A teoria do processo de trabalho foi parte integrante do *Capital* e, [...], embora possa não ser sua intenção, um resultado de análise de Marx nesta esfera “tem sido a de abolir a possibilidade de uma teoria

³⁰ “Braverman unduly privileges and divorces the ‘objective’ system-like dynamics and inexorable laws of capital that compose and allocate class position from the ‘subjective’ dimensions of social agency”.

³¹ “It might have been expected that labour process analysts would take up the challenge of addressing the question of how theory might be reconstructed to incorporate an understanding of subjectivity in the mediation of capital-labour relations”.

³² “Of greatest import for labour process analysis, the theoretical posture adopted by the mature Marx overlooks the political significance of the individualising of self-consciousness in the process of capital development. In focusing upon the contradictions within the capitalist system, the analysis of the labour process in *Capital* attends to individuals ‘only in so far as they are the personification of economic categories’. Individuals are theorised simply as ‘the bearers of class relations and interests’ that are determined by the laws of the system”.

³³ “whereas Marx examines capitalism from the position of the labouring subject in his early work, capital is the principal focus of the later theorising”.

da subjetividade”. Mas a justificativa de Braverman para excluir a dimensão subjetiva desta análise é baseada mais no que ele vê como os efeitos de sua inclusão dentro da sociologia industrial, em que os pressupostos gerencialistas resultaram em teorias que ajudam a manter ou elaborar, em vez de enfraquecer, os sistemas de controle da gestão (KNIGHTS, 1990, p. 299)³⁴.

Outra leitura referente à relação objetividade-subjetividade que identificamos em um pesquisador do CMS, agora referente não diretamente a Marx, mas a certos teóricos e correntes marxistas parte de Parker (2003). Em suas linhas identificamos o seguinte argumento:

Teoria Crítica de Horkheimer teria problemas com este tipo de versão transcendente do marxismo. Enquanto os seus objetivos podem ser louváveis, os mecanismos pelo qual ele tenta articulá-los simplesmente espelha a tradicional dependência da teoria sobre a dicotomia sujeito-objeto e as falsas certezas do conhecimento científico. A identidade dos objetos – o capitalismo, o proletariado, a economia – é assumida no que é efetivamente uma forma trans-histórica. Isso não quer dizer que o marxismo tradicional não tenha senso de história, mas sim que ele é tão emaranhado dentro do pensamento da identidade do capitalismo que ele vê seu conhecimento sustenta [sic] através da lente da ciência positivista. Em certo sentido, ele desconhece o quão profundamente comprometido já são seus pressupostos mais fundamentais³⁵ (p. 209).

Notamos nessa passagem uma divergência central de sua inclinação “onto-epistêmica” com aquela apregoada pela Escola de Frankfurt, mesmo Martin Parker se dizendo afiliado a tal visão teórica. Destacamos também a demarcação de um tipo marxismo que nomeia como transcendental e, “nas últimas páginas do artigo, expoentes do marxismo transcendental são acusados de estarem interessados em recolher ‘fatos melhores’ e de adotar a ‘superioridade moral’ e de exemplificar, por implicação, pelo menos, o tipo errado de marxismo”, conforme a leitura de Ackroyd (2004, p. 2).

A interpretação de outros autores sobre tal ponto não divergem do argumentado até então. Ferdinand et al. (2004), por exemplo, afirmam a partir da leitura de Alvesson e

³⁴ “After a brief flirtation with theorising human nature and the subject in his early writings on alienation, Marx refrained from this kind of speculative philosophy to concentrate on what he considered to be the more objective scientific study of capitalism political economy. The theory of labour process was an integral part of Capital and, [...], while it might not have been his intention, one result of Marx's analysis in this sphere 'has been to abolish the possibility for a theory of subjectivity'. But Braverman's justification for excluding the subjective dimension from this analysis is based more on what he sees as the effects of its inclusion within industrial sociology where managerialist assumptions have resulted in theories which help to sustain or elaborate, rather than undermine, systems of management control”

³⁵ “Horkheimer's Critical Theory would have problems with this kind of transcendent version of Marxism. While its aims may be laudable, the mechanisms by which it attempts to articulate them simply mirror traditional theory's reliance on the subject-object dichotomy and the false certainties of scientific knowledge. The identity of objects – capitalism, the proletariat, the economy – is assumed in what is effectively a trans-historical manner. That is not to say that traditional Marxism has no sense of history, but rather that it is so entangled within the identity thinking of capitalism that it views its knowledge claims through the lens of positivist science. It is, in a sense, unaware of just how deeply compromised its most fundamental assumptions already are”.

Willmott (2003), que os esforços dos teóricos do *Critical Management Studies* são direcionados a uma leitura não-objetivista das técnicas de gestão e dos processos organizacionais, a qual embasaria seu posicionamento “onto-epistêmico”. Nas palavras dos próprios teóricos do CMS, “em oposição à ciência social tradicional e aos estudos em gestão, Critical Management Studies partem de uma compreensão ‘não-objetivista’ da ontologia e da epistemologia”³⁶ (ALVESSON; WILLMOTT, 2003, p. 16).

Ferdinand et al. (2004, p. 1457) ressaltam, todavia, que “em seu esforço para rejeitar a ontologia e a epistemologia objetivista, Alvesson e Willmott parecem ter esquecido uma das ideias-chave de Burrell e Morgan, a saber, a ‘oscilação ontológica’^{37,38}, complementa dizendo que esses autores descreveram a ocorrência da “oscilação ontológica” em autores com uma postura altamente subjetivista, mas também presente de modo encoberto em uma ontologia mais realista.

Assim se desenvolvem os estudos organizacionais críticos em sua matriz europeia, desde ‘Trabalho e Capital Monopolista’, passando pelo *Labour Process Theory* e seus críticos até o movimento que se mantém e predomina atualmente, o *Critical Management Studies*. Cada qual apresenta um viés objetivista ou subjetivista da realidade social e laborativa, bem como uma leitura e influências próprias do pensamento marxiano. Cumpre então interpretar como isso se desenvolveu nos Estudos Organizacionais brasileiros.

2.3 A IMPOTÊNCIA CONFESSA NA ANÁLISE MARXISTA DAS ORGANIZAÇÕES NO BRASIL

Os estudos organizacionais brasileiros de cunho crítico foram influenciados pelo *Labour Process Theory*, mesmo que pontualmente, e em especial pelo estudo de Harry Braverman, ‘Trabalho e Capital Monopolista’. Destacamos entre aqueles trabalhos que se

³⁶ “In opposition to traditional social science and management studies, critical studies of management proceed from a ‘non-objectivist’ understanding of ontology and epistemology”.

³⁷ Sobre a ‘oscilação ontológica’, Burrell e Morgan (1994, p. 266, tradução livre), fazendo referência ao trabalho de Bittner e Zimmerman, expressam que “analiticamente eles enfatizam uma posição altamente subjetivista que nega a existência de estruturas sociais e de realidades sociais concretas de qualquer forma. Porém a tentativa de operacionalizar suas ideias dentro de um contexto empírico leva-os frequentemente a admitir uma forma mais realista de ontologia por portas travessas. Uma vez que isto é não intencional, faz pesar grandes dificuldades para os estudantes tentarem entender seus trabalhos e distingui-los da típica pesquisa, por exemplo, do quadro de referência de ação e do interacionismo característico do paradigma funcionalista. Porém esta oscilação ontológica é prevalente em todas as formas de sociologia fenomenológica que tenta ilustrar suas proposições básicas através de estudos empíricos de situações tiradas da vida cotidiana”.

³⁸ “In their drive to reject objectivist ontology and epistemology, Alvesson and Willmott appear to have overlooked one of Burrell and Morgan’s key insights, namely ‘ontological oscillation’”.

embasaram nas linhas bravermanianas o estudo de José Henrique de Faria, ‘O autoritarismo nas organizações’, que fora fruto de uma pesquisa desenvolvida para a elaboração de sua dissertação de mestrado, essa realizada antes de 1979 e o livro publicado em 1985. Nesse estudo, Faria (1985) se apoia em Braverman (1981) em dois momentos de seu livro. Primeiramente, para discutir os ‘Fundamentos do autoritarismo nas organizações’, especificamente nos itens que tratam da estrutura autoritária da sociedade e da divisão do trabalho. No capítulo seguinte, para se contrapor ao modelo taylorista de produção. Os trabalhos subsequentes desse autor (1987, 1992, 2004, 2007, 2009) também retornam ao pensamento de Harry Braverman.

Quanto à repercussão do *Critical Management Studies* no Brasil, essa ocorreu principalmente depois da tradução do primeiro volume do ‘Handbook de Estudos Organizacionais’ para o português, em 1999 (PAES DE PAULA, 2008). Na edição brasileira foram também inseridos artigos produzidos por autores pátrios, repensando as temáticas abordadas no original e contextualizando tais discussões. O movimento em questão foi propalado pelo artigo de Alvesson e Deetz (1999), ‘Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais’, repercutindo em um maior interesse dos pesquisadores nacionais nas linhas de estudo anglo-saxônicas vinculadas ao CMS.

Não obstante tais influências, é importante lembrar que os estudos críticos em Administração no Brasil possuem uma tradição autônoma, que remonta aos escritos de Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg, seguidos por Fernando Prestes Motta.

No Brasil, os estudos críticos tanto podem ter sido inspirados por Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg como podem ter sido realizados em função de seus estímulos para que os pesquisadores brasileiros buscassem uma independência intelectual considerada por eles essencial para o posicionamento crítico (PAES DE PAULA, 2008, p. 49).

O estudo desenvolvido por Davel e Alcadipani (2003), por ser focado nos anos 1990, não capturou a dimensão da crítica nacional nas figuras aludidas e suas ascendências teóricas sobre os estudiosos críticos das organizações. Paes de Paula (2008), a partir de uma pesquisa de maior abrangência que englobou o período de 1980 a 2004, pôde perceber o caráter autônomo desses estudos e o período em que o *Critical Management Studies* se torna alvo do interesse acadêmico pátrio e passa a influenciar essa produção. Isso pode ser constatado na seguinte afirmação: “Apesar da evidente disseminação de estudos críticos causada pelo artigo de Alvesson e Deetz (1998) no *Handbook*, no Brasil esses estudos já existiam, pois quando

cotejamos a produção do movimento *critical management studies* e a produção nacional crítica antes de 1990, dois autores sobressaem pelo seu pioneirismo na área” (PAES DE PAULA, 2008, pp. 46-47), Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg. A autora aborda também o trabalho de Fernando Prestes Motta, que fora orientado por Maurício Tragtenberg e seguiu as suas trilhas.

Dado o nosso interesse na obra marxiana e em suas leituras, nos deteremos nas contribuições de Maurício Tragtenberg e, pontualmente, de Fernando Prestes Motta, pelas suas inclinações marxistas.

Sobre Maurício Tragtenberg, Paes de Paula (2008) elaborou um trabalho dedicado de sua obra e de suas ascendências intelectuais. A partir desse estudo, indicou a “moldura teórica que sustenta seus pensamentos e orienta sua obra: o anarquismo” (p. 89). Páginas à frente, esclarece que “o anarquismo de Maurício Tragtenberg é um caso singular, pois não se alinha diretamente com nenhuma dessas tendências. É possível notar críticas a Bakunin e certa simpatia por Kropotkin, pois é com base no seu pensamento que Tragtenberg faz sua definição de anarquismo”, ademais “o próprio Maurício Tragtenberg define-se como um marxista anarquizante” (p. 93), a despeito das interpretações diversas que os estudiosos de seu pensamento possuem sobre tal estirpe acadêmica.

O “marxismo anarquizante” de Maurício Tragtenberg é seguido de um weberianismo radicalizado. “O anarquismo é percebido permanentemente nas suas obras e ao longo da sua trajetória acadêmica. Marx e Weber acompanham permanentemente seus escritos, seja de forma direta como objeto de análise ou indiretamente na estruturação dos fundamentos e das argumentações” (FARIA; MENEGHETTI, 2010, p. 15). Sobre a influência de Max Weber nas linhas de Maurício Tragtenberg, Paes de Paula (2008, p. 90) considera que

Maurício Tragtenberg foi um estudante criterioso de Weber e sua atração pela obra desse autor se justifica por uma identidade com as preocupações deles em relação aos problemas da racionalização, da secularização e da burocratização das estruturas sociais. O prefácio de Tragtenberg no livro *Metodologia das ciências sociais* de Weber revela que essa identidade não é motivada pela questão da burocracia em si, mas pela inquietação weberiana com dois fenômenos básicos da modernidade, que circundam a burocratização: a perda do significado da vida e a perda da liberdade. Logo, é como pensador libertário que Tragtenberg busca analisar Weber. Assim, a crítica da burocracia que faz com base no pensamento de Weber está diretamente conectada com o projeto emancipatório no qual aposta (PAES DE PAULA, 2008, p. 97).

Já a respeito das inclinações marxistas de Maurício Tragtenberg, Paes de Paula (2008, p. 83) apregoa que ele “aceita as teses econômico-sociais de Marx, mas se opõe ao

marxismo-leninismo-stalinismo-trotskyismo que gerou o fetichismo do partido político e da representação parlamentar e que, em sua opinião, é responsável pelo fracasso das experiências socialistas”, e prossegue com um ponto que merece destaque, ele “defende que o anarquismo tem uma contribuição importante *no nível das superestruturas*, na análise dos movimentos sociais, na questão da luta contra a burocracia e na defesa da liberdade como valor” (destaque nosso). Realçamos tal ponto por aludir a uma questão bastante cara a proposta tese, Maurício Tragtenberg busca nas interpretações anarquistas contribuições no nível da superestrutura, talvez porque não as identifique diretamente no pensamento marxiano. Isso se deve, possivelmente, à influência de uma leitura objetivista da obra de Marx que predominava entre os marxistas em meados da década de 1990.

Indicativos sobre as inclinações marxistas de Maurício Tragtenberg também são oferecidos por Paço-Cunha (2010). Vale destacar o comentário que esse autor elabora acerca do ponto que destacamos no parágrafo anterior, sobre a superestrutura. O problema da relação entre infra e da superestrutura em Maurício Tragtenberg é resolvido por meio da cisão das ideias de Marx, associadas à infraestrutura, e de Max Weber, correlatas a superestrutura. Nesse sentido Paço-Cunha (2010, p. 30, nota 54) argumenta que “este problema é angular uma vez que parece ter sido na identificação da dificuldade dessa relação que moveu Tragtenberg e outros a buscarem ‘fora’ de Marx elementos para compor a superestrutura ao invés de desenvolver estudos a partir mesmo de Marx”.

A interpretação dessa aliança é reiterada por Ferreira (2001, p. 197), segundo o qual “o pensamento críticos de Maurício Tragtenberg é constituído através de Marx e Weber” e a

combinação – sempre problemática – que Maurício vai assumir com a ideia de ser Marx o portador da penetrante crítica da infraestrutura do capitalismo e, Weber, o da superestrutura. Algo em torno de considerações em que as relações do processo de produção capitalista explicam a dominação do trabalhador sob o capital, e que encontram nas formas de dominação, em particular, a dominação burocrático-legal, o momento de constituição mais delineado.

O diálogo entre Karl Marx e Max Weber perpassa toda a obra de Maurício Tragtenberg, desde a sua tese doutoral. Tal conjugação é ratificada por Paço-Cunha (2010, p. 28), conforme o qual “não é nenhum segredo a tentativa de Tragtenberg em conjugar Marx com Weber. A sua tese de doutoramento que ressoou, posteriormente, em livros como *Burocracia e Ideologia*, tentava dar conta dessa relação dialógica, além de outras questões”. Esse ponto é reiterado por Meneghetti (2009, pp. 21-22) quando afirma que Maurício Tragtenberg vivenciou a realidade das organizações produtivas atuais “como um intelectual

orgânico em defesa dos interesses dos trabalhadores” e que a essa realidade ele, “no plano teórico, fez críticas amparadas nas concepções de Marx e Weber, fundamentalmente”. Ele aborda ainda a apropriação do pensamento weberiano para a análise da superestrutura e das ideias marxianas para a infraestrutura: “Mesmo quando faz ‘conversar’ Marx e Weber, o faz com extrema competência. Por meio da dialética e de uma sociologia compreensiva, faz de Marx um crítico da infraestrutura e Weber, da superestrutura” (MENEGETTI, 2009, p. 42). Faria e Meneghetti (2009, p. 13) retomam a conjunção dos intelectuais, bem como a sua associação com a análise da infra e da superestrutura: “Tragtenberg fundamenta-se em Marx para compreender o nível da produção e em Weber, para o fenômeno da burocracia”, posteriormente indicam que tal “articulação entre esses dois teóricos mantém coerência epistemológica” e, deixando claro que esse não ser seu foco, afirmam que há “clareza dessa relação entre o plano da infraestrutura e o da superestrutura”, a referida relação é aquela entre Marx e Weber.

O importante é reter que a análise marxista das organizações, que tem início no Brasil com Tragtenberg, nasce nesse território entre Marx e Weber: análise marxista de um objeto weberiano, estudo marxista da organização burocrática ou ainda estudo marxista da relação associativa racional, o que fornece a impressão superficial de que Marx seria o verdadeiro ponto de partida dessa análise. A organização burocrática está, portanto, na gênese dos estudos organizacionais e, principalmente, na gênese da análise marxista das organizações (PAÇO-CUNHA, 2010, p. 30).

Paço-Cunha (2010) aborda em maiores detalhes o webero-marxismo presente nas linhas de Maurício Tragtenberg e na análise marxista das organizações em geral, enfatizando que a associação de Marx e Weber se estabelece por meio de um processo em que o marxismo é relegado a segundo plano, em prol da pesquisa de um objeto arbitrariamente entendido a partir das bases weberianas, especificamente, do tipo ideal burocrático. Ele alude também ao papel central que Maurício Tragtenberg possui para a análise marxista das organizações no Brasil e à sua influência sobre os teóricos que o sucederam.

Tragtenberg talvez seja o autor decisivamente mais influente da análise marxista das organizações no Brasil. Tanto Motta quanto Faria foram diretamente influenciados por seus originais estudos sobre a União Soviética, planificação econômica, poder, socialismo e também pelos estudos sobre a organização burocrática. Os estudos de Tragtenberg, nesta última direção, parecem fornecer os contornos de uma problemática imanente à *análise marxista das organizações*, levando-se em conta os apontamentos já indicados da relação associativa racional como um tipo ideal (PAÇO-CUNHA, 2010, pp. 27-28).

Destacamos outros dois estudiosos marxistas das organizações, já indicados na passagem anterior, Fernando Prestes Motta e José Henrique de Faria, ambos sucessores das linhas de pesquisa tragtenbergiana, sobre os quais versaremos na sequência.

Fernando Prestes Motta foi aprendiz e companheiro de profissão de Maurício Tragtenberg, ambos na EAESP-FGV quando doutorando e professor. Sua tese doutoral foi inspirada em uma provocação desse e desenvolveu sua carreira acadêmica a partir de tal influência. Uma aproximação de seus estudos indica que “sua trajetória heterodoxa partiu de um marxismo gramsciano até chegar à psicanálise, saindo da crítica da racionalidade burocrática para chegar a centralidade da psique humana no estudo dos fenômenos organizacionais” (PAES DE PAULA, 2008, pp. 57-58). Quanto a sua vinculação ao webero-marxismo promovido por Maurício Tragtenberg na análise marxista das organizações, especificamente sobre a organização burocrática, Paço-Cunha (2011, p. 59) afirma que

a forma como Motta coloca a questão sugere que Marx, ao contrário das próprias resoluções de seu itinerário intelectual, deveria, além de “algumas colocações”, ter considerado “a trajetória ascendente da burocracia” como uma “posição central em sua vasta obra”. Ou seja, Motta indiretamente censura exatamente aquilo que o pensamento propriamente marxiano tem de mais original, isto é, o achado fundamental e de caráter estatutariamente ontológico acerca do ser social, das relações sociais de produção no interior das quais a existência humana é objetivamente produzida e reproduzida sob uma dada forma historicamente determinada. Censura indiretamente, pois, prisma esse pensamento do ponto de vista da burocracia que, se tematizada tal como espera a censura, transformá-lo-ia em um pensamento diferente, senão oposto.

Concluimos então que Prestes Motta, alinhado ao webero-marxismo de Maurício Tragtenberg, faz uma leitura do trabalho marxiano a partir do prisma de Max Weber, ressentese mesmo de Karl Marx não ter teorizado a burocracia, não entendendo que esse é um objeto weberiano, fruto de uma abstração arbitrária³⁹. Em síntese, “Weber, autor central que orienta as obras de Tragtenberg e de Prestes Motta” (FARIA; MENEGHETTI, 2010, p. 2).

José Henrique de Faria, por fim, foi informalmente orientado por Maurício Tragtenberg em seu doutoramento e manteve com ele uma relação pessoal e acadêmica. “Atualmente, é um dos críticos brasileiros mais atuantes [...] Seguiu seu caminho marxista, também com um toque heterodoxo pela influência de críticos psicossociais como Enriquez, Pagés e Dejours” (PAES DE PAULA, 2008, p. 58).

Ao contrário de Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta, José Henrique de Faria possui inclinações weberianas bastante tênues, associadas à abordagem do poder como dominação e do interesse pela organização burocrática. “Faria, porém, é um caso

³⁹ Não foi possível um estudo mais dedicado da interpretação que Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta fizeram do pensamento marxiano, pois esse aspecto não é central e para não elaborar uma tese dentro de outra. Assim, conforme pode ser notado, adotamos a leitura de dois respeitados intelectuais vinculados à área de Estudos Organizacionais.

particularmente distinto já que manteve-se relativamente distante das citações a Weber, embora tematize a organização burocrática (variando como sinônimo de empresa capitalista e como organização em geral)” (PAÇO-CUNHA, 2010, p. 30, nota 52). A manifestação mais explícita de simpatia pelo pensamento weberiano é recente, em artigo publicado em parceria com Francis Meneghetti no XXXIV Encontro da ANPAD, em 2010. Contudo, nesse artigo, ele demarca uma diferença sua em relação a Max Weber, “quanto às contribuições de Weber referentes à burocracia, importa notar que ele, apesar de fazer uma análise histórica da burocracia, não adota o materialismo histórico, limitando-se a um olhar no plano da superestrutura” (FARIA; MENEGHETTI, 2010, p. 04). Advertimos que o próprio se posiciona como um materialista histórico, então, tal colocação ressalta o valor das ideias weberianas e demarca a não comunhão dele com a epistemologia weberiana.

Ressaltamos ainda o indicativo de Paes de Paula (2008) acerca da vinculação de José Henrique de Faria com a crítica psicossociológica, acrescentamos que ele também se vincula à teoria crítica da escola de Frankfurt, em especial, com certos teóricos da primeira geração – Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse –, mas também Jürgen Habermas. Diferentemente de Maurício Tragtenberg mas nem tanto de Fernando Prestes Motta, José Henrique de Faria busca respaldo para as questões da superestrutura e da subjetividade em tais bases teóricas.

A presença de Eugène Enriquez nas obras de José Henrique de Faria remonta a ‘O autoritarismo nas organizações, de 1985, no qual ele baseia todo um tópico em suas ideias, ‘Recalcamento e repressão: o controle nas organizações’. Nas suas obras subsequentes, esteve presente em quase todas (2004a, 2004b, 2004c, 2007, 2009), com exceção das obras publicadas em 1987 (Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas) e 1992 (Tecnologia e processo de trabalho).

O livro ‘Análise crítica das teorias e práticas organizacionais’ é, inegavelmente, a sua obra cuja influência da Teoria Crítica e da psicossociologia são mais marcantes, nessa há também um total afastamento das bases marxianas. Conforme seus próprios termos, “este livro fundamenta-se principalmente em uma linha de estudos, chamada de Teoria Crítica, cuja origem encontra-se na Escola de Frankfurt” (FARIA, 2007, p. 02). Nesse esteio,

cabe à Teoria Crítica desenvolver formulações que expliquem o real em sua forma e em sua substância, que permitam compreender para além do que pode ser visto e imediatamente entendido pela sociedade. Constitui-se, portanto, a partir das análises do *materialismo histórico e dialético*, para apreender os processos de transformação

da sociedade, e das contribuições da psicossociologia, para estabelecer as relações entre os sujeitos da ação e a própria ação. Deste modo, esta teoria não se contenta com as análises que se encerram no plano da macrosociedade e tampouco com as que pretendem explicar o mundo a partir do indivíduo, reclamando a construção de uma epistemologia que possa tratar de ambas as representações (FARIA, 2007, p. 10, destaque nosso).

Outra obra em que tais ascensões teóricas são acentuadas é ‘Economia política do poder’, em seus três tomos, a qual é tida por Paço-Cunha (2010) como a principal obra de José Henrique de Faria. Nessa, ele adverte que

Faria conjuga Marx com elementos da psicossociologia, para, por assim dizer, suprir a mitigada subjetividade nas reflexões do próprio Marx. Não é mais, portanto, exatamente a mesma coisa que trazer Weber na conjunção com Marx, como Tragtenberg e Motta, embora Faria mantenha, sob um aspecto dominante, a questão da organização burocrática e a busca de uma complementação superestrutural, advinda de fora das linhas marxianas, presente nos dois primeiros (PAÇO-CUNHA, 2010, pp. 29-30).

Conforme ressaltado na passagem supraexposta e já indicado anteriormente, José Henrique de Faria, assim como outros teóricos marxistas das organizações, busca em outras afluências a dimensão subjetiva que considera ausente no pensamento marxiano. Ele, especificamente, o faz por meio dos estudiosos franceses da psicossociologia, majoritariamente, e dos teóricos críticos frankfurtianos⁴⁰. Os trabalhos em que remonta as bases frankfurtianas, entretanto, são desenvolvidos no geral em parcerias e a leitura que estabelece de tais teóricos é focada na infraestrutura, especialmente na economia política, e não na superestrutura, que aludiria à cultura e a ideologia. Observa-se também que ele não se desprende do foco na objetividade mesmo na incursão a estudos marxistas que priorizam a subjetividade, como é o caso daqueles desenvolvidos pelos intelectuais da Escola de Frankfurt, sempre calcado em um “materialismo histórico e dialético”.

Nesse sentido, não houve, até o presente, qualquer empenho por parte de José Henrique de Faria e de outros teóricos marxistas das organizações em vasculhar as obras de Karl Marx em busca desse pressuposto viés objetivista ou do entendimento da real correlação entre subjetividade e objetividade.

A leitura de Paço-Cunha (2008), diferente daquelas apresentadas nas análises marxistas das organizações até então, alude a um projeto teórico-filosófico marxiano em que a

⁴⁰ Ressaltamos que os próprios foram buscar em Max Weber e Sigmund Freud, principalmente, as bases para discutirem os aspectos subjetivos que balizam suas análises, buscando complementar as lacunas que identificam no trabalho marxiano.

objetividade não predomina, mas no qual há a conexão da subjetividade com a objetividade e vice-versa por intermédio da atividade sensível do homem.

Em Marx, sujeito e objeto conclamam por suas terrenalidades, de forma que os homens são tratados como seres ativos e os objetos como atividade sensível. Com efeito, a crítica anti-antinômica de Marx toma os seus contornos no reconhecimento de que somente no plano da vida efetiva tais questões podem ser resolvidas (PAÇO-CUNHA, 2008, p. 08).

É nessa direção que pretendemos investigar as linhas marxianas, especificamente, o primeiro volume de *O capital*, a fim de constatar como se estabelece nessas a relação objetividade-subjetividade. Haveria nessa obra de maturidade de Karl Marx um “corte” do subjetivo ao objetivo, conforme enunciou primeiramente Louis Althusser, ou a práxis mediaria a relação objetividade-subjetividade, conforme apontado por Paço-Cunha?

No capítulo seguinte, abordaremos a segunda visão com maiores detalhes, pois partimos de uma leitura das obras marxianas consonante às ideias de Georg Lúkacs e José Chasin, que apontam para uma relação entre objetividade e subjetividade. Tal interpretação, contudo, não comprometerá nossa pesquisa, mas trará novos elementos e possibilidades que vão além daquela empregada até o momento na análise marxista das organizações, como herança de leituras sociológicas e filosóficas de alto calibre.

2.4 TRILHAS PARA UMA APREENSÃO AUTÊNTICA DO PROBLEMA: LUKÁCS E CHASIN

Observamos nos tópicos anteriores claros indicativos de uma leitura parcial do pensamento marxiano, pendendo ora para a objetividade ora para a subjetividade. A leitura e adesão à interpretação de Althusser (1979), marcada pela classificação epistemológica das obras de Karl Marx, propicia grande parte desses desdobramentos nos estudos sobre o trabalho e as organizações. Conforme expusemos, Burrell e Morgan (1994) cindiram os estudos marxianos e aqueles estabelecidos em tais bases em dois quadrantes – humanismo radical, de cunho subjetivista; e estruturalismo radical, objetivista. Nesse esteio, identificamos as leituras de Braverman (1981) que, ao optar pela incursão no primeiro volume de *O capital*, entendeu que partia então de um prisma apenas objetivo, retirando de cena os aspectos subjetivos. Os teóricos do *Labour Process Theory*, com destaque para Burawoy (1979; 1983; 1985), criticaram a interpretação e o estudo bravermaniano em busca de uma análise social crítica que contemplasse os aspectos subjetivos e simbólicos do processo de trabalho. Os

adeptos do movimento *Critical Management Studies* caminharam nesta mesma direção, a fim de incorporar essas dimensões supostamente negligenciadas e que, a seu ver, não eram contempladas nas bases marxianas. Assim, incorporaram perspectivas pós-estruturalistas com destaque para as ideias de Michel Foucault. Por fim, os estudiosos brasileiros das organizações aderiram a essa mesma leitura objetivista acerca das ideias marxianas e, para sanar tal limitação, incorporaram o weberianismo e, posteriormente, a psicossociologia e a Teoria Crítica Frankfurtiana.

Todavia, leituras mais recentes nos Estudos Organizacionais brasileiros apontam para os limites dessa interpretação parcial e polarizada do pensamento de Marx. Conforme Paço-Cunha (2008) nos apontou, existe uma relação e não uma cisão entre objetividade e subjetividade e tal relação seria mediada pela práxis, em uma leitura ontoprática. Seus lineamentos são tecidos a partir de duas bases principais, a interpretação de José Chasin e György Lukács e no próprio Karl Marx, embora os dois primeiros não sejam necessariamente transitivos entre si.

Resgatando tais bases, percebemos que uma análise marxista que penda para a objetividade ou para a subjetividade é lacunar e não contempla os indicativos próprios do filósofo em questão. Karl Marx, nos ‘Manuscritos econômico-filosóficos’, já aludiu não haver tal cisão entre objetividade e subjetividade: “Pensar e ser não são pois, na verdade, *diferentes*, mas, ao mesmo tempo, formam em conjunto uma *unidade*” (MARX, 1974a, p. 16, destaques no original).

Anos após, especificamente em 1859, em uma de suas obras classificadas como de maturidade por Althusser (1979), no prefácio de ‘Para a crítica da economia política’, Karl Marx menciona tal relação.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao revés, é seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1974b, pp. 135-136).

Esta passagem pode ser interpretada, numa leitura rasa, como a demarcação do objetivismo empedernido do Marx-maduro. Todavia, Lukács (1979) nos apresenta uma visão distinta e consonante com a acepção que estamos construindo.

Nesse trecho, o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social. A determinação da consciência pelo ser social, portanto, é entendida em seu sentido mais geral. Só o marxismo vulgar (desde a época da Segunda Internacional até o período stalinista e suas consequências) é que transformou essa determinação numa declarada e direta relação causal entre economia — ou mesmo entre alguns momentos dessa — e ideologia. E isso quando o próprio Marx, pouco antes do trecho ontologicamente decisivo que acabamos de citar, afirma, por um lado, que “correspondem [à superestrutura] formas determinadas de consciência social”; e, por outro, que “o modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida” (LUKÁCS, 1979, pp. 41-42).

Essa constatação de Lukács (1979) pode ser reforçada pela continuidade da passagem do próprio Marx (1974b), na qual a forma ativa da superestrutura idealista se apresenta como mediação para o esclarecimento das contradições sociais nas quais os homens estão implicados.

Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no interior das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico transforma-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem pela luta [*ausfechten*]. Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais (MARX, 1974, pp. 135-136).

Percebemos então o relacionamento recíproco entre os elementos objetivos e subjetivos sem o qual qualquer explicação do mundo social padece de um mecanicismo fotográfico. Tal reciprocidade é, em si mesma, reforço daquela aludida unidade existente entre ser e pensar, cujo relacionamento é ineliminável, embora, por vezes, contraditório.

Para concluir as alusões ao posicionamento de György Lukács a propósito da relação objetividade-subjetividade para Marx, segue uma passagem de outra obra em que ele é taxativo a respeito da reciprocidade existente entre tais categorias na realidade.

Por um corrente mal-entendido se crê às vezes que a imagem do mundo própria do materialismo – prioridade do ser sobre a consciência, do ser social sobre a

consciência social – é também de caráter hierárquico. Para o materialismo, a prioridade do ser é antes de tudo uma questão de fato: há ser sem consciência, mas não há consciência sem ser. Mas isso não significa de forma alguma uma subordinação hierárquica da consciência ao ser. Ao contrário: essa prioridade e seu reconhecimento concreto, teórico e prático, pela consciência, criam por fim a possibilidade de que a consciência domine realmente o ser. O simples fato do trabalho ilustra isto de modo mais conclusivo (LUKÁCS, 1982, p. 19)⁴¹.

Na mesma direção, José Chasin demarca de modo bastante preciso a relação entre objetividade e subjetividade pela reciprocidade, erigida por meio da atividade humana sensível. Essa ontoprática, característica do pensamento marxiano, cumpre o papel de mediação entre as atividades ideal e real como momentos distintos e relacionados do ser social. Nesse sentido, parece-nos ser Chasin quem melhor capturou o complexo de problemas que este relacionamento entre subjetividade e objetividade apresenta nos lineamentos marxianos:

Pela mediação da prática, objetividade e subjetividade são resgatadas de suas mútuas exterioridades, ou seja, uma transpassa ou transmigra para a esfera da outra, de tal modo que interioridade subjetiva e exterioridade objetiva são enlaçadas e fundidas, plasmando o universo da realidade humano-societária – decantação de *subjetividade objetivada* ou, o que dá no mesmo, de *objetividade subjetivada*. É, por conseguinte, a plena afirmação conjunta, enriquecida pela especificação do atributo dinâmico de cada uma delas, da subjetividade como *atividade ideal* e da objetividade como *atividade real*, enquanto momentos típicos e necessários do *ser social*, cuja potência se expressa pela síntese delas, enquanto construtor de si e de seu mundo (CHASIN, 2009, p. 98, grifos no original).

Evidenciamos a interpretação de Chasin (2009), que no esteio de György Lukács se posiciona contrariamente ao “imperialismo gnosiológico ou epistêmico que dominou a marxologia nos últimos decênios”. A seu ver, as interpretações lógico-gnoseo-epistêmicas da obra marxiana estabeleceram uma disputa sobre o “estatuto científico” que fundamentava as suas linhas sem, contudo, “se indagarem pela adequação do caráter de suas abordagens ao objeto pesquisado”. Nesse sentido, defende que “a obra marxiana é a negação explícita daquele parâmetro na identificação da cientificidade, tendo sua própria arquitetônica reflexiva, por consonância, natureza completamente distinta daquela suposta pelo epistemologismo” (CHASIN, 2009, p. 26-27).

⁴¹ “Por un corriente malentendido se cree a veces que la imagen del mundo propia des materialismo - prioridad del ser respecto de la consciencia, del ser social respecto de la consciencia social - es también de carácter jerárquico. Para el materialismo, la prioridad del ser es ante todo una cuestión de hecho: hay ser sin consciencia, pero no hay consciencia sin ser. Pero de eso no se sigue en modo alguno una subordinación jerárquica de la consciencia al ser. Al contrario: esa prioridad y su reconocimiento concreto, teórico y práctico, por la consciencia, crean por fin la posibilidad de que la consciencia domine realmente al ser. El simple hecho del trabajo ilustra esto del modo más concluyente”.

Uma análise dos lineamentos marxianos que respeite o seu espírito e sua letra, como fez sobretudo Chasin, indica que inexistem vieses gnóstico-epistemológico, mas um trabalho a respeito do ser, ou seja, de base ontológica. A passagem seguinte, de autoria de György Lukács reitera que o pensamento marxiano se distancia de um viés epistemologista em prol de um caráter ontológico.

Todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente (isto é, fora dos preconceitos da moda), são entendidos – em última instância – como enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas. Por outro lado, não há nele nenhum tratamento autônomo de problemas ontológicos; ele jamais se preocupa em determinar o lugar desses problemas no pensamento, em defini-los com relação à gnosiologia, à lógica, etc., de modo sistemático ou sistematizante (LUKÁCS, 1979, p. 11).

Como fruto do trabalho de orientação de José Chasin e Ester Vaisman sobre a relação objetividade-subjetividade, a dissertação de mestrado elaborada por Frederico Almeida Rocha analisa o complexo categorial subjetividade nos textos marxianos redigidos entre 1843 a 1846. Nesta, Rocha (2003, p. 69) conclui, entre outros pontos, que

a objetivação das forças essenciais pelos indivíduos é a confirmação da sua própria individualidade, tanto física quanto espiritualmente. No interior da produção, subjetividade e objetividade são enlaçadas e encontram-se em transitividade insuprimível. O objeto social é a confirmação das faculdades humanas e a vida dos indivíduos exteriorizada. O homem se objetiva nos objetos externos e os objetos externos se tornam objetos sociais. A própria riqueza subjetiva dos indivíduos depende da forma como os objetos sociais estão em relação com eles, forma essa que por sua vez depende da extensão da esfera circunscrita pelas suas relações práticas. E tal relação é socialmente determinada.

Tal conclusão corrobora com os argumentos expostos anteriormente, principalmente por se tratar do resultado de uma investigação criteriosa que retorna aos textos de Karl Marx para entender, a partir deles próprios, como aparece a categoria alvo, no caso o complexo categorial subjetividade. Há quem possa desconsiderar tais resultados pelos momentos históricos desses escritos, já que seriam ainda insipientes por estarem exatamente na fase de transição das obras de juventude para as obras de maturação, incluindo neste interim as obras de cesura, conforme apregoado por Althusser (1979). Entretanto, vimos acima a recorrência da determinação da relação entre a subjetividade e a objetividade surgir no prefácio de 1859, um texto considerado de maturidade.

Assim, para consubstanciar a inseparabilidade entre esses momentos do ser social é importante uma análise imanente da obra de maturidade de Karl Marx, *O capital*, a qual pretendemos elaborar. A análise que propomos se mostra ainda mais relevante quando nos deparamos com os argumentos expostos neste tópico, a partir dos quais questionamos como

se sustentaria uma análise marxista das organizações que parta da cisão do pensamento marxiano nesses termos.

3. OBJETIVIDADE/SUBJETIVIDADE EM O CAPITAL

Este tópico foi organizado a partir de algumas categorias que consideramos centrais, porém não exaustivas nem finais, para a análise a que nos propomos, qual seja: indicar a presença marcante do aspecto subjetivo sempre em relação recíproca com a objetividade n' *O Capital*.

Iniciamos pelo trabalho, porque é a categoria que ajuda a evidenciar mais facilmente os problemas e por ser uma discussão já muito conhecida e estudada.

3.1 TRABALHO COMO FORMA DE MEDIAÇÃO ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Uma das categorias mais problemáticas e simples, ao mesmo tempo, que gerou e ainda gera divisões entre os ocupados com os estudos marxianos é o trabalho. Capaz de causar fortes embates entre os adversários das manifestações de classe, que abarca as hoje multiformes frações do trabalho – produtivo e improdutivo, simples e complexo. Também marca os debates sobre uma alegada centralidade do trabalho entre aqueles identificáveis com o marxismo e suas versões.

Entre os estudiosos de Marx, talvez tenha sido Georg Lukács quem dedicou mais páginas à categoria trabalho, em sua última e inacabada obra: *Para uma ontologia do ser social*. Como maior filósofo marxista do século XX, o autor húngaro retomou os escritos marxianos para uma “análise do trabalho” tendo em vista a exposição “em termos ontológicos” daquelas “categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas” (LUKÁCS, 2013b, p. 41).

Entre as conclusões mais importantes do último Lukács (2013b), se encontra a determinação do trabalho como um pôr teleológico (atividade orientada para um fim). Já amplamente conhecido tal desenvolvimento, dispensa-nos de maiores detalhes. Importa destacar a apreensão do trabalho, como um tipo de atividade humana pensada em suas formas simples, é atuação que tem caráter teleológico, isto é, uma finalidade anterior ao agir sobre a natureza. De tal maneira, a consciência se apresenta como uma mediação indispensável, mesmo para o trabalho em sua forma mais rudimentar, como pôr teleológico primário. Lukács diferencia este último tipo de pôr teleológico dos tipos “superiores”, isto é, pores teleológicos

secundários identificáveis no progressivo avanço das forças produtivas, um pôr teleológico que não se efetiva mais na relação com a natureza e sim nas práticas sociais desenroladas em dimensões mais ou menos afastadas da produção e reprodução imediatas da existência material. Em outras palavras, práticas sociais que têm nas consciências dos demais homens seus objetos privilegiados de atuação. Essas práticas mais avançadas guardam, apesar da maior complexidade histórica, devido ao atuar dos homens, os elementos que estavam na esfera do trabalho em suas formas mais primitivas. Então, sujeito, meio e objeto são elementos comuns universalmente às distintas atividades humanas, dos coletores do passado remoto aos aceleradores de partículas de ambos os lados do Atlântico, nos tempos contemporâneos.

Como já sinalizado na introdução desta tese, não apenas com *Para uma ontologia do ser social*, mas desde 1924 podemos encontrar em Lukács preocupações presentes e tangentes ao lugar da consciência na vida social. É preciso distinguir aquilo que pertence às bases que Lukács pretendeu retomar de Marx e aquilo que poderíamos identificar como um traço de sua originalidade. Não que o propósito do filósofo alemão não tenha tal traço, mas o que dá especificidade à “análise do trabalho” para uma exposição das categorias fundamentais do ser social é a delimitação do caráter teleológico do trabalho e das demais práticas sociais avançadas no tempo, em sociabilidades mais complexas e desenvolvidas. A principal fonte para Lukács, entre os muitos materiais trazidos ao capítulo sobre o Trabalho, poderíamos designar sem muitas dúvidas como sendo o capítulo de *O Capital* denominado *O processo de trabalho e o processo de valorização*. Ali podemos encontrar os elementos centrais a partir dos quais Lukács derivou e encontrou condições para chegar às formas dos pores teleológicos indicados acima.

Mas importa menos tal derivação e originalidade do filósofo húngaro senão para nos servir de médio e tão somente, tendo em vista nossa desejada chegada à categoria trabalho como possibilidade, na forma de evidência aproximada, da maneira como Marx pensava a relação entre objetividade e subjetividade, pensamento este matizado, não temos dúvidas, em autêntica determinação ontológica, como ficará claro.

E é importante destacar o quão problemáticas são as soluções exógenas (“completar” com elementos externos e até de formas de pensamento absolutamente contrárias) ou, ainda pior, concluir equivocadamente não haver espaço na elaboração marxiana para o problema da subjetividade. Que seja dito e repetido que não se encontrará, de qualquer maneira, um

tratamento da subjetividade de modo autônomo e como singularidade pura segundo os anseios inócuos do movimento pós-modernista. O que há de mais burlesco, evitar o aprofundamento da investigação enxertando coisas estranhas ao pensamento marxiano ou negar tal pensamento porque nele se reflete as deficiências próprias do pensamento adversário? O último Lukács é a prova, não obstante as derivações, que existe evidentemente lugar para a subjetividade no tratamento dado por Marx aos variados problemas enfrentados na exposição da lógica do capital.

O argumento de não haver lugar para a subjetividade perde força logo no primeiro capítulo de *O Capital*, supondo o anseio por encontrar subjetividade por todos os cantos não tenha identificado um traço sequer nos prefácios redigidos por Marx – prefácio da primeira edição e posfácio da segunda. Mas neles tais traços estão submetidos ao problema da ciência. Para este subjetivismo que confrontamos, pois, a ciência não comportaria sujeito; logo, não comporta subjetividade e, assim, não há lugar para a subjetividade no pensamento marxiano. Fiquemos com a dúvida de que os problemas da ciência não tenham sido suficientes para explicitar o buscado. E o que dizer, retomando o ponto, do tão visitado capítulo 1?

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p. 113).

Como nossa intenção é discutir a categoria trabalho, pareceria estranho iniciarmos pela mercadoria, uma categoria mais relacionada à produção capitalista. Não obstante, servindo de conexão, esta passagem inicial da obra magna marxiana mostra logo de partida as necessidades humanas, tenham elas origem em uma pura determinação biológica (sendo depois socializadas) ou já estejam na esfera socializada. Assim sendo algo imanentemente humano, fruto da imaginação, impossível de se encontrar dado pela natureza não humanizada. E sejam necessidades reais ou imaginárias não altera em nada o fato objetivo de que as mercadorias possuem propriedades que as satisfazem. Do mesmo modo, é indiferente também a forma dessa satisfação, se como fruição ou como meio de produção. Se satisfizer alguma necessidade real ou ilusória, a coisa é útil e tem valor de uso. Mas a utilidade das coisas não está dada, não é evidenciada pela própria coisa. Incide sobre ela a força humana, força duplamente determinada:

Cada uma dessas coisas é um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico. Assim como também é um ato histórico encontrar as medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A diversidade das medidas das mercadorias resulta, em parte, da natureza diversa dos objetos a serem medidos e, em parte, da convenção (MARX, 2013, pp. 113-114).

Descobrir as propriedades das coisas e suas múltiplas possibilidades úteis é um ato histórico. Igualmente, é um ato histórico encontrar as medidas sociais, como podemos ler na passagem citada, para a quantificação daquelas coisas úteis. Não se descobre as propriedades e possibilidades e não se encontra as medidas sociais das coisas sem alguma mediação da subjetividade dos homens que enfrentam e precisam responder a problemas reais postos pela objetividade das coisas e das relações no interior das quais eles vivem. E é no interior de tais relações que culturalmente estabelecem as convenções, inclusive, como uma das fontes para as medidas quantificadoras das coisas.

Os dois atos históricos acima referidos, um associado ao trabalho pela descoberta e aplicação das propriedades das coisas e o outro ligado às medidas necessárias às trocas, possuem uma relação de pressuposição. O segundo ato histórico seria impossível de existir sem o primeiro. É sobre o trabalho que devemos inicialmente lançar nossa atenção, como já anunciado.

O capítulo *O processo de trabalho e o processo de valorização* é parte importante para as nossas pretensões expositivas porque nele encontramos o tratamento da categoria trabalho enquanto abstração razoável⁴² e, por isso, com carga universal, na medida em que permite apreciar os componentes do trabalho de maneira independente da forma social que ele venha a assumir. Como nos ensina Marx (2013, p. 255):

A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle [do trabalhador], razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada.

A essa consideração devemos adicionar que defrontamos, neste ponto, o padrão de cientificidade marxiano⁴³ que por não ser alvo desta investigação cabem-nos apenas pouquíssimas palavras, sobretudo no aspecto da distinção entre a forma simples ou abstrata e a forma concreta. Marx trabalha inúmeras vezes com essa distinção para demarcar os traços universais de determinadas categorias efetivamente existentes (e.g. o trabalho existe,

⁴² Para um estudo dedicado à questão, ver Marx (1974) e Chasin (2009).

⁴³ Sobre este padrão ver Chasin (2009).

independentemente de sua forma) o que permite avaliar como se articulam tais traços nas formas concretas do trabalho sob os diferentes modos de produção. No capítulo em questão, e para aquém do modo expositivo dado pelo filósofo nascido em Trier, confronta-se a forma universal do trabalho, comum a todas as formas de produção, com a forma particular do trabalho produtivo na produção capitalista, em que se efetua um sistema como unidade de processo de trabalho e processo de valorização. Como o primeiro processo, comporta os elementos do trabalho em geral, universalmente acumulado, reproduzido idealmente, enquanto categoria do ser social, e como o segundo processo abarca os traços típicos da produção do mais-valor. Esse contraste, feito por comparação, ajuda a especificar aquilo que pertence à forma universal e aquilo que pertence às formas mais concretas da produção, no caso, à produção capitalista. Assim, Marx inicia pela forma abstrata e nos apresenta a famosa passagem sobre o trabalho como metabolismo do homem com a natureza, a mesma passagem a partir da qual Lukács deriva e encontra condições para estabelecer aquela compreensão original sobre os pores teleológicos. Insistimos: não se trata de uma determinação marxiana, mas de uma derivação do filósofo húngaro a partir dos lineamentos de Marx. Nesse sentido, é impossível não repetir a belíssima passagem que, se somada àquela antes indicada sobre a descoberta e aplicação das propriedades das coisas, ilumina a trama ontologicamente armada entre objetividade e subjetividade quando temos, no caso, o trabalho como objeto da análise categorial:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvinculou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a

realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais (MARX, 2013, pp. 255-256).

O trabalho em sua forma universal e, por isso, independente de “qualquer forma social determinada”, é atividade metabólica, reguladora, em suma, mediadora da relação do homem com a natureza. É por meio dessa mediação que se descobrem as propriedades das coisas e suas aplicações, convertendo a potência natural latente em coisas úteis à vida; produz-se valores de uso. Tal mediação, momento conformador das forças humanas essenciais, concretiza-se não por efeito das forças mágicas e outras razões imaginárias senão pela corporeidade humana manifesta nos braços, pernas, cabeça, mãos etc. Destaquemos o elemento “cabeça” na acepção do plano ideal, como momento importante porém não único ou autônomo desse metabolismo.

O primeiro aspecto é que o resultado do processo de trabalho nesses termos universais se confirma como antes pertencente ao plano ideal, como representação. A subjetividade do trabalhador opera como momento antecipador do resultado, prefigurador da objetividade já existente, como anterioridade. Mas este momento não é nada senão potência subjetiva também latente, condenada a permanecer apenas como possibilidade enquanto estiver ausente o pôr efetivo que a intermedeia, regula e controla. A objetividade não está apenas dada como anterioridade; ela também é o conjunto de propriedades e possibilidades que somente passam ao plano ideal por meio da descoberta e aplicação também por mediação da ação, do atuar efetivo sobre as coisas.

Como segundo aspecto importante, a subjetividade conforma-se às legalidades próprias das coisas à medida que a realização do efeito desejado na representação idealmente concebida depende também de uma apropriação mais ou menos aproximada dessas legalidades. O homem que fazia arcos em tempos remotos, por exemplo, não deve esperar que a água se comportasse como fogo na angulação do material utilizado. Adicionalmente, “algodão e fuso servem como meios de subsistência do trabalho de fiação, mas com eles não se podem produzir canhões” (MARX, 2013, pp. 265-266) ou aceleradores de partículas. Destarte, a subjetividade precisa, para obter o efeito útil, subordinar-se parcialmente às propriedades das coisas. Parcialmente porque também se subordina ao próprio objetivo traçado pelo trabalhador; objetivo que determina o tipo e o modo da atividade e ao qual submete sua vontade, tendo em vista os efeitos antecipados. Marx mesmo explicita que tal

vontade é orientada a uma finalidade, requerendo o autocontrole do próprio trabalhador no processo metabólico vital, território de realização de suas forças físicas e espirituais.

Por fim, o momento prefigurador propõe a forma, o atuar efetivo põe a forma e o processo se finda em algo externo, em um valor de uso, ao passar da “forma do movimento” à “forma do ser” (MARX, 2013, p. 258). O movimento total, porém, é maior que este processo que se encerra na forma do ser, pois o atuar efetivo não altera apenas a objetividade; proporciona também as condições de modificação do próprio sujeito atuante. Ao transformar as potências naturais latentes, modifica igualmente sua própria natureza, coloca em outro patamar suas potências subjetivas por meio de atividades cada vez mais aperfeiçoadas, que requerem novos conhecimentos de novas propriedades, combinações e aplicações variadas. Vemos que a atuação produtiva, o atuar efetivo, intermedeia a objetividade e a subjetividade numa unidade, coloca em contado o mundo das possibilidades latentes das coisas e o caráter reativo e propositivo da consciência, elevando, no movimento total ao longo de gerações, esta unidade a outros graus de desenvolvimento. Pouco adiante, Marx (2013, p. 260) sintetizou alguns desses elementos:

O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho, apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e sua vocação, exercem no processo laboral, elas serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho como meios de produção.

A citação anterior explicita claramente que não apenas há lugar para o problema da subjetividade em Marx como também que este momento do processo do trabalho tomado sob a forma universal constitui peça ineliminável, mas não autônoma, de todo o movimento que se desenrola no interior de uma unidade progressivamente em desenvolvimento na história do metabolismo social. O consumo produtivo aludido nesta passagem por Marx se estabelece segundo um propósito fundado pela subjetividade propositora, esta resultante por anterioridade histórica como reação às necessidades vitais e, também, ilusórias. Isto posto, o trabalho vivo é o próprio fator subjetivo (sujeito); e o fogo do trabalho que se apropria das coisas (objeto), despertando-as do “mundo dos mortos”, tem por elemento constitutivo igualmente o momento ideal proponente no princípio do processo de trabalho. Poderíamos exemplificar essas questões ao infinito, mas os elementos ora presentes são suficientes para dar as provas que evidenciam os limites dos enxertos e das falsas alegações de não haver

espaço em Marx para a subjetividade. Não obstante, que sejam permitidas algumas outras poucas indicações.

Marx escreveu que o “processo de trabalho” exposto em “seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza”. Não por outro motivo, se apresenta como “perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais”. O importante é destacar que como se trata de uma forma abstrata, não foi necessário expor o “trabalhador em sua relação com outros trabalhadores”, limitando-se “ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e suas matérias, de outro” (MARX, 2013, p. 261). Lancemos olhar, porém, para o trabalho realizado pelo trabalhador coletivo, isto é, no interior da cooperação, essa entretanto tomada em sua forma igualmente abstrata, isto é, sem qualquer determinação social específica. Que elementos adicionais a cooperação, o trabalho combinado, traz para a análise que ora desenvolvemos?

Marx ensina que, em termos gerais, “a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos chama-se cooperação” (MARX, 2013, p. 400). Chamamos a atenção para o fato de a cooperação ser planejada, isto é, já como resultado de uma subjetividade proponente, realizada portanto não sobre o mundo natural mas sobre as forças de trabalho de muitos homens. Neste ponto também, portanto, aparece o momento ideal mas numa determinação já mais complexa da atuação efetiva, em que temos muitas formas de atividades humanas articuladas em conexões imediatas e mediatas. Sabemos dos efeitos da cooperação, cujos resultados são amplamente maiores do que a simples soma das atividades individuais. E é no interior dessa cooperação que podemos apreender também os efeitos não apenas da subjetividade dos homens mas igualmente os efeitos sobre essa subjetividade. Escreveu Marx (2013, p. 407) que:

Sem considerar a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa força conjunta, o simples contato social provoca, na maior parte dos trabalhos produtivos [aqui ainda como trabalho que produz valor de uso e não no processo de valorização do capital], emulação e excitação particular dos espíritos vitais [*animal spirits*] que elevam o rendimento dos trabalhadores individuais, fazendo com que uma dúzia de indivíduos forneça, numa jornada de trabalho simultânea de horas, um produto total muito maior que o de doze trabalhadores isolados, cada um deles trabalhando 12 horas, ou que o de um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. A razão disso

está em que o homem é, por natureza, se não um animal político, como diz Aristóteles, em todo caso um animal social.

É no interior dessas relações cooperativas e por meio delas que podemos identificar o estímulo da atuação conjunta que, por sua natureza social, é experimentada subjetivamente pelas individualidades atuantes. O efeito, constatável para Marx, é a ampliação dos rendimentos das forças individuais, sentida na totalidade do trabalho combinado. Tomando todos os efeitos da cooperação simples, “ao cooperar com outros de modo planejado”, explica o filósofo alemão, “o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica [*Gattungsvermögen*]” (MARX, 2013, p. 405). Não apenas o rendimento objetivo se desenvolve, mas cria também as condições para o avanço do momento subjetivo. Não tão somente no que diz respeito à vibração em nível mais elevado dos espíritos em conjunto, fazendo valer o caráter social do homem, mas igualmente tangente à superação dos limites de cada indivíduo que, dentro de uma cooperação planejada, pode desenvolver-se mais do que se isolado ficasse, inclusive ampliando sua “capacidade genérica”, humana, a qual certamente inclui o momento subjetivo (reativo e propositivo).

Chama a atenção, como dito antes, o fato de que a própria cooperação é resultado de um plano novamente aparente, realização de uma subjetividade propositiva como resultado das respostas humanas às necessidades reais e imaginárias. Proposta certamente aperfeiçoada ao longo de gerações dividindo o trabalho, articulando as forças de trabalho mais ou menos de forma espontânea até alcançarem um nível de uma atuação amplamente consciente já em tempos imemoriais (caça, guerra etc.). Nesse sentido, apreendemos a cooperação como um resultado, não como valor de uso, que amplia as possibilidades de satisfação das necessidades. Essa atividade criadora atua no trabalho vivo, no fator subjetivo, não mais diretamente sobre a natureza.

Importa-nos destacar os homens em seu trabalho coletivo atuando sobre a natureza, mas isolamos a atividade de propor a cooperação, em um momento ideal que representa tal resultado antes de sua realização. E por que não dizer filosofia prática? A objetividade agora se revela quase inteiramente social não fosse o fato de que as forças individuais e, depois, a coletiva atuarem sobre a natureza, impondo condicionantes em função dos objetivos aos quais a vontade deve se subordinar. A própria atuação conjunta, a realização de uma cooperação antes limitada ao momento ideal, modifica drasticamente a objetividade (pense nas grandes construções de outrora). Certamente tais efeitos, impossíveis de serem alcançados por trabalhadores isolados, deixam profundas marcas sociais, depois passadas adiante por

gerações. Ao transformar coletivamente o natural, os homens modificam igualmente o caráter geral das suas sociabilidades, sua natureza social. Modificam, pois, não apenas as técnicas de cooperação necessárias à satisfação das necessidades reais e imaginárias cada vez mais complexas, mas também alteram a capacidade subjetiva do gênero humano, o que inclui o momento da representação do próprio trabalho coletivo, da cooperação planejada.

A mesma unidade que identificamos antes no trabalho abstrato, em *seus termos simples como atividade humana sensível em geral*, encontramos agora na forma do trabalhador coletivo também em termos gerais. Objetividade e subjetividade estão em relação recíproca e mediadas pelo atuar efetivo desses homens. A diferença é que no trabalho abstrato em sua forma simples a ação se dava imediatamente sobre a natureza, tomado o trabalhador sem relação com outros. Já no trabalho coletivo tal ação é mediata porque tem por objeto primário as relações entre os homens, entre os trabalhadores tomados em sua natureza social. A cooperação, agora em sua forma abstrata, comporta os mesmos efeitos identificados antes no trabalho porque é trabalho combinado, mas com efeitos potencializados. Isso é o mesmo que dizer que os efeitos sobre o gênero humano, isto é, a modificação da natureza do trabalhador ao modificar a natureza, são sentidos em toda a sua amplitude por meio da cooperação planejada, da articulação das diferentes individualidades. Se no trabalho abstrato em sua forma simples a alteração alcançava a natureza do trabalhador, no trabalho coletivo se dá a alteração da natureza das sociabilidades – ao menos tomando mais diretamente as formas sociais simples. Então, concluímos que se trata da alteração da natureza das sociabilidades na história por meio da forma geral pela qual os homens estão articulados no e a partir do metabolismo social, das formas simples de sociabilidade às formas mais complexas. Apenas deixando de lado essas questões poderíamos afirmar não haver em Marx lugar para a subjetividade. Como compreender essa unidade na base mesma do desenvolvimento social arrancando-lhe o momento subjetivo?

Nos termos abstratos fica marcado o momento subjetivo como proponente da cooperação, antes planejada; sobre o qual esclarecemos: preponderante na proposição, não necessariamente na relação geral com a objetividade. Mas apenas a atuação efetiva concretiza a representação como resultado, operando sobre as relações dos homens. As formas específicas dessas relações ou o ponto de arranque do momento proponente (se coletivo, vindo dos próprios trabalhadores associados ou fixado como atribuição de classe, por exemplo) em nada altera a existência da unidade e de suas complexas reciprocidades. Do

ponto de vista puramente objetivo, no entanto, é possível avaliar que a cooperação, mais ou menos contraditória, é superior em seus resultados gerais ao trabalho isolado, não apenas do ponto de vista dos rendimentos mas também do desenvolvimento das capacidades do gênero. Isso é o mesmo que dizer que, desconsiderando outros aspectos que marcariam um desenvolvimento desigual⁴⁴, o modo de produção capitalista, por exemplo, está num estágio de desenvolvimento superior ao trabalho rude e realizado isoladamente – ainda que, neste último, a subjetividade proponente além dos meios de produção estivessem “colados” ao trabalhador como o “caracol e sua concha” (MARX, 2013, p. 433). Diferentemente do senso comum, a subjetividade proponente não fica silenciada em função da própria natureza do processo de trabalho realizado. O modo de produção capitalista não é, de modo algum, inferior ao trabalho isolado porque fica silenciada o momento subjetivo em sua autenticidade ou porque se dá a separação entre trabalho e meios de produção. Mantendo essas contradições ao fundo, o modo capitalista de produção é superior porque amplia de modo contraditório os rendimentos dos trabalhos e os efeitos sobre a natureza, supera os limites individuais e desenvolve a capacidade do gênero. Mas têm também, obviamente, seus limites dados pela própria contradição por meio da qual se move. Uma análise simplificada nos elementos fundamentais da forma concreta da produção do capital também pode ser fonte de importantes determinações das reciprocidades complexas entre objetividade e subjetividade, conforme Marx nos legou.

A intenção não poderia de modo algum ser a de cobrir todos os complexos de problemas enfrentados por Marx, nem mesmo tomar em profundidade as questões ora aludidas. Temos em mente a possibilidade explicativa pela comparação entre a forma abstrata do trabalho e do trabalho combinado com a concretude do modo de produção capitalista. Para evitar novos problemas, vejamos os capítulos já visitados.

Observamos, de início, o momento histórico particular de uma subsunção formal do capital sobre o trabalho. Amalgamados trabalho, meios de produção e matérias primas num mesmo lugar, o capitalista passa ao consumo produtivo da força de trabalho ao fazê-la consumir também produtivamente as coisas que ele comprou. Marx explica que “a natureza universal do processo de trabalho não se altera em nada pelo fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista, e não para si mesmo”. Isso significa dizer também que “tampouco o modo

⁴⁴ “Desenvolvimento desigual” é uma categoria que comporta, por exemplo, o avanço em determinadas esferas do capitalismo mas também retrocessos em outras esferas simultaneamente, o que ajuda a marcar a contraditoriedade do capitalismo. Por exemplo, seu caráter civilizador e destrutivo. Mas também ritmos diferenciados de desenvolvimento entre os complexos que compõem a totalidade do ser social.

determinado como se fabricam as botas ou se fiam os fios é imediatamente alterado pela intervenção do capitalista” uma vez que o capitalista “tem, inicialmente, de tomar a força de trabalho tal como ele a encontra no mercado e, portanto, tem também de aceitar o trabalho tal como ele se originou num período em que ainda não havia capitalistas”. Apenas mais tarde, num segundo momento histórico, se consuma a “transformação do próprio modo de produção por meio da subordinação do trabalho ao capital” (MARX, 2013, p. 262). Não obstante, o “consumo da força de trabalho pelo capitalista” no processo de trabalho “revela dois fenômenos característicos” já muito conhecidos. O primeiro é que o “produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador”. O segundo, mais importante para nossa discussão, é que:

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho (MARX, 2013, p. 262).

Nesse momento histórico particular, ainda que o processo de trabalho não sofra interferências amplas do capitalista, um elemento muito importante se apresenta. Não se trata do simples controle como consequência formal do fato objetivo da compra da força de trabalho. Como mercadoria, ela pertence ao capitalista e dela irá dispor de modo apropriado, sem desperdícios. O elemento fundamental é o objetivo que guia a execução correta do trabalho e o uso adequado dos meios, objetivo ao qual devem se subordinar as vontades do capitalista e também do trabalhador direto. A finalidade, como sabemos, não é a mera produção de valores de uso que satisfarão necessidades reais e imaginárias. Trata-se do conhecido “impulso desmedido de autovalorização” (MARX, 2013, p. 338) ou, melhor dito, que “o motivo que impulsiona e a finalidade que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital” (MARX, 2013, p. 406). Portanto, não se altera a finalidade nem a necessária subordinação das vontades a ela pelo fato de a subjetividade proponente estar mais ou menos silenciada no processo de produção do capital. O fato de o capitalista ter que tomar a força de trabalho como a encontra no mercado, significa que também o processo de produção recebe decisivas influências dos modos de trabalhar herdados, os quais podem não ser adequados à “maior autovalorização possível do capital” (Idem).

Pela conhecida distinção entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo identificamos que a produção do primeiro “gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho” e que a

produção do segundo “revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais”. Esta última “supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real” (MARX, 2013, p. 578). A subsunção real significa uma tomada autêntica da produção, o comando elevado à força interventora que altera os modos herdados de trabalho, modifica na essência o processo de trabalho com métodos cada vez mais adequados à finalidade posta. A subjetividade propositora é aqui reduzida em grau comparativamente maior do que no momento histórico anterior em que o capital havia tomado apenas formalmente o comando do processo de trabalho.

Isso fica também evidenciado na forma capitalista da cooperação. É de se esperar que em termos práticos, por efeito do aumento da “massa dos trabalhadores simultaneamente ocupados”, “aumenta também sua resistência e, com ela, a pressão do capital para superá-la”. Registramos que os métodos para este embate de forças são bastante conhecidos e se estendem da forma mais hostil a mais sutil, da forma mais violenta da constituição do capitalismo à forma de exploração mais “civilizada e refinada” (MARX, 2013, p. 438); ambos os extremos perpassando necessariamente por elementos subjetivos das individualidades ora amalgamadas – já que mesmo as formas mais repressoras não eliminam o fator subjetivo, antes, o pressupõe. Igualmente, explica Marx (2013, p. 406), “com o volume dos meios de produção que se apresentam ao trabalhador assalariado como propriedade alheia aumenta também a necessidade do controle sobre sua utilização adequada”. Como consequência formal da compra da força de trabalho, o controle se amplia conforme também cresce o volume dos meios de produção. O que é mais importante para nosso argumento é que:

A cooperação dos assalariados é, além disso, um mero efeito do capital que os emprega simultaneamente. A interconexão de suas funções e sua unidade como corpo produtivo total reside fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. Por isso, a conexão entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo (MARX, 2013, pp. 406-407).

Destacamos que a própria arquitetura da cooperação, as múltiplas conexões entre as formas de trabalho, confronta os trabalhadores idealmente como “plano preconcebido”. A subjetividade proponente fica igualmente silenciada se comparada à forma do trabalho isolado e precário, naquela ligação direta entre o trabalhador e os meios de produção. No momento da

subsunção formal, era possível encontrar uma amplitude maior para a subjetividade do trabalhador, uma vez que o capital não havia revolucionado a base técnica e social da produção; já na subsunção real essa amplitude tende à diminuição. Desconsiderando as variações empíricas dessa amplitude já sob uma subsunção real, a ampliação do comando do capital e um maior silenciamento da subjetividade do trabalho são exigências da consolidação do domínio do capital sobre o trabalho, que finda com a entrada da maquinaria. Por isso lemos que “a cisão entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consuma-se, como já indicado anteriormente, na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria” (MARX, 2013, p. 495).

Mais tarde, esses processos podem ser mais ou menos revertidos, com uma nova ampliação da subjetividade do trabalho, conforme atingimos níveis de maior complexidade da produção em que os processos intelectuais e a criação do trabalhador se tornam condição para a autovalorização do capital em determinados setores produtivos. Inúmeras gerações de trabalhadores foram necessárias até alcançar o resultado de retomar parte do momento propositivo ao trabalho em determinadas esferas também porque se dispensa parte do comando sobre o trabalho, podendo ser “transferido” ao trabalhador como aparência de restituição e melhoria, por efeito de circunstâncias históricas específicas e inúmeros outros processos que têm também na subjetividade dos indivíduos ponto de passagem necessário (educação, cultura, luta de classes etc.). Mas não como aquela subjetividade proponente de antes ou mesmo depois da existência de qualquer domínio do capital, seja formal ou real, já que o trabalho, ao propor (e isso é decisivo!), ao exercer parte desse comando aparentemente restituído, o faz a partir do e pelo capital, frente ao objetivo ao qual deve necessariamente submeter sua vontade a uma vontade estranha.

O papel desses processos é bastante conhecido. Essa aparente restituição passa a ser necessária para a produção do valor e não um equívoco moral da classe capitalista ou uma exigência legal por parte do Estado. Primeiro necessária, depois possível graças à constituição histórica, por meio de gerações, de uma classe trabalhadora como produto da própria sociabilidade do capital:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as **exigências desse modo de produção como leis naturais e**

evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, contínua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada (MARX, 2013, pp. 808-809, destaques nossos).

Voltaremos a este aspecto posteriormente. Retemos aqui as práticas violentas e diretas encontradas nos primórdios da acumulação primitiva identificada em terras britânicas deram lugar aos meios mais sutis, “fios invisíveis” diria Marx (2013, p. 648). Sublinhamos o papel da “educação, tradição e hábito” no processo de consolidação do capitalismo, sobretudo pelo reconhecimento por parte da classe trabalhadora das “exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas”. E esse reconhecimento, consolidado pela educação, pela tradição e pelo hábito, não se revela como um produto social necessariamente levado adiante tendo por condição a passagem necessária no momento subjetivo? O próprio estabelecimento do hábito é um indicativo importante e inexplicável sem o componente subjetivo atuando decisivamente. E o que dizer, como vimos antes, do fato de que com o aumento do número de trabalhadores aumenta também sua resistência, mas simultaneamente “a organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência”, como escrito acima? A luta dos trabalhadores e a penetrante quebra dessa resistência por parte do capital e suas personificações⁴⁵ não pressupõe o momento subjetivo, a consciência em um momento coletivo, em outro, pulverizada por efeito dessa penetração? Disso se destaca que uma relação de dominação, como a que ora se desenha, pressupõe em graus variados e de maneira sempre problemática a apropriação da vontade alheia. Por isso, não se deve culpar Marx por uma alegada ausência da dimensão subjetiva. Mas sim apontar a dificuldade de entendimento desses problemas por parte de um irracionalismo subjetivista que quer autonomizar, por toda parte, a subjetividade de sua relação com a objetividade e acusar Marx por não ter feito este desserviço.

Concluimos portanto que é por meio dessas duas últimas contradições (subordinação da vontade ao objetivo do capital e reconhecimento do modo de produção como natural e evidente em si mesmo – a resistência potencial e as forças contrárias) e muitas outras que o modo de produção capitalista conseguiu comparativamente atingir o maior grau de

⁴⁵ Tópico que veremos mais adiante.

produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, o maior nível de desenvolvimento das individualidades (porém de modo marginal) até agora, desenhando seu caráter civilizador. Sem as barreiras do capital, no entanto, há um campo de possibilidades para a subjetividade propositora dos trabalhadores livremente associados. Isso significa dizer também que as possibilidades das complexas reciprocidades entre objetividade e subjetividade socialmente consideradas tornam-se limitadas pela finalidade posta da maior autovalorização possível do capital⁴⁶. Os limites da aplicação do amplo avanço das forças produtivas tendo por finalidade o desenvolvimento irrestrito da humanidade de modo não marginal, não são conhecidos pelo atual estágio da pré-história da humanidade.

3.2 TROCAS E CIRCULAÇÃO DAS MERCADORIAS

Vimos, por meio da categoria trabalho, a complexa relação entre objetividade e subjetividade que se desenrola no interior de uma unidade mediada pela atuação objetiva dos homens. Exploramos as descobertas e aplicações das propriedades das coisas como um ato histórico bastante regredido no tempo, mas também inspecionamos essa articulação na forma concreta da produção do capital a fim de destacar como tal relação depende evidentemente das circunstâncias históricas, sobretudo das relações sociais no interior das quais os homens atuam.

Outro ato histórico, aquele de “encontrar as medidas sociais para a quantidade das coisas úteis”, ocupa nossa atenção não mais como algo diretamente associado às propriedades e usos senão no processo derivado nas trocas e na circulação dessas coisas. Devemos nos mover, então, para as trocas e para a circulação das mercadorias supondo já um estágio mais desenvolvido da produção uma vez que “a troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam” (MARX, 2013, p. 162). A intenção, como antes, não é a de perpassar por todos os pontos explicativos do problema das mercadorias (incluindo a força de trabalho), das trocas e da circulação, mas identificar os momentos centrais por meio dos quais podemos capturar aquele complexo relacionamento que perseguimos. Certamente, um dos elementos de destaque é a aparência objetiva pertencente à própria materialidade e o lugar mais propício a esta discussão é o fetiche da mercadoria devidamente colocada em seus determinantes objetivos. Mas outros elementos ajudam também a explicitar aquela reciprocidade entre

⁴⁶ Como veremos adiante, sobre as personificações das categorias econômicas.

objetividade e subjetividade, não necessariamente com a mesmíssima dinâmica que encontramos antes na análise da categoria trabalho.

Já sabemos que a “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa” (MARX, 2013, p. 113), que é produto da atividade produtiva dos homens em meio às relações sociais historicamente constituídas, no interior das quais se forma uma dada divisão social do trabalho. É o trabalho como força humana que, plasmado, põe a mercadoria, como valor de uso e valor – independentemente das formas concretas, se do pedreiro, do açougueiro etc. O valor de troca dessa coisa “é apenas uma ‘forma fenomênica’, uma representação autônoma do valor contido na mercadoria” (MARX, 1989, pp. 544-545). Por isso, entendemos que “para produzir mercadoria, ele [o homem] tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social” (MARX, 2013, p. 119), isto é, valor a ser realizado, pressupondo as necessidades sociais reais ou ilusórias, pela troca, na circulação, mas a “circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum” (MARX, 2013, p. 238). Ao mesmo tempo, porém, “encontrando-se o produtor de mercadorias fora da esfera da circulação, sem travar contato com outros possuidores de mercadorias, é impossível que ele valorize o valor e, por conseguinte, transforme dinheiro ou mercadoria em capital” (MARX, 2013, p. 240), pois não basta que produza mercadorias; elas devem circular, trocar de mãos nessas relações recíprocas socialmente estabelecidas. “Portanto”, explica Marx, “o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (Idem), uma vez que este resultado depende da própria produção do valor por meio do trabalho como pressuposição objetiva, isto é, “que pelas suas costas [da circulação] ocorra algo que nela mesma é invisível” (Idem), objetivamente e não como engano simples do pensamento.

Nesses poucos apontamentos sobre a mercadoria, sua produção e circulação estão presentes indiretamente variados aspectos do nosso problema. É a própria forma de uma sociedade produtora de mercadorias a condição para o desenvolvimento de uma série de camadas da objetividade que reflete aos homens não necessariamente as coisas como elas realmente são “abaixo” dessas camadas. A subjetividade, não apenas necessária ao processo de troca nas mútuas relações recíprocas, reproduz tendencialmente as camadas mais superficiais, as “formas fenomênicas” de suas próprias relações.

Consideremos primeiro a divisão social do trabalho. Uma “tal divisão é condição de existência da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição

de existência da divisão social do trabalho”. Assim, “numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho” (MARX, 2013, p. 19-20) como produto histórico e das relações recíprocas entre os homens. E não se deve desprezar o “diversificado jogo do acaso e do arbítrio” na “distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos sociais de trabalho” (MARX, 2013, p. 429), o que indica um elemento importante das causalidades sociais (o acaso) e o elemento subjetivo das escolhas que homens fazem cotidianamente.

Não obstante essa objetividade, quando as mercadorias se comparam na circulação, não fica evidenciada a comparação de seus trabalhos ao fundo, uma vez que, abstraindo todas as qualidades dos trabalhos concretos, é a força humana em geral a criadora das mercadorias, “dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (MARX, 2013, p. 116). Contudo as diferentes formas dos trabalhos concretos, variando também em termos de complexidade, sofrem, como Marx designou, uma equiparação ao “trabalho simples médio” (MARX, 2013, p. 122), que também pode variar segundo circunstâncias nacionais etc. O ponto que chama a atenção é que “as diferentes proporções em que os diferentes tipos de trabalho são reduzidos ao trabalho simples como sua unidade de medida são determinadas por meio de um processo social que ocorre pelas costas dos produtores e lhes parecem, assim, ter sido legadas pela tradição” (Idem). Aquilo que ocorre como pressuposto, isto é, uma divisão social do trabalho – uma distribuição evidente que não absolutamente voluntária das atividades produtivas e, depois, uma equiparação entre forças de trabalho humano mediadas por coisas uma vez abstraídas as suas formas concretas – é tomado pelos “produtores” como algo estabelecido pela tradição. Mas se trata de um resultado histórico, de uma dada divisão social do trabalho como condição da equiparação dos trabalhos privados. Não há aqui uma passagem pela subjetividade, ao refletir para os “produtores” se tratar de algo instaurado pela tradição?

Antes que possamos tratar diretamente desse problema que, por meio do reflexo subjetivo dos produtores, se expressa na reprodução tendencial da “aparência objetiva do caráter social do trabalho” (MARX, 2013, p. 149), o que incluirá a “ofuscante forma-dinheiro” (MARX, 2013, p. 125), destaquemos os relacionamentos recíprocos. Em dois

momentos em particular Marx considera, apenas marginalmente, as determinações reflexivas para além do contato das formas relativas e equivalentes das mercadorias. Ao explicar esse contato, disse ele: “por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria B converte-se na forma de valor da mercadoria A, ou o corpo da mercadoria B se converte no espelho do valor da mercadoria A”. Ao final dessa elaboração, o filósofo alemão insere nota de grande importância para as nossas finalidades:

De certo modo, ocorre com o homem o mesmo que com a mercadoria. Como ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como filósofo fichtiano – Eu sou Eu –, o homem espelha-se primeiramente num outro homem. É somente mediante a relação com Paulo como seu igual que Pedro se relaciona consigo mesmo como ser humano. Com isso, porém, também Paulo vale [*gilt*, conta] para ele, em carne e osso, em sua corporeidade paulínia, como forma de manifestação do gênero humano (MARX, 2013, 129).

É preciso cautela para não interpretar esta passagem erroneamente como uma proto-análise lacaniana. Trata-se sim de uma determinação reflexiva nesse relacionamento recíproco abstraído e não sem ironias. O espelhamento é indicativo da constituição das singularidades humanas e, mais importante, da auto-identificação do gênero humano pelo refletido. Por essa via é que se pode autorrelacionar-se como humano. Eu sou Paulo porque ele é Pedro e vice-versa; somos diferentes e iguais ao mesmo tempo, somos do mesmo gênero humano. A identificação da própria humanidade de Paulo na singularidade de Pedro e da humanidade de Pedro na singularidade de Paulo só é possível nesse espelhamento, nessas relações recíprocas tornadas possíveis também pela existência dos traços comuns dados pelas corporeidades mútuas. Assim, só se fazem singularidades Paulo e Pedro enquanto pertencentes ao gênero humano dialeticamente posto em relação às singularidades e só se relacionam com o gênero por mediação das singularidades constituídas nos relacionamentos recíprocos – ou por mediação dos produtos e efeitos do desenvolvimento do gênero no mundo social. Esses porém são os limites da apreensão da unidade entre individualidade e gênero, mas sem dúvida é o suficiente para sugerir que esse relacionamento entre gênero e individualidade, que no mundo humano ganha um grau de complexidade inimaginável nos puros condicionamentos biológicos do mundo orgânico, tem no momento subjetivo ponto de passagem obrigatório e cada vez mais profundo conforme se complexificam as sociabilidades. A objetividade posta pela corporeidade não teria efeito social para além das funções reprodutivas sem essa mediação, porque esse tipo de espelhamento é um autêntico processo humano. Apenas no mundo humano o relacionamento entre o indivíduo e o gênero pode ser uma elaboração problemática para os próprios homens. Os tempos atuais testemunham a que ponto o estranhamento entre indivíduo e gênero pode alcançar e como a sociabilidade presente

depende e engendra esse problema ao entificar, entre outras coisas, as mercadorias como corporeidades por meio das quais os homens contam: “Um casaco expressa tão pouco valor quanto a melhor peça de linho. Isso prova”, completou Marx, “apenas que ele significa mais quando se encontra no interior da relação de valor com o linho do que fora dela, assim como alguns homens significam mais dentro de um casaco agalado do que fora dele” (MARX, 2013, p. 128).

As determinações reflexivas desse tipo passaram intocadas pelos enxertos e apelações para as supostas deficiências marxianas. Ao tratar ainda da forma equivalente como forma de valor apenas no interior da própria relação de valor, entre mercadorias, o filósofo acrescenta nota na qual lemos que “tais determinações reflexivas estão por toda parte. Por exemplo, este homem é rei porque outros homens se relacionam com ele como súditos. Inversamente, estes creem ser súditos porque ele é rei” (MARX, 2013, p. 134). Que possibilidade há em explorar as determinações reflexivas na produção do valor, entre capitalista e trabalhador, ou entre as complexas formas de personificação dessas categorias econômicas? Não há aí qualquer traço que permita indicar haver em Marx lugar adequado e necessário para a subjetividade? Não seria aí a subjetividade momento existente e necessário dessas determinações reflexivas socialmente fundadas?

Essas determinações reflexivas iluminam o lugar das subjetividades singulares nas trocas e como, nesse contato social, a ilusão de um comportamento supostamente isolado dos homens é dada pelas características próprias do processo social que culmina no fetiche também do dinheiro. É preciso considerar isto, antes de tomarmos o problema do fetiche das mercadorias.

Logo de partida, os primeiros comentários de Marx sobre as trocas simples entre produtores de mercadorias – cuja intenção principal parece ser a de proporcionar os fundamentos contidos nesse processo para a chegada ao dinheiro como equivalente universal – comportam tão claramente o momento subjetivo da atuação econômico-social dos homens que se tornam realmente incompreensíveis as teses que rebateremos. Ora, “as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias” (MARX, 2013, p. 159). Como coisas que são, dependem da atuação efetiva dos homens, seus guardiões. Por isso, e tautologicamente falando para as trocas simples, o contato entre as mercadorias só é possível pelo contato de seus produtores, mas contato socialmente de vontade, isto é, tendo o momento

subjetivo também como pressuposto desse atuar. Na qualidade de coisas que são, falta às mercadorias todo sentido subjetivo estético e de utilidade. “Se à mercadoria falta esse sentido para a percepção da concretude dos corpos de mercadorias, o possuidor de mercadorias preenche essa lacuna com seus cinco ou mais sentidos” (MARX, 2013, p. 160). Trata-se, pois, de uma relação social mediada por coisas. Neste esteio, afirma Marx (2013, p. 159) que:

Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados.

Num determinado plano, os atos configuram uma “relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica”, de modo que o “conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva”, “legalmente desenvolvida ou não”, explica Marx, “é dado pela própria relação econômica” (MARX, 2013, p. 159). Nessa forma simples das trocas e abstraindo das contradições sociais outras possivelmente marcantes, chama a atenção o ato de vontade que sintetiza uma subjetividade querente – “alienar sua mercadoria em troca de outra mercadoria” (MARX, 2013, p. 160) – e a atuação que a confirma, ação sem a qual as mercadorias simplesmente não entrariam em contato e, menos ainda, seus possuidores. Essa relação econômica é que proporciona o conteúdo dessa relação de vontade na qual, como vimos, “se reflete a relação econômica”. De qualquer modo, demarca-se os sujeitos guardiões que atuam colocando frente a frente as mercadorias. Essa relação tem na subjetividade momento ineliminável. Isso toma ainda maior amplitude quando Marx escreve que nessa relação econômica:

as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. Na sequência de nosso desenvolvimento, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como portadoras [ao invés de suporte, para *Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras (MARX, 2013, pp. 159-160).

Aquele é comprador porque o outro é vendedor e vice-versa. Nessa determinação reflexiva típica da esfera econômica abstrai-se necessariamente o problema do gênero. Aqui, contam as pessoas umas para as outras como representantes das mercadorias e suas portadoras. Tais máscaras econômicas (vendedor e comprador) personificam aquilo que dá o conteúdo próprio à expressão mais superficial, isto é, personificam as relações econômicas. Não se trata, como ainda veremos em um momento dedicado, de que a constatação marxiana dessas personificações seja mera “estratégia analítica” como quer Willmott (1990), mas algo que se dá continuamente nesse confronto em que o problema da relação recíproca entre os

homens ocorre mediada por coisas. Ademais, por essa via, não se estabelece condições sociais de reconhecimento do gênero, já que se relacionam como compradores e vendedores atomizados, apenas como portadores das mercadorias. Ainda que tenhamos que deixar para outro momento, vale a indicação de que um tipo particular de atuação (trocas) plasma a objetividade das relações econômicas (o que inclui a mercadoria) como conteúdo de pensamento, isto é, como categorias transpostas para a subjetividade mas na forma que comporta determinados limites dados pelas camadas superiores das suas próprias relações. Não é mais do que a relação entre homens confrontando trabalho humano, mas se apresenta como aquilo que é em sua forma mais imediata. Assim, Pedro e Paulo são subsumidos ao comprador e ao vendedor de mercadorias. Essas máscaras são a crosta superficial que se coloca em meio às determinações reflexivas. É aquilo que oculta a singularidade por força das próprias relações econômicas. Não é um atributo de Pedro ser vendedor e de Paulo ser comprador. É uma determinação social que independe do caráter singular dos homens por de trás das máscaras econômicas.

Claramente, a própria relação econômica é base para muitos efeitos subjetivos que não cabem explicitar agora. É preciso lembrar que tal relação reflete aos homens as determinações reflexivas nesse nível mais imediato, surgindo assim uma contradição, como explica Marx, porque, por um lado, “a troca é para ele apenas um processo individual” dado que “cada possuir de mercadorias só quer alienar sua mercadoria em troca de outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça sua necessidade”. Por outro lado, porém, “ele quer realizar sua mercadoria como valor, portanto, em qualquer outra mercadoria do mesmo valor que seja de seu agrado, não importando se sua mercadoria tem ou não valor de uso para o possuidor da outra mercadoria” Assim e “nessa medida, a troca é para ele um processo social geral. Mas”, interdito Marx, “não é possível que, simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias, o mesmo processo seja exclusivamente individual e, ao mesmo tempo, exclusivamente social geral”. O filósofo alemão pretende com a análise apontar o processo social por meio do qual o dinheiro surge como equivalente universal. Mas o que nos interessa mais de perto é que, com a mesma análise, ele evidencia como as próprias relações econômicas mediadas pelas coisas condicionam o momento subjetivo, agora, delimitado pelo interesse da venda ou da compra. Como completou o Mouro (MARX, 2013, p. 161):

Em sua perplexidade, nossos possuidores de mercadorias pensam como Fausto. Era no início a ação. Por isso, eles já agiram antes mesmo de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias [da natureza das mercadorias e não das leis naturais] atuam no instinto natural de seus possuidores [enquanto possuidores, não como algo

pertencente ao gênero], os quais só podem relacionar suas mercadorias umas com as outras como valores e, desse modo, como mercadorias na medida em que as relacionam antagonicamente com outra mercadoria qualquer como equivalente universal. Esse é o resultado da análise da mercadoria. Mas somente a ação social pode fazer de uma mercadoria determinada um equivalente universal. A ação social de todas as outras mercadorias exclui uma mercadoria determinada, na qual todas elas expressam universalmente seu valor. Assim, a forma natural dessa mercadoria se converte em forma de equivalente socialmente válida. Ser equivalente universal torna-se, por meio do processo social, a função especificamente social da mercadoria excluída. É assim ela se torna – dinheiro.

A análise aponta para um momento pré-discursivo. A natureza das mercadorias atua de modo complexo sobre a vontade de seus possuidores. Desse modo, a própria existência das mercadorias como coisas feitas para a troca direciona ao necessário confronto entre as mercadorias como valores de uso e valores. Pela ação, pelo atuar social dos homens no confronto entre valores, uma mercadoria se converte no equivalente universal. Tal é o “produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias” (MARX, 2013, p. 161), considerando o progressivo desenvolvimento das trocas. Por isso lemos que:

A expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente essa oposição para o intercâmbio impele a uma forma independente do valor da mercadoria e não descansa enquanto não chega a seu objetivo final por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro (MARX, 2013, pp. 161-162).

O dinheiro, portanto, não é um produto puro da subjetividade dos homens senão de sua conexão, sempre por mediação do atuar social, com a contradição entre valor de uso e valor, que “impele a uma forma independente do valor da mercadoria” (dinheiro), mas não sem o avanço e aprofundamento das trocas. As circunstâncias sociais que determinam qual mercadoria funcionará como equivalente universal são variadas e desimportantes para nossa investigação. Importa sinalizar a “falsa aparência” (MARX, 2013, p. 167) que deriva da forma-dinheiro, porquanto “a forma de equivalente universal se mescla com a forma natural de um tipo particular de mercadoria ou se cristaliza na forma-dinheiro”. Neste momento do processo social:

Uma mercadoria não parece se tornar dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, estas é que parecem expressar nela seus valores pelo fato de ela ser dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa qualquer rastro. Sem qualquer intervenção sua, as mercadorias encontram sua própria figura de valor já pronta no corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, o ouro e a prata, tal como surgem das entranhas da terra, são, ao mesmo tempo, a encarnação imediata de todo trabalho humano. Decorre daí a mágica do dinheiro. O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura

reificada [*sachliche*] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão (MARX, 2013, p. 167).

Se em um determinado plano, como dito antes, os atos configuram uma “relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica”, em outro plano isso se dá dentro dos limites de uma sociabilidade em que os produtos do trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. A atuação dos homens, sua produção social, estabelece objetividades (mercadorias) que, com o desenvolvimento das trocas (outro momento desse atuar objetivo), contém a contradição que impele a própria prática social e, com isso também, a subjetividade marcada pelas categorias econômicas em suas formas estabelecidas, acabadas. A falsa aparência engendrada pelo movimento próprio da coisa percorre do concreto ao abstrato tendencialmente de modo precário. Neste ponto estaria o lugar mais apropriado para a ciência, posto que determinar o “dinheiro como mercadoria” é “uma descoberta que só realiza aquele que toma sua forma pronta para, a partir dela, empreender uma análise mais profunda desse objeto” (MARX, 2013, pp. 164-165) e, depois, “descobrir como, por que e por quais meios a mercadoria é dinheiro” (MARX, 2013, p. 167). Tal atribuição, novamente, tendencialmente está afastada dos atos volitivos nascidos das necessidades, mas impelidos pela lei social-natural da produção das mercadorias. Devemos lembrar que, neste ponto, pressupomos o momento subjetivo na produção das mercadorias, logo, tal momento como ineliminável desse processo. Queremos dizer com isso que os inúmeros relacionamentos entre objetividade e subjetividade que se desenvolvem da produção à circulação ganham conteúdos distintos mas nem por isso sem qualquer nexos ao longo do processo total, embora para a sociedade capitalista já mais avançada a divisão social do trabalho se encarregue de atribuir às diferentes individualidades funções específicas nesse processo. E essa própria distribuição material, considerando também os meios de produção, implica subjetividades de conteúdos variados porém marcados sempre pelos padrões de objetividade em relação aos quais se postam suas práticas sociais determinadas. Esse relacionamento, portanto, é sempre concreto e respeita as propriedades das esferas sociais no interior das quais isto se dá. Nossa intenção não é a de preencher esse relacionamento com tais conteúdos, mas tão somente o de mostrar que não se trata de algo estranho à obra magna marxiana.

Esses problemas decisivamente podem ser aprofundados pela discussão sobre o fetiche da mercadoria, pois nos permite apreciar de forma mais direta como se expressa idealmente as relações reais de modo problemático. É um território já muito visitado mas frequentemente

objeto de leituras que fundam as problemáticas pautadas em uma subjetividade pura, como um tipo de engano do intelecto ou “falsa consciência”. Mal compreendidos esses problemas dariam a impressão de uma fundamentação subjetivista, daquelas soluções que autonomizam a subjetividade como um não produto social.

Em nome da economia do argumento, fiquemos com os pontos decisivos. Neles compreendemos de partida que, “por exemplo, a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível” (MARX, 2013, p. 146). Este “caráter místico” “não resulta” nem “de seu valor de uso”, nem “do conteúdo das determinações de valor” (Idem), isto é, das formas concretas do trabalho. As respostas poderiam variar grandemente, dos enganos singulares aos simbolismos das propagandas, se não fosse a compreensão marxiana de se tratar de algo vindo da própria coisa socialmente constituída na materialidade. Por isso, à pergunta “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria?”, devemos responder: “Evidentemente, ele surge dessa própria forma”, em fundamento, “do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 2013, p. 147). Logo na sequência Marx (2013, p. 147) explica que:

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

Identificamos nesta passagem que a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho não é um engano do intelecto, algo falso portanto. Tal forma é realmente existente, uma camada que recobre as relações entre os produtores como possuidores de mercadorias que, por isso mesmo, não revela as próprias relações ao fundo. A brilhante e conhecida passagem é bastante elucidativa desse aspecto ao mostrar sem volteios o duplo reflexo subjetivo da aparência objetiva dessas relações mercantis:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa

que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, pp. 147-148).

O duplo reflexo se constitui numa relação de pressuposição. A forma-mercadoria reflete as propriedades sociais do próprio trabalho como propriedades naturais das coisas. Este reflexo é pressuposto do seguinte porque reflete aos homens as suas relações sociais com o trabalho total como relação entre coisas à parte dos próprios homens. E não se deve subestimar a má compreensão de situar Marx próximo ao positivismo sociológico. Contra isso ele próprio dá os argumentos incontestes de que a forma-mercadoria e seus reflexos aos homens são produtos autenticamente sociais, sem qualquer analogia com o mundo natural. Na produção das mercadorias, os produtos das mãos humanas se apresentam como “figuras independentes” que se relacionam entre si e com os homens e não existe qualquer correspondência disso no mundo natural. Trata-se da forma fantasmagórica que assume a relação determinada entre os produtores de mercadorias. Mas é preciso alertar que a terminologia não está preta de uma falsificação ou “falsa consciência”, pois por forma fantasmagórica se revela o caráter sensível-suprassensível ou ainda sensivelmente suprassensível das mercadorias, coisa social que cristaliza e tem por pressuposto relações sociais determinadas que, no entanto, surge efetivamente como que dotada de vida própria. Nas trocas, “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem [aos produtores] como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” , completou Marx (2013, p. 148). A própria forma é dada à subjetividade como é, isto é, concreta mesmo, por meio da qual não se revela as “relações diretamente sociais entre pessoas” senão como relação entre coisas.

É preciso chamar a atenção para o duplo caráter social do trabalho. Como explica Marx, “como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total”. De outro lado, “eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na

medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo útil de trabalho privado, portanto, na medida em que lhe é equivalente” (MARX, 2013, pp. 148-149). A compreensão da igualdade social dos seus trabalhos requer uma “abstração de sua desigualdade real”, determinando o “dispêndio de força humana de trabalho”; um trabalho para a ciência, talvez. Ocorre, porém, que:

O cérebro dos produtores privados reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados apenas nas formas em que se manifestam no intercâmbio prático, na troca dos produtos: o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados na forma de que o produto do trabalho tem de ser útil, e precisamente para outrem; o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes tipos na forma do caráter de valor comum a essas coisas materialmente distintas, os produtos do trabalho.

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem (MARX, 2013, p.149).

Este desconhecimento social revela o agir fáustico de antes. Subjetivamente, portanto, reproduzem-se as manifestações do intercâmbio prático. Fica latente a equiparação dos trabalhos como trabalho humano em geral, dispêndio de força humana de trabalho, sob as camadas estabelecidas pela forma-mercadoria. As condições próprias do intercâmbio prático, os sentidos humanos socialmente determinados, as necessidades imediatas impelidas pela contradição interna das mercadorias etc., fornecem as categorias para formas por meio das quais os homens operam essas relações, mas o conteúdo dessas categorias é tendencialmente dado pelas camadas materialmente existentes e objetivamente consequentes. Isso prova que os homens podem engendrar determinados efeitos no mundo social sem ter a devida consciência das legalidades fundamentais operantes, manipulando tão somente suas formas de expressão dentro dos limites postos pelo próprio movimento real. Não por menos, Marx escreveu que “o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção impele com força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém” (MARX, 2013, p. 150). Completamos então este argumento, que definitivamente apenas mostra o peso efetivo das legalidades exclusivas do mundo social particularmente como sociedade produtora de mercadorias, com uma citação a Engels (MARX, 2013, p. 150, nota 28): “Que se deve pensar de uma lei que só se pode impor mediante revoluções periódicas? É, pois, uma lei natural, que se baseia na inconsciência dos participantes”⁴⁷. Isso

⁴⁷ Na edição da Editora Boitempo a referência à inconsciência está ausente, porém é acessada nas seguintes edições: MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985, nota 28; ENGELS, F. *Outlines of a critique of political economy*, **Collected Works**, 1975, v. 3, p. 433; ENGELS, F. *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*. MEW, Bd 1, 1956, p. 515.

prova também que ao permanecerem nessa manipulabilidade dos elementos de superfície limitam-se à reprodução das próprias contradições internas da produção de mercadorias, isto é, não se confirmam como autênticos sujeitos do seu atuar para além da lógica imanente das trocas dessas coisas. Mas também a descoberta, o desvelamento do socialmente desconhecido em nada ou quase nada altera por si mesmo o movimento social como movimento das coisas, “sob cujo controle se encontram, em vez de eles as controlarem” (MARX, 2013, p. 150). Dito de forma mais direta, a “descoberta elimina os produtos do trabalho a aparência da determinação meramente contingente das grandezas de valor mas não elimina em absoluto sua forma reificada” (Idem).

Voltaremos a este ponto, da entrada da ciência e de sua potência, em outro momento. Tenhamos em mente apenas que a constatação marxiana sobre a legalidade própria do movimento social como movimento das coisas restringe a potência subjetiva, não somente no sentido de um não sabido social, mas efetivamente no sentido do controle sobre as coisas, a elevação dos produtores à autêntica condição de sujeitos – algo que não se dá simplesmente como emancipação da consciência, embora tenha nela ponto de passagem, o que não deve ser confundido com mediação decisiva senão como elemento da relação com a própria objetividade. É notório que a ciência possui um papel neste processo, assim como a consciência dos homens, mas enfatizemos a possibilidade da “associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho” (MARX, 2013, p. 153). Ou, ainda de modo mais marcante, compreendamos que “a figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado” (MARX, 2013, p. 154). Trata-se de reconhecer que não apenas a subjetividade possui lugar em Marx, mas também é momento ineliminável dos processos de trabalho, de troca e das descobertas do modo de suas legalidades. Reconheçamos a possibilidade de o movimento histórico constituir, também por resultado dos atos revolucionários, o caráter dos homens como demiurgos de si mesmos, submetendo o devir à vontade da humanidade sem divisão de classes.

Mas nossas considerações não estariam ainda abrangentes se deixássemos de lado a própria força de trabalho como mercadoria e o processo de “troca” que se dá entre comprador e vendedor. A parte mais interessante para tratarmos essas questões, identificando nelas a

problemática da relação entre objetividade e subjetividade, confirma-se no capítulo *XVII – Transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário*. Novamente, esbarramos no problema da ciência; apenas mais tarde teremos condições de enfrenta-lo. Seja como for, Marx parte daquilo que está estabelecido. Por isso lemos que “na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho” (MARX, 2013, p. 605). Marx visa mostrar que o salário não é mais do que a forma de relações sociais determinadas, as quais, no entanto, não se expressam diretamente por meio dessa sua própria forma. Esta angulação material do problema não é feita sem a crítica da economia política clássica e da vulgar porque estava amplamente estabelecido (e suspeitamos que, transcorrido mais de um século, este ainda seja o caso) que o trabalho possuiria um “preço natural” expresso pela terminologia “valor do trabalho”. De onde a economia clássica retirou essa categoria? “A economia política clássica tomou emprestada à vida cotidiana de modo acrítico, a categoria ‘preço do trabalho’” (MARX, 2013, p. 608), explicou Marx. Preço e valor do trabalho são expressões correntes na economia política, identificando o salário como esse preço ou valor. Marx sugere, ao contrário, que “o trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor nenhum” (MARX, 2013, p. 607). Ele completa assim o argumento na sequência:

Na expressão “valor do trabalho”, o conceito de valor não só se apagou por completo, mas converteu-se em seu contrário. É uma expressão imaginária, como valor da terra. Essas expressões imaginárias surgem, no entanto, das próprias relações de produção. **São categorias para as formas em que se manifestam relações essenciais.** Que em sua manifestação as coisas frequentemente se apresentem invertidas é algo conhecido em quase todas as ciências, menos na economia política (Idem, destaque nosso).

Destacamos que essas expressões imaginárias não são produtos da cabeça dos economistas clássicos, não pulam dos textos para a realidade. Concebidas no interior das próprias relações de produção, marcam o cotidiano porque proporcionam as categorias por meio das quais os homens articulam o movimento das coisas nos limites de suas próprias legalidades. “São categorias para formas em que se manifestam relações essenciais”, porém nessas manifestações a própria coisa não aparece resolvida, autêntica, senão de modo invertido, como o contrário do que é. No caso da forma-salário, se expressa o pagamento da força de trabalho como uma troca entre livres proprietários de mercadorias. Mas sabemos que, considerando “que o valor do trabalho é apenas uma expressão irracional para o valor da força de trabalho”, disse Marx, “conclui-se, evidentemente, que o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto de valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho

funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução do valor desta última” (MARX, 2013, p. 609).

A forma-salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corveia, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra se distinguem, de modo palpavelmente sensível, tanto no espaço como no tempo. No trabalho escravo, mesmo a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, ele trabalha, de fato, para si mesmo, aparece como trabalho para seu senhor. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. No primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação monetária oculta o trabalho gratuito do assalariado (MARX, 2013, p. 610).

Apenas seguindo os indicativos de Marx, ao nos refugiarmos em modos de produção passados, podemos apreender a coisa invertida expressada em suas próprias formas de manifestação. A própria forma-salário, portanto, manifesta o trabalho pago e empurra para o fundo a parte não paga da jornada do trabalho enquanto condição da produção do valor. Por isso podemos dizer que se trata de uma relação de exploração da força de trabalho com a aparência de troca entre livres proprietários de mercadorias. Dito de outra maneira, e tomando uma afirmação marxiana de outra parte do mesmo material, “relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica” (MARX, 2013, p. 659). Logo, não se trata, como Marx parece colocar o problema, de um engano do intelecto, mas de uma aparência objetiva emanada da lógica própria da coisa. “O intercâmbio entre capital e trabalho apresenta-se à percepção exatamente do mesmo modo como a compra e a venda de todas as outras mercadorias” (MARX, 2013, p. 611). E é por meio dessas formas e em meio a elas que os homens atuam. Entendemos, destarte, que “sobre essa forma de manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar” (MARX, 2013, p. 610). Frisamos que o reflexo subjetivo, tanto do trabalhador quanto do capitalista, tem por conteúdo essa forma-salário e não seria muito forçado reconhecer como nessa forma se entrecruzam o fetiche da mercadoria e do dinheiro, simultaneamente.

Essa forma de manifestação objetiva, também disse Marx, tem “necessidade, as *raisons d’être*” (MARX, 2013, p. 610). Essa necessidade parece advir da própria lógica da

produção e, ainda mais importante, da reprodução das relações sociais historicamente determinadas sob análise. Em suma, é necessário converter a relação de exploração em troca aparente, mistificando o próprio modo de produção que se assenta nessa relação fundamental, na lógica da produção do valor. Marx, porém, não desenvolve este problema nestes termos tão diretos. O que nos importa é identificar o reflexo subjetivo dessas formas de superfície:

De resto, com a forma de manifestação “valor e preço do trabalho” ou “salário”, em contraste com a relação essencial que se manifesta, isto é, com o valor e o preço da força de trabalho, ocorre o mesmo que com **todas as formas de manifestação e seu fundo oculto**. As primeiras se reproduzem de modo imediatamente espontâneo, como formas comuns e correntes de pensamento; o segundo tem de ser primeiramente descoberto pela ciência. A economia política clássica chega muito próximo à verdadeira relação das coisas, porém sem formulá-la conscientemente. Ela não poderá fazê-lo enquanto estiver coberta com sua pele burguesa (MARX, 2013, p. 612, destaque nosso).

Marx neste ponto não apenas nos confirma que essas formas são reproduzidas no plano do pensamento cotidiano, como formas de pensamento, como também mostra que o que vale para a forma-salário conta igualmente para “todas as formas de manifestação e seu fundo oculto”. Assim como na mercadoria, na forma-salário estão extintos os traços da própria produção do valor e do salário como uma parte do mais-valor. Adicionalmente, descobrir o essencial é uma atribuição da ciência que se encontra tão afastada, nesta sociabilidade particular, do interesse de mostrar essas relações reais ao fundo.

Mas é antes a própria objetividade dessas relações que engendra suas formas, particularmente a do salário, sendo essas necessidades históricas. As percepções do cotidiano capturam a compra e a venda da força de trabalho como trocas entre mercadorias. Esta é a forma própria da coisa e a expressa de modo invertido, isto é, não como relação de exploração do trabalho. A consciência tendencialmente, e sem a participação de uma ciência ocupada com a verdade, reproduz essa aparência objetiva e funcional à reprodução da própria relação historicamente erigida. Operando, agora, com essas categorias, a subjetividade proponente orienta também o próprio atuar dentro dos limites postos pela materialidade e impondo modificações variadas e consequências nem sempre delimitadas no horizonte.

Tenhamos em mente, por exemplo, o aumento da produtividade visando o incremento salarial por parte de um trabalhador singular, em que este segue a fórmula capitalista de que o trabalho mais eficiente eleva os salários. Movido por seu interesse privado e dentro dos limites dados pela objetividade mesma – na qual também se inclui as pressões causadas pelo exército de reserva e que incidem sobre as subjetividades singulares –, desencadeia uma

atuação específica que repercute de modo variado na vida privada e social. Pode, a depender das circunstâncias sociais, elevar inicialmente sua qualidade de vida, tendo acesso ao mundo das mercadorias e também de alguma cultura. Porém, mantendo tudo o mais inalterado, também implica o barateamento da força de trabalho em geral na medida em que aumenta sua potência singular produtiva e, diferentemente de antes, o capital consegue produzir a mesma ou uma massa maior de valor com um tempo de trabalho menor e, portanto, com um capital variável também menor. É inegável que, prismando do ponto de vista do trabalho singular, essa alteração é irrisória. Pensamos, porém, do ponto de vista da junção mais ou menos espontânea de atuantes singulares convergentes, impelidos pela própria lógica da produção do valor, que se oculta nas formas de superfície por meio das quais o pensamento cotidiano opera. Constitui-se um padrão competitivo entre os próprios trabalhadores – padrão tomado inclusive, como vimos na discussão sobre o trabalho, como uma lei natural e autoevidente –, dentro do qual as alternativas de ação encolhem-se cada vez mais de modo que, evitando atuar nessa mesma fórmula convergente, aumentam as chances de uma ruína social cuja presença está também sempre à espreita mesmo daqueles que mais ativamente defendem a concorrência universal como única saída racional. Daí a importância da consciência dos trabalhadores como momento ineliminável do processo de transformação social, mas ineliminável apenas na e nunca sem conexão recíproca com a objetividade⁴⁸.

Vemos, diante disso, o complexo relacionamento entre objetividade e subjetividade quando lançamos atenção sobre os processos de troca e circulação das mercadorias. Foi a análise proporcionada por Marx que nos revelou o problema dos interesses como fator simultaneamente objetivo e subjetivo concretizado no problema das personificações. Devemos agora avaliar este elemento apenas aludido a fim de encontrar nele outros elementos que nos ajudem a explicitar a complexa unidade que ora investigamos.

3.3 PERSONIFICAÇÕES E OS INTERESSES MATERIAIS

A esta altura de nossa exposição, talvez já tenha ficado claro que se encontrar em Marx o elemento subjetivo, mas não como algo autônomo e que “complementa” externamente ou sem conexão imanente com a objetividade, ou melhor, sem germinar dela. Parece-nos que Marx apreende o relacionamento subjetividade-objetividade no interior de uma unidade cuja

⁴⁸ Voltaremos a este aspecto em nossa discussão sobre as personificações.

mediação é dada pela *práxis*, como Chasin magistralmente apreendeu melhor do que ninguém na investigação dos lineamentos ontológicos de Marx. É o próprio atuar humano histórico que alterou contraditoriamente o patamar de desenvolvimento dessa própria unidade: se por um lado o avanço material é de magnitude colossal, o mesmo não se pode dizer da esfera da autodeterminação dos homens. Tanto no primeiro como no segundo testemunhamos os sacrifícios da subjetividade, subordinada aos imperativos do capital, à lógica do valor. Os efeitos são bastante conhecidos mesmo por aqueles que se recusam a identificar os nexos de causalidades complexas entre tal lógica (o que inclui a acumulação e concentração) e os inúmeros problemas sociais da atualidade que pressupõe e agravam, como vimos a partir das determinações reflexivas no interior das trocas mercantis, o estranhamento entre indivíduo e gênero.

Anteriormente, fizemos referência à letra marxiana, a qual indica que “as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas” e que essas pessoas são “portadoras” dessas relações nos confrontos mútuos proporcionados pelas trocas. Nessa determinação reflexiva, dissemos com Marx, “as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias” (MARX, 2003, pp. 159-160). Poder-se-ia, a partir disso, concluir (como Willmott, 1990) que se trata de uma estratégia analítica. Ainda nessa direção, concluiríamos que não é mais do que “tipos ideais”, que existem apenas na cabeça e são utilizados como recurso metodológico. Ou, como os moralistas simbólicos, que Marx reduziu todo o universo simbólico do homem, todo o mundo imaginativo da fantasia, a essas peças cruas da vida monetária, tratando-se, pois, de um determinismo econômico. É assim que os preconceitos da moda são produzidos, por meio de irracionalismo e de má compreensão conjugados. Vejamos o problema mais de perto.

Como não se trata de uma discussão marxiana extensa e menos ainda dedicada, só encontramos momentos decisivos em meio às discussões variadas na exposição do filósofo alemão em *d’O Capital*. Mas são de importância única na averiguação do problema que buscamos analisar. Trata-se de reconhecer os movimentos que colocam à disposição das subjetividades singulares determinadas finalidades e modos de percepção, assim também como direcionamentos para o próprio atuar, que não são produtos autênticos das individualidades – e por este e outros motivos torna-se tão difícil falar de uma individualidade autêntica na sociabilidade regida pelo capital. Conquanto, é no movimento da lógica própria

da coisa que devemos lançar a atenção ao invés de partir das representações dos próprios homens. E logo de partida, no prefácio de *O Capital*, Marx (2013, p. 80) antecipa:

Para evitar possíveis erros de compreensão, ainda algumas palavras. De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas.

Eis uma citação-síntese de muitos aspectos que discutiremos em seguida. Vemos que para o capitalista e para o proprietário fundiário, Marx não tece considerações sobre suas pessoas singulares, sobre Pedro e Paulo. Dizer isso evita mal-entendidos capazes de gerar uma das afirmações mais questionáveis do último século: que Marx gerava preconceitos gerais. O que Marx explica é que, não obstante o fato de ele não falsear tais figuras pintando-as com cores que não têm, trata-se não das pessoas singulares, mas como tais pessoas personificam categorias econômicas e, por isso, carregam “determinadas relações e interesses de classes” e, destarte, não devem ser responsabilizadas individualmente por aquilo que são, isto é, produtos de uma dada forma de sociabilidade. Isso não elimina em absoluto as subjetividades singulares nem portanto o campo de possibilidades desses homens concretos (de carne e osso) em suas escolhas cotidianas, pois mesmo enquanto personificações ainda persiste margem para alternativas e escolhas nessa vida, nos limites mais ou menos claros para a atuação que reproduza essas personificações como tais (desenvolveremos este aspecto adiante) e também aquele que possa anunciar a ruína social dessas individualidades. Isso também quer dizer que de nenhum modo existe uma espécie de determinismo mecânico entre reflexo subjetivo e “determinadas relações e interesses de classes” (temos em mente Engels e Adorno, por exemplo⁴⁹), ressaltando-se inclusive que “como as compras e as vendas são efetuadas apenas entre indivíduos singulares, é inadmissível que nelas busquemos relações entre classes sociais inteiras” (MARX, 2013, p. 662).

A questão em pauta é se reconhecer que a atuação dessas pessoas singulares no interior de determinadas relações marcadas por interesses materiais ajudam a modelar em graus variados essa própria objetividade em condicionantes subjetivados, transpostos para o momento ideal que, no momento próprio desse processo, desempenha também papel ativo, propositor para a própria atuação dentro dos limites antes indicados. Evidenciamos, na última

⁴⁹ Engels como herdeiro das fábricas da família e Adorno como filho de banqueiro.

passagem citada de Marx, uma formação econômica histórica constitui individualidades mais ou menos correspondentes (dadas as contradições) porque é por meio e no interior das relações sociais que os homens se fazem. Mesmo que o indivíduo singular possa subjetivamente elaborar esse nexo de outro modo, por exemplo, de maneira que suas relações apareçam como exteriorizações de sua singularidade, obliterando todo o desenvolvimento histórico como pressuposição, em nada altera o modo de ser da coisa mesma. E a própria possibilidade dessa representação invertida existir nos termos do próprio Marx é prova de que são dadas à subjetividade possibilidades reflexivas distintas. Em suma, suas relações são mais ou menos independentes da maneira como subjetivamente os indivíduos singulares as elaboram no plano ideal, mas o conteúdo dessa elaboração não é de modo algum independente do modo historicamente determinado dessas relações. Talvez já seja possível capturar a existência de preponderâncias na relação entre objetividade e subjetividade, mas ainda faltam elementos para essa determinação.

Devemos explicitar ainda mais o problema das personificações. Uma comparação entre modos de produção distintos ajuda a pôr em relevo diferenças indicadoras desse problema. Na produção de mercadorias, por um lado, há o contato social por meio dessas coisas. É propriamente a forma do contato entre as coisas e de seus possuidores como personificações das categorias econômicas nascidas das trocas. Assim, podemos ler, por exemplo, acerca do processo M-D-M:

As duas formas se decompõem nas duas fases antitéticas, M-D (venda) e D-M (compra). Em cada uma das duas fases confrontam-se um com o outro os mesmos dois elementos reificados [*sachlichen*], mercadoria e dinheiro, e as mesmas duas pessoas, portando as mesmas máscaras econômicas: um comprador e um vendedor. Cada um dos dois ciclos é a unidade das mesmas fases contrapostas, e nos dois casos essa unidade é mediada pela intervenção de três partes contratantes, das quais uma apenas vende, outra apenas compra e a terceira compra e vende alternadamente (MARX, 2013, p. 224).

São elementos reificados, mercadoria e dinheiro, e seus possuidores, as personificações que portam as máscaras de comprador e vendedor. Quem quer que personifique essas categorias nas relações reificadas não altera em nada esse estado de coisas. A singularidade, sua variação qualitativa, não altera as próprias categorias econômicas. Como personificações, são dadas às singularidades finalidades determinadas nessas relações, isto é, as mercadorias precisam ser trocadas, foram inclusive produzidas com este objetivo, sem falar dos processos de regateio para extração das vantagens um do outro – e não necessariamente comuns. Um possuidor de mercadorias que não as circula e um vendedor que não regateia

tendencialmente colocam em risco as suas existências sociais como tais. Destacamos neste momento os mesmos problemas já inspecionados sobre as trocas: trata-se de relações entre os homens mediadas por coisas, de suas relações equiparando trabalho em que tais processos aparecem aos homens como relações entre coisas. Numa comparação rápida com a corveia vemos importantes distinções:

A corveia é medida pelo tempo tanto quanto o é o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que o que ele despende a serviço de seu senhor é uma quantidade determinada de sua força pessoal de trabalho. O dízimo a ser pago ao padre é mais claro do que a bênção do padre. Julguem-se como se queiram as máscaras atrás das quais os homens aqui se confrontam, o fato é que as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem como suas próprias relações pessoais e não se encontram travestidas em relações sociais entre coisas, entre produtos de trabalho (MARX, 2013, p. 152).

Não se trata de um problema moral. O fato objetivo é que, no modo de produção em que o trabalho é centralmente o do servo, fica bastante evidenciado o domínio pessoal de dependência. Ao próprio servo é plenamente dado, aos sentidos pelo menos, o tempo gasto a serviço do senhor e do Senhor. Neste ponto, são persistentes as máscaras, as personificações de categorias econômicas (servo, senhor e clero), mas as relações sociais das pessoas “não se encontram transvestidas em relações sociais entre coisas”. Explicitamos que as relações entre as personificações dependem da produção de mercadorias – e não de uma relação de dominação pessoal – para a criação de uma crosta objetiva sobre as relações. E é na sociedade capitalista que essa produção atinge seu ponto alto, até agora.

Seguindo a avaliação desses problemas nas personificações de categorias econômicas da produção capitalista, observemos que Marx parecia mesmo antever as decorrências de más compreensões, como anunciou em seu prefácio. Noutra momento do texto ele retoma essa ressalva. Disse ele: “na circulação, produtores e consumidores se confrontam apenas como vendedores e compradores” (MARX, 2013, p. 236). Depois de considerar algumas impropriedades da falsa aparência de o valor brotar da circulação, complementou: “Mantenhamo-nos, portanto, nos limites da troca de mercadorias, em que vendedores são compradores, e compradores, vendedores. Talvez nossa dificuldade provenha do fato de termos tratado os atores apenas como categorias personificadas, e não individualmente” (MARX, 2013, p. 237). Isto significa que se analisasse o problema considerando as individualidades e suas qualidades distintivas compreenderia o surgimento do valor da circulação. Marx mostra, porém, que mesmo que um vendedor seja “esperto o suficiente para ludibriar seus colegas” e que estes “não possam oferecer uma retaliação, apesar de terem toda

a vontade de fazê-lo” (MARX, 2013, pp. 237-238), o “valor em circulação não aumentou seu tamanho em nem um átomo” (MARX, 2013, p. 238), apenas a forma como está distribuído.

Essa discussão é útil porque mostra que um vendedor pode ser, em sua individualidade própria, mais ou menos sagaz do que o comprador ou do que outros vendedores nesse processo de venda universal. Mas a variação da individualidade não altera o fato de que a circulação não produz valor e que a consideração dessas qualidades individuais não altera, igualmente, a relação entre as personificações. Podemos especular sobre as habilidades próprias e necessárias para a reprodução individual enquanto personificação, tanto mais quanto se agrava a mercantilização de todas as coisas, mas tais habilidades em nada alteram as categorias econômicas propriamente ditas. De algum modo é até possível dizer que as próprias categorias já carregam consigo certo nível de habilidades requeridas a depender do grau de desenvolvimento das trocas e dos padrões sociais, ou seja, um estado tal da subjetividade mais ou menos correspondente às práticas específicas desenroladas pelas personificações na forma de vendedores e compradores. Notamos a esse respeito a necessidade de que as individualidades tenham saberes práticos os quais, como a própria terminologia já revela, germinam na prática do regateio, como personificações. A existência ou não, por exemplo, da sagacidade mercantil em nada altera na persistência das categorias econômicas em questão, mas pode significar a reprodução social na forma de ascensão ou ruína no plano do singular e ainda, em um caso extremo, à sua eliminação física; algo que impele mais uma vez as subjetividades singulares às finalidades de suas práticas postas nos limites dados da sociabilidade capitalista. As escolhas ainda existem, mas se não são negativas e, por isso, potencialmente destrutivas no plano singular, são em geral fortemente condicionadas pela lógica movente dessa sociabilidade. Por fim, o fato de a sagacidade não alterar a quantidade de valor em circulação, no exemplo acima, não é o mesmo que dizer que não existe espaço para as subjetividades nesse tipo de prática social, mas simplesmente que tal quantidade depende da produção e não da circulação ou da vontade dos seus agentes práticos.

Se as categorias econômicas nascidas da circulação possuem este potencial analítico que revela o relacionamento entre objetividade e subjetividade, o que dizer do capitalista e do trabalhador? Bastava dizer que “diante do capital, todos os seres humanos são iguais” (MARX, 2013, p. 327), como Marx argumenta quando o assunto é o maistrabalho. Tomando emprestado esse argumento de seu sentido original, queremos dizer que mesmo o capitalista tem sua subjetividade relativamente aprisionada enquanto personificação do capital. Para o

valor que se valoriza, todos os homens, incluindo o capitalista individual, são apenas meios dessa realização. Mas enquanto o capitalista personifica diretamente o capital, o trabalhador individual personifica a outra dimensão, aquela que comporta a própria gênese do capital. Vejamos isso com algum detalhe.

Ao discutir a transformação do dinheiro em capital, Marx explica que diferentemente da circulação simples, marcada pela “venda para a compra”, para “uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades” (MARX, 2013, p. 228), a circulação do dinheiro como capital tem por pressuposto o objetivo de valorizar o valor. Então, em comparação com a circulação simples:

A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. Como portador consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua finalidade subjetiva [subjektiver Zweck, propósito subjetivo], e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. Assim, o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalista. Tampouco pode sê-lo o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do lucro. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto o entesourador é apenas o capitalista ensandecido, o capitalista é o entesourador racional. O aumento incessante do valor, objetivo que o entesourador procura atingir conservando seu dinheiro fora da circulação, é atingido pelo capitalista, que, mais inteligente, lança sempre o dinheiro de novo em circulação (MARX, 2013, pp. 228-229).

Como já adiantamos a questão de não se tratar das pessoas, não podem nos acusar de irromper em problemas morais. Não obstante, é na pessoa do capitalista, em seu bolso, que se materializa o ponto de partida e o retorno do dinheiro adicional. O capitalista, portanto, é o “portador consciente desse movimento do capital”, como disse Marx. Destacamos que o “conteúdo objetivo”, isto é, a “valorização do valor” torna-se ou é também sua “finalidade subjetiva”, isto é, um ato de vontade do próprio capitalista, de sua subjetividade, enquanto “capital personificado, dotado de vontade e consciência”. Termo aparentemente redundante [subjektiver Zweck], “finalidade subjetiva” ou “propósito subjetivo” expressa o propósito que aquela personificação porta subjetivamente. Eis que se mostra a existência de um “impulso absoluto de enriquecimento” que de modo algum é exclusivo do capitalista, mas ganha nele sua forma racional, isto é, a acumulação via circulação do dinheiro. Se analisado de outro modo, resultados outros ficam obstruídos já que, supondo haver uma individualidade que tem por finalidade subjetiva a valorização do valor numa sociabilidade sem a categoria econômica

do capitalista, isto é, sem tal conteúdo objetivo, ou estaria ele lutando contra moinhos de vento ou preso na falsa representação de que seu lucro brota da valorização do capital embora apenas faça lucro por meios comerciais ou a juros – ou ainda pela apropriação da guerra. Como inexistia a categoria econômica do capitalista que valoriza o valor por meio da exploração do trabalho, isto é, era ausente de objetividade tal subjetividade, tal personificação dotada de vontade e consciência é peremptoriamente impossível, senão nas falsas representações de si mesmo. Em outros termos mais resolutos, a categoria econômica projetada não é resultado das finalidades das mais variadas, mas de movimentos sociais, também por efeito de subjetividades propositivas, os quais criam as condições para o desenvolvimento de tais categorias e, em seguida, da personificação dessas categorias específicas. Nesse sentido, se o indivíduo por trás de sua máscara de capitalista escolhe não circular seu dinheiro, não valorizar capital, será sacrificado no altar do mercado; se não tiver a sagacidade requerida, aquela “perspicácia prática habitual” (MARX, 2013, p. 299), que hoje inclusive se reproduz nos bancos escolares, pode mesmo chegar a evitar tal sacrifício, que seria inevitável no caso de idealmente e objetivamente fazer as coisas de outro modo. Por isso que “a máscara econômica do capitalista só se adere a um homem pelo fato de que seu dinheiro funciona continuamente como capital” (MARX, 2013, p. 641). E fazer funcionar o dinheiro continuamente como capital é condição para que mantenha sua máscara. Trata-se, pois, de uma finalidade de conteúdo objetivo transposto para a subjetividade como ato de vontade e consciência no exercício dos cálculos atinentes, de modo que necessariamente é assim enquanto no plano singular o indivíduo escolher reproduzir tal personificação. As escolhas são, para ele, limitadas ao chegar a Rhodus⁵⁰ e “saltar fora” da categoria; mais ainda no interior dela, embora qualitativamente diferente. Considerar as chances de ruína é uma atividade da preocupação dos homens práticos na vida cotidiana, mas os riscos são contabilizados, primeiro, como riscos do capital e, apenas depois, de sua personificação. Enquanto categoria econômica historicamente constituída, aquele impulso absoluto com caracteres racionais não é dado pela própria individualidade do capitalista:

Apenas como capital personificado o capitalista tem um valor histórico e dispõe daquele direito histórico à existência de que, como diz o espirituoso Lichnovski, nenhuma data não dispõe. Somente nesse caso sua própria necessidade transitória está incluída na necessidade transitória do modo de produção capitalista. Ainda assim, porém, sua força motriz não é o valor de uso e a fruição, mas o valor de troca e seu incremento. Como **fanático da valorização do valor**, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais

⁵⁰ Hic Rhodus, hic salta! [Aqui é Rodes, salta aqui mesmo!] (MARX, 2013, p. 241).

de produção que constituem as únicas bases reais possíveis de uma forma superior de sociedade, cujo princípio fundamental seja o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo. O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva (MARX, 2013, p. 667, destaque nosso).

Para Marx, o próprio capitalista engendra as condições de uma sociabilidade na qual esta categoria econômica está superada. Não faz parte do horizonte dessa personificação criar tais condições materiais, mas o faz na medida em que “força a humanidade à produção pela produção” (veremos adiante também este aspecto das consequências não desejadas). Estabelece tal direção à humanidade como força social dominante enquanto está posto socialmente como “fanático da valorização do valor”. Mas aquele “impulso absoluto” de antes aparece agora plenamente determinado, não como “mania individual” de um entesourador, mas como “efeito do mecanismo social”. Transcorrido o tempo, é possível determinar que “A grandeza do ganho aguça a voracidade por mais ganho” (MARX, 2013, p. 479). No momento ideal, portanto, surge o ímpeto da acumulação racional, isto é, ampliar o capital com vistas à sua conservação – o que não se dá sem a acumulação progressiva –, como resultado de uma sociabilidade particular. A subjetividade é tão produto social quanto a própria categoria econômica que a antecede, pois, como dito antes, tal categoria não é resultado da subjetividade. A objetividade e a subjetividade estão em relacionamento novamente de modo bastante complexo. Como anterioridade histórica às individualidades dos capitalistas presentes, a categoria econômica atua também por meio de suas subjetividades singulares impelindo adiante um movimento que na gênese não fora subjetivamente posto por ninguém.

Basta pensar que “foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele quando ao usurpar-lhes as terras comunais” (MARX, 2013, p. 790). Assim é que fica claro que se “os cavaleiros da indústria desalojaram os cavaleiros da espada, isso só foi possível porque os primeiros exploraram acontecimentos nos quais eles não tinham a menor culpa” (MARX, 2013, p. 787). Uma vez constituídas tais categorias novas, concebidas das relações sociais nascentes em conflito com as antigas relações feudais, apenas por um processo lento e gradativo aquele impulso ganha, por assim dizer, uma espécie de mandato

social e apenas na medida em que esta categoria está em desenvolvimento podem os indivíduos personificar, como vontade consciente, a lógica do capital. Lógica que não se fez como tal sem a entrada da concorrência que, como lemos na passagem marxiana anterior, “impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 667). Isso não significa que a subjetividade não atue nessa consolidação, já que se confirma como um dos momentos inelimináveis de qualquer prática social. Mas se encontramos hoje os resultados plenamente visíveis de uma sociabilidade profundamente dominada pelo capital, significa dizer que, em última instância e confirmando a luta de classes, as escolhas centrais realizadas pelos homens concretos individuais refletiram de modos variados porém convergentes os imperativos da valorização do capital e, por isso, são confirmadas como sendo suas personificações. Desse modo, a finalidade subjetivamente posta (valorização do valor) e a calculabilidade ora imanente têm por pressuposto o desenvolvimento da categoria econômica e do conteúdo objetivo que, transposto para a cabeça dos homens, são perseguidos cada vez mais de modo consciente, como se fossem finalidades autenticamente postas por suas individualidades. São resultados, portanto, do movimento social historicamente determinado, por mais que esses indivíduos se coloquem subjetivamente acima das suas relações. É preciso voltar a dizer: o fato de o “ideal não ser mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 2013, p. 90), não elimina o espaço para a fantasia e para as ilusões; antes o contrário, como nos mostrou a análise da forma-mercadoria e da forma-salário.

Porquanto “o impulso para o entesouramento é desmedido por natureza”, sobretudo porque o dinheiro é “desprovido de limites” como “representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria” (MARX, 2013, p. 206); e considerando também que o próprio ganho aguça a voracidade pelo ganhar, é possível que encontremos efeitos semelhantes sobre outras personificações que não as do capital. Mas antes disso, vejamos ainda esse problema que nos ajuda a revelar a dimensão subjetiva constituída em sua historicidade na relação com a objetividade. Lemos que:

Nos primórdios da história do modo de produção capitalista, e todo neófito capitalista percorre individualmente esse estágio histórico, o impulso de enriquecimento e a avareza predominam como paixões absolutas. Entretanto, o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de desfrutes. Ele abre, com a especulação e o sistema de crédito, milhares de fontes de enriquecimento repentino. A certa altura do desenvolvimento, o “desventurado” capitalista deve praticar, até mesmo como uma necessidade do negócio, um determinado grau convencional de esbanjamento, que é, ao mesmo tempo, ostentação de riqueza e, por isso, meio de crédito. O luxo entra nos custos de representação do capital. Além disso, o capitalista não enriquece como o fazia o entesourador, em proporção ao seu

trabalho e não-consumo [*Nichtkonsum*] pessoais, mas quando suga força de trabalho alheia e obriga o trabalhador a renunciar a todos os desfrutes da vida. Por isso, embora o esbanjamento do capitalista não tenha jamais o caráter de *bona fide* [boa-fé] do esbanjamento do pródigo senhor feudal, nele subjazendo, antes, a mais sórdida avareza e o **cálculo mais angustioso**, sua prodigalidade aumenta, contudo, a par de sua acumulação, sem que uma tenha de prejudicar a outra. Com isso, ao mesmo tempo se desenvolve, no coração do capitalista, um conflito fáustico entre os impulsos da acumulação e do desfrute (MARX, 2013, p. 669, destaque nosso).

Esta passagem primorosa dispensa maiores comentários. Torna-se incompreensível a esta altura de nossa exposição o argumento de que em Marx não há lugar para a subjetividade. Contra isso é preciso dizer que toda a elaboração contida em *O Capital* seria absolutamente vã sem a suposição de uma unidade entre objetividade e subjetividade. Marx não desenvolve isso em seus pormenores neste momento, mas já temos pistas para suspeitar que o impulso para o enriquecimento não tenha gênese com o capitalismo uma vez que é possível encontrar o entesourador nos poros das sociedades pré-capitalistas. É possível supor que tal impulso tenha gênese no próprio contato dos homens com o mundo dos objetos. Mas vimos que aquilo que se desenvolve como “mania individual” em momentos históricos passados, no capitalismo torna-se parte do próprio movimento social. O capitalista individual, primeiro, é “escravo” daquele impulso. Depois, descobre, como homem prático, que “para ganhar é preciso gastar”⁵¹. Como também não pode deixar o impulso de lado, confronta-o com o “cálculo mais angustioso”. Disso resulta seu conflito fáustico entre os impulsos experimentados subjetivamente de modos também variados na singularidade. Se tais impulsos não são exclusivos deste modo de produção, é nele que se torna parte constitutiva como resultado de todo o movimento do capital. Esse conflito experimentado subjetivamente não é dado ao plano ideal por ele mesmo, mas pelo contato dessa personificação com o mundo material mediado por seu atuar necessário, a apropriação do trabalho alheio.

No caso dessa categoria econômica sob análise, o conflito fáustico tem por condição a exploração do trabalho, condição que está na base da própria existência do capitalista. Como vimos também, a finalidade posta se confirma como valorização do valor, independentemente das individualidades em questão. As personificações do capital, portanto, perseguem finalidades que são próprias, isto é, possuem interesses materiais bastante específicos e não é difícil de avaliar a existência de interesses da classe social específica, assim como relativas experiências subjetivas e compreensões comuns. A existência da categoria econômica impele as suas personificações a manifestar determinados interesses materiais que são, também, interesse de classe. Disso resulta, além de problemas como a consciência de classe, uma

⁵¹ Sentença popular.

ligação entre os interesses materiais e uma elaboração subjetiva não necessariamente e correspondentemente autêntica, isto é, não apenas se limitam a apreensão do nível aparente como são ativos na construção das aparências. Para ficar com poucos exemplos, uma vez que trabalhamos mais detidamente aspectos relacionados na discussão sobre as trocas, incluindo a compra e a venda da força de trabalho, observaremos duas questões.

A primeira diz respeito à apresentação do processo de valorização como simples processo de trabalho, em que a atividade de comando sobre o trabalho é exposta como trabalho e o lucro como salário do capitalista. Não é possível desenvolver todas as questões relacionadas, mas apenas indicar o problema. Com efeito, “o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 273). O que caracteriza a produção capitalista é a formação do valor, algo que seria impossível sem a existência de um processo de trabalho. Todos os elementos de um processo de trabalho (trabalho, meios e objeto) aparecem também no processo de trabalho capitalista, mas este processo particular não é um processo de trabalho simples porque não tem por finalidade a produção de valores de uso, mas, como dito, a valorização do capital. Da mesma forma, a cooperação no processo de trabalho simples mantém-se na base da cooperação capitalista, mas esta cooperação no processo de trabalho capitalista não é uma simples cooperação de um processo de produção qualquer. Porém, expressar o processo de produção capitalista como simples processo de trabalho serve também à apresentação da atividade do capitalista, a personificação do capital, como trabalho. A certa altura da discussão sobre o processo de valorização, Marx faz comentários ao que parece ser uma elaboração ideal nascida da personificação do capital. Depois de dizer que “é possível que o capitalista” possa ter sido “instruído pela economia vulgar” (MARX, 2013, p. 268), isto é, tenha sido influenciado em algum momento e exprime seu discurso, logo em parte reproduzido:

[Pergunta o capitalista:] Poderia o trabalhador, apenas com seus próprios meios corporais, criar no éter configurações do trabalho, mercadorias? Não é verdade que ele, nosso capitalista, forneceu ao trabalhador os materiais com os quais – e nos quais – ele pode dar corpo a seu trabalho? E considerando-se que a maior parte da sociedade consiste de tais pés-rapados [*Habenichtsen*], não prestou ele um inestimável serviço à sociedade por meio de seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, para não falar do serviço prestado ao próprio trabalhador, a quem ele, além de tudo, ainda guarneceu dos meios de subsistência? E não deve ele cobrar por esse serviço prestado? Além do mais, não se trata, aqui, de serviços. Um serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho. Mas aqui se trata do valor de troca. O capitalista pagou ao trabalhador o

valor de 3 xelins, e este lhe retribuiu com um equivalente exato: o valor de 3 xelins adicionado ao algodão. Trocou-se valor por valor. E eis que nosso amigo, até aqui tão soberbo, assume repentinamente a postura modesta de seu próprio trabalhador. Ele próprio, o capitalista, não trabalhou? Não realizou ele o trabalho de controle e supervisão do tecelão? E esse seu trabalho também não gera valor? Mas seu próprio *overlooker* [supervisor] e seu gerente dão de ombros. Enquanto isso, ele já assumiu, com um largo sorriso, sua fisionomia usual. Ele nos rezou toda essa ladainha, mas não dá por ela nem um tostão. Esses e outros subterfúgios e truques baratos ele deixa aos professores de economia política, que são pagos para isso. Já ele, ao contrário, é um homem prático, que nem sempre sabe o que diz quando se encontra fora de seu negócio, mas sabe muito bem o que faz dentro dele (MARX, 2013, pp. 268-269).

Este discurso, não muito distante do parlapatório contemporâneo que define o empresário como herói da economia, mostra muito claramente a necessária do processo de trabalho como processo de trabalho simples em que o capitalista também é trabalho. Assim o processo de valorização se oculta no mero processo de produção e o trabalho de explorar se identifica com o trabalho explorado. As contradições desaparecem da luz do dia e, silenciosas, operam mais abaixo dos sentidos. Faz parte do interesse material como personificação do capital reforçar as aparências objetivas que nascem das próprias relações de produção. Aparências essas em parte sustentadas por esses homens práticos, em parte por seus ideólogos. As consequências práticas disso para a resistência dos trabalhadores são bastante visíveis, mas ainda não podemos desenvolver esta dimensão do problema. O que devemos destacar é que os próprios interesses materiais, dados objetivamente mas transpostos para as subjetividades singulares das personificações do capital, criam as condições para “noções muito bárbaras, especialmente no cérebro daqueles cujo interesse prático no domínio do processo de valorização não fica abaixo do interesse teórico em compreendê-lo mal”, como Marx (2013, p. 299) escreveu acerca das fórmulas para a taxa do mais-valor. Isso nos liga à segunda questão, relativa ao tendencialmente obstrutivo caráter do interesse material em relação à expressão autêntica dos nexos reais:

Como o trabalho passado se disfarça sempre em capital, isto é, como o passivo do trabalho de A, B, C etc. torna-se o ativo do não trabalhador X, burgueses e economistas políticos se desmancham em louvores aos méritos do trabalho passado, que, segundo o gênio escocês MacCulloch, deve inclusive receber um soldo (juros, lucro etc.). O peso sempre crescente do trabalho passado, que coopera no processo vivo de trabalho sob a forma de meios de produção, é atribuído, assim, à sua figura de capital, isto é, à figura que foi alienada do próprio trabalhador e consiste em trabalho passado e não pago deste último. Os agentes práticos da produção capitalista e seus tagarelas ideológicos são tão incapazes de conceber o meio de produção separadamente da máscara social antagônica que hoje adere em seu rosto quanto um escravista o é de conceber o próprio trabalhador separadamente de seu caráter de escravo (MARX, 2013, p. 684).

Não é pelo fato de haver o interesse material que, por decorrência mecânica, surgiria uma subjetividade (incluindo a teórica) que elabora as coisas de maneira não autêntica. Mas,

tendencialmente, assim como o escravista não distingue o trabalhador de sua forma de escravo, as personificações práticas e teóricas do capital não apreendem o meio de produção como trabalho passado e não pago, mas apenas sob a forma já alienada de capital. Criam-se as representações mais ou menos cômodas aos seus próprios interesses materiais e, subjetivamente, portanto, são arrolados também. Isso porque, assim como o modo de produção capitalista cria uma classe de trabalhadores que tomam as coisas como naturais e evidentes em si mesmas, os capitalistas também são educados e, por gerações, reproduzem não apenas o senso prático para os negócios como também as teorias de seus ideólogos, assim como estes convertem em teoria aqueles interesses materiais. Tangenciamos o problema das formas de consciência não por acaso⁵², mas nos importa destacar como o interesse material, dado portanto na categoria econômica e limitado a ela, é necessariamente transposto para a subjetividade das singularidades na medida mesma em que se confirmam como personificações do capital, impedindo tendencialmente uma compreensão mais apurada das coisas.

Embora persista aquele espaço para a subjetividade operar paralelamente à, ou mesmo, nos limites da finalidade posta pela categoria econômica, é possível dizer que esta alcança certa autonomização das individualidades. Mas a finalidade (valorização do valor) impele a uma reflexividade que se dá no interior de determinados limites e, como momento preponderante para a manutenção física e social das personificações individuais, fornece os elementos por meio dos quais pensar e atuar na vida concreta – muitas vezes para além da esfera da produção. Mas, nos atendo a tal esfera, é possível ler que “como capital, e como tal o autômato tem no capitalista **consciência e vontade**, a maquinaria é movida pela tendência a reduzir ao mínimo as barreiras naturais humanas, resistentes, porém elásticas” (MARX, 2013, p. 476, destaque nosso). Não é uma escolha do capitalista individual, em sua autorreflexão crítica durante o café-da-manhã que precede seu “trabalho” do dia, reduzir ou não as barreiras naturais humanas. Como capitalista, essa tendência do emprego da maquinaria é uma determinação do capital que tem naquele “consciência e vontade”. O capitalista, como discutimos antes quando o assunto era diretamente as mercadorias, é impelido por forças que não são elaboradas subjetivamente, não vem à consciência senão na forma de finalidade e das práticas necessárias para sua realização, muitas vezes gerando consequências⁵³ que não são

⁵² Retomados a posteriori conclusivamente, quando tratamos brevemente da consciência de classe.

⁵³ Como já indicado, com a criação de condições para a superação da própria categoria econômica que personifica.

inteiramente antecipadas sequer elaboradas subjetivamente. Mantenhamos a atenção sobre a maquinaria:

Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é essa contradição que, por sua vez, **impele o capital, sem que ele tenha consciência disso**, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto.

[Marx complementa em nota a esta passagem:] A razão pela qual essa contradição imanente não se torna consciente para o capitalista individual – e, assim, tampouco para a economia política que se move **no interior de suas concepções** – será exposta nas primeiras seções do Livro III (MARX, 2013, p. 480, destaques nossos).

Percebemos que a existência da contradição imanente – no caso específico, entre taxa de mais-valor e o quantum de trabalhadores – “impele o capital, sem que ele tenha consciência disso”. A nota de Marx apenas confirma a existência dessa contradição, explicitando que não se torna consciente ao capitalista individual e para os ideólogos que se movem “no interior de suas concepções”. Como Marx anuncia tratar do problema no livro III, material este que não configura objeto de nossa investigação, devemos nos limitar a esta constatação⁵⁴. Trata-se de uma legalidade própria da produção do capital que não é dada à consciência das singularidades. Isso fica também evidenciado na discussão sobre o mais-valor relativo.

Se, por exemplo, um capitalista individual barateia camisas por meio do aumento da força produtiva do trabalho, isso de modo algum implica que ele tenha em vista reduzir o valor da força de trabalho e, com isso, o tempo de trabalho necessário pro tanto, mas, na medida em que acaba por contribuir para esse resultado, ele contribui para aumentar a taxa geral do mais-valor. É preciso que as tendências gerais e necessárias do capital sejam diferenciadas de suas formas de manifestação (MARX, 2013, pp. 390-391).

O capitalista, ao perseguir o mais-valor, termina por reduzir o valor da força de trabalho embora esta não seja sua finalidade. O arremate do exemplo é de importância única, pois insinua não apenas a desigualdade entre as tendências gerais e necessárias do capital e suas formas de manifestação, como também que à subjetividade da singularidade dos agentes práticos é dada a finalidade do capital, mas por meio dessas formas de manifestação. Ora, novamente, a diferença entre movimento aparente e movimento real, em que aparência e

⁵⁴ Parece-nos que o problema está associado com a própria forma do lucro tomado como lucro comercial (vender mais caro do que se comprou) e não como parte do mais-valor. Mas existem inúmeras outras determinações no volume três de O Capital impossíveis de serem consideradas nesta análise.

essência têm lugar importante, pois “as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento externo dos capitais, impondo-se como leis compulsórias da concorrência e apresentando-se à mente do capitalista individual como a força motriz de suas ações” (MARX, 2013, p. 391).

Já temos elementos suficientes que destacam a relação dialética entre objetividade e subjetividade no caso concreto da personificação capitalista. Elementos parecidos podem ser capturados na análise do tempo de trabalho personificado, isto é, do trabalhador. Inclusive porque parte dos conflitos objetivos experimentados subjetivamente pelo capitalista são transportáveis para a esfera do trabalho, não sem ressalvas.

A primeira questão importante é colocar em evidência que as preocupações de Marx lançadas no prefácio, que buscavam evitar mal-entendidos, também servem para a discussão sobre o trabalhador como personificação. Se no prefácio em questão Marx se restringiu ao capitalista e ao proprietário fundiário, faltam-nos elementos mais diretos que nos ajudem a explicar porque não incluiu o trabalhador entre os “mascarados” naquele parágrafo inicial. O fato de não ter desenvolvido com tantos detalhes a personificação do trabalho quanto fez com a personificação do capital possui uma explicação simples mas que julgamos razoável: trata-se, sobretudo, da lógica do capital. Poderíamos especular, para o primeiro problema, sobre os efeitos da constatação marxiana, feita com base nas décadas sangrentas do século XIX, de que a classe trabalhadora se confirmava como materialização da “negação da negação” (MARX, 2013, p. 832), como produto autêntico da própria produção capitalista e sujeito provável de sua superação. Seja como for, só podemos aceitar também não retratar com “cores róseas a figura” do trabalhador, assim como Marx não o fez. Tivemos chance de acompanhar que as críticas de Marx às personificações do capital não impedem de reconhecer que mesmo o capitalista está subordinado à força social do capital, que também ele, em sua individualidade, é instrumento de valorização do capital embora ali encontre vontade e consciência. Logo de partida, reconhecer que o trabalhador está subordinado à força social do capital, não deve igualmente nos impedir que façamos críticas às personificações do trabalho, na medida mesma em que atuam por meio das mesmas formas de manifestação e que por força das coisas efetivas, como individualidades resultantes da própria sociabilidade capitalista, centram-se mais em seus interesses privados. Mas importa-nos não as pessoas (Pedro, Paulo etc.), mas as singularidades como personificações da categoria econômica trabalho.

Parte das nossas considerações anteriores, feitas na discussão sobre as trocas e circulação das mercadorias, poderia ser trazida para este momento, sobretudo porque há um nexos entre a categoria vendedor lá manifesta e o trabalhador como aquele que vende sua força de trabalho como mercadoria. Isso, entretanto, não nos levaria a novas possibilidades de discussão sobre o relacionamento, no interior de uma unidade, entre objetividade e subjetividade, mas tão somente à transposição das determinações lá contidas. Embora sejam úteis em vários aspectos, podemos nos limitar ao já exposto. Devemos nos ocupar, então, com os momentos em que Marx considera diretamente o trabalho como personificação e aqueles momentos outros que se somam para explicitar as reciprocidades contidas naquela unidade. Novamente em nome da economia do argumento, podemos extrair a determinação de que “o trabalhador, aqui, não é mais do que tempo de trabalho personificado” (MARX, 2013, p. 317). Essa determinação aparece na discussão sobre a avidez por mais trabalho e a diferenciação nas jornadas de trabalho. Nessa personificação, parece que “todas as diferenças individuais” (Idem) estão extintas. Como para o capital importa o mais-trabalho, não poderia fazer mais sentido a afirmação de antes, de que “diante do capital, todos os seres humanos são iguais” (MARX, 2013, p. 327). Para o capital o trabalho importa duplamente, como trabalho concreto, útil, e trabalho abstrato, uma massa de “trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (MARX, 2013, p. 116). Com isso queremos destacar a separação entre a forma (trabalho concreto) e o conteúdo (trabalho abstrato) serve à determinação do tempo de trabalho como o elemento essencial da categoria trabalho:

Se o trabalho produtivo específico do trabalhador não fosse a fiação, ele não poderia transformar o algodão em fio e, portanto, tampouco transferir ao fio os valores do algodão e dos fusos. Se, ao contrário, o mesmo trabalhador trocar de ramo e se tornar carpinteiro, ele continuará a adicionar valor a seu material por meio de uma jornada de trabalho. Ele adiciona valor ao material por meio de seu trabalho, não como trabalho de fiação ou de carpintaria, mas como trabalho abstrato, trabalho social em geral, e adiciona uma grandeza determinada de valor não porque seu trabalho tenha um conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado. Portanto, é por sua qualidade abstrata, geral, como dispêndio de força humana de trabalho, que o trabalho do fiandeiro adiciona um valor novo aos valores do algodão e dos fusos, e é em sua qualidade concreta, particular e útil como processo de fiação que ele transfere ao produto o valor desses meios de produção e, com isso, conserva seu valor no produto. Daí decorre a duplicidade de seu resultado no mesmo tempo (MARX, 2013, p. 278).

Nessa duplicidade se destaca que, embora o trabalho útil seja ineliminável do processo de valorização, não é mais do que uma forma concreta, específica, do “dispêndio de força de trabalho humana”, força dos braços, pernas e cabeça. O que é este trabalho abstrato senão força de trabalho humana desdobrada no tempo ou o próprio tempo de trabalho cristalizado?

É apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui somente como exemplar médio de sua espécie. Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. “Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado.” (MARX, 2013, p. 117).

O elemento central neste ponto é o tempo de trabalho. O que o trabalhador personifica na produção do capital é tempo de trabalho. Mas isso não denota a diferença específica de o trabalhador laborar para si ou para o capitalista. Fundamentalmente, portanto, é preciso considerar que o tempo de trabalho não pertence mais ao trabalhador. Ao vendê-lo, como qualquer outra mercadoria, o trabalhador aliena sua força vital ao comprador que irá dispor desse tempo produtivamente, apropriando-se do tempo de trabalho não pago. O modo de produção capitalista não altera o fato de o trabalhador personificar tempo de trabalho, significa na verdade a apropriação do tempo de trabalho de um modo determinado, se comparado às outras formas passadas de apropriação do mais-trabalho. Eis que se oculta essa apropriação, como vimos, na própria forma-salário de modo que o tempo de trabalho não pago foge aos sentidos. Como o trabalho humano (na forma abstrata, fundamentalmente) é um determinante universal para a vida humana, para toda e qualquer forma de sociabilidade, não é possível falar de uma superação do trabalho senão de suas formas contraditórias. Algo diferente se passa com o capital enquanto categoria econômica, que assume tamanha potência – comparativamente às suas formas antediluvianas, capital comercial e usurário (MARX, 2013, p. 239) – em seu modo de produção correspondente. Enquanto força social, ativa entre outras coisas o impulso do enriquecimento, tornando-o socialmente funcional, uma parte constitutiva do modo de produção capitalista. Para o capital, porém, não existe uma forma universal. Ao contrário, podemos encontrar no trabalho tanto a forma universal, bastante trabalhada antes nessa exposição, como também em suas formas específicas, particularmente a manifesta na produção capitalista. A análise dessas duas formas pode lançar luz sobre os problemas que investigamos.

Como vimos antes, em sua forma universal o momento subjetivo proponente atua decisivamente, não apenas na descoberta das propriedades das coisas, mas também na antecipação no plano ideal daquilo a ser feito. Essa subjetividade não é, exatamente por isso, “pura” já que tem na objetividade seu ponto de partida, o objeto sobre o qual a atuação, ao longo de muitas alterações, modificou não apenas a própria objetividade mas também os

padrões de subjetividade existentes, remodelando novamente as práticas produtivas numa dialética difícil de reconstruir em seus detalhes. Mas isso não impede que demarquemos a objetividade como condição primeira, a atuação produtiva como pressuposto para a humanização da natureza e do próprio homem e a subjetividade como um produto social num estágio mais tardio e superior de desenvolvimento, em que o trabalho assume, por fim, sua forma mais ou menos acabada, autêntica, como trabalho humano.

Nessa forma universal que o trabalho humano assume, a determinação fundamental é a produção das coisas voltadas à satisfação de necessidades reais ou ilusórias. Trata-se da produção de valores de uso, coisas úteis que “formam o conteúdo material da riqueza” (MARX, 2013, p. 114). Mesmo nos primórdios da humanidade, os valores de uso possuem valor porque é objetivação de “trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 116). Por isso lemos que:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [*Gespinst*] (MARX, 2013, p. 258).

Se o produto aparece ao produtor repleto de mística, isso não altera o fato de ser resultado do dispêndio de força humana no tempo ou tempo de força humana cristalizado numa coisa. Do ponto de vista universal do trabalho, a finalidade surge como estabelecida pelas necessidades sociais, reais ou não. Enquanto a sociabilidade não é rasgada pela contradição, esta finalidade coincide com a finalidade dos homens concretos singulares. Em outros termos, a finalidade é a produção de valores de uso, coisas úteis. Nos estágios mais primitivos da humanidade, o objetivo posto pelos homens, como transposição de necessidades do concreto ao abstrato, não é outra coisa senão um resultado natural-espontâneo que progressivamente reflete necessidades cada vez mais socializadas. Como personificações do tempo de trabalho, os trabalhadores aqui têm por finalidade a autoconervação, considerando o estágio mais baixo de desenvolvimento das forças produtivas. Na forma abstrata, a finalidade não é outra senão a satisfação das necessidades. O modo pelo qual os homens trabalham, como se relacionam com os meios de produção e o grau de desenvolvimento daí decorrente, é o que altera os traços fundamentais das sociabilidades, incluindo as finalidades postas e quais necessidades sociais realizar, pois “o que diferencia as épocas econômicas não

é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2013, p. 257). Essas considerações não estão distantes das determinações marxianas do problema; antes o contrário. Pode-se alterar como se quiser as sociabilidades, que os trabalhadores individuais continuam a personificar tempo de trabalho; o que se altera são as relações entre os homens e os meios de produção, as condições sociais dessa produção, em suma, o modo como dispõe do tempo de trabalho social.

Porque a finalidade da produção capitalista não é o desenvolvimento máximo da humanidade e das suas individualidades constituintes, revela-se um modo de relacionamento entre os homens, entre eles e os meios de produção da riqueza, e sob condições sociais determinadas em que a finalidade anunciada é a “produção pela produção” e a maior valorização possível do capital. A esta finalidade, como já discutimos antes, devem se subordinar as personificações do capital, mas também em parte as personificações do tempo de trabalho mesmo naquelas condições de restituição aparente do momento propositivo da subjetividade. Em termos universais, isto é, universal relativamente a este modo de produção, a finalidade posta como finalidade social é a satisfação da necessidade socialmente mobilizada do impulso pela acumulação da riqueza que, despertada das entranhas do passado remoto nos primordiais relacionamentos entre os homens e as coisas, assume lugar determinante no mecanismo social. E porque esse efeito deveria ser sentido exclusivamente pelas personificações do capital?

Não são privilégio dessas personificações certas determinações sociais. E na verdade, é certamente mais perverso quando operado sobre as personificações do trabalho, ajudando tendencialmente na diminuição da resistência dos trabalhadores aos imperativos do capital. Vejamos primeiro a explanação de Marx (2013, p. 245) na determinação do valor da força de trabalho:

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de

subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.

Lembremos que, em suma, o tempo de trabalho necessário à reprodução de sua existência corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência, no horizonte das personificações da força de trabalho. Destarte, aparece a necessidade de reprodução das condições físicas e espirituais de si e de sua família. A garantia das condições normais de vida surge como finalidade nascida dessa condição social do trabalho no interior de uma relação social de produção historicamente determinada. No complemento da passagem anterior, escreveu Marx (2013, pp. 245-246):

Porém, a força de trabalho só se atualiza [realiza é mais preciso para *verwirklicht*] por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho. Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser repostos. Esse gasto aumentado implica uma renda aumentada. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado.

Além das influências geográficas, destacamos que, apesar de estabelecida a quantidade socialmente normal dos meios de subsistência, as influências culturais, o padrão de vida alcançado (não sem lutas na dimensão política), incluindo direitos etc. Como explica Marx, os condicionantes históricos e morais de uma época participam da determinação do valor da força de trabalho. Esses padrões sociais também sofrem condicionantes das circunstâncias econômicas, como as crises, as quais arrasam sempre as conquistas imediatas conseguidas a duras penas, com sacrifício humano (temos em mente a Comuna e lutas do tipo), por vezes das crianças nos calabouços das manufaturas fabris do passado. Não é preciso muito esforço para trazer para o contexto de nossa discussão, os padrões de consumo, por exemplo, socialmente estabelecidos nesta parte ao sul da linha do equador, fomentando nas personificações do capital o impulso pela acumulação de mercadorias (não de capital) à custa do endividamento familiar. Cria-se na classe trabalhadora a necessidade de garantir as condições mínimas de reprodução – sempre ameaçadas pelo cambaleio das circunstâncias

econômicas – e, ao mesmo tempo, a ânsia pela aquisição de mercadorias segundo padrões sociais mais altos. O conflito fáustico aqui é substituído. A calculabilidade é de outra ordem e está circunscrita ao orçamento mensal, ao crédito, mas fundamentalmente entre o impulso do ter e os impedimentos sociais, em que a frustração nasce e devora sem a saída ilusória pelo crédito. E como o impulso pelo ter, assim como sua forma mais excêntrica – a do impulso para o entesouramento –, é “desmedido por natureza”, a classe trabalhadora é tendencialmente empurrada, pela dialética própria entre produção e consumo no capitalismo, à idolatria do acesso ao mundo das mercadorias, quando não estão ocupados com a garantia das condições mínimas de reprodução física e espiritual. Eis que o fetiche da mercadoria mostra seu lado mais torpe e entorpecedor porque surge aos próprios produtores como “personificação das coisas e coisificação das pessoas” (MARX, 2013, p. 187), na lógica vil de vender aos produtores das coisas as coisas que eles mesmos produziram num processo atrelado à necessidade social de valorizar o capital e não de satisfazer necessidades sociais e reais. Mas do ponto de vista do trabalhador singular este movimento está completamente apagado. Não é dado à consciência que o próprio processo do consumo individual, mesmo em seus mínimos necessários à reprodução física e espiritual, é um momento da reprodução do capital:

Dentro dos limites do absolutamente necessário, portanto, o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital. Tal consumo é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador continua a ser, assim, um momento da produção e reprodução do capital, quer se efetue dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., e quer se efetue dentro, quer fora do processo de trabalho, exatamente como ocorre com a limpeza da máquina, seja ela realizada durante o processo de trabalho ou em determinadas pausas deste último. O fato de o trabalhador realizar seu consumo individual por amor a si mesmo, e não ao capitalista, não altera em nada a questão. Do mesmo modo, o consumo do animal de carga não deixa de ser um elemento necessário do processo de produção pelo fato de o próprio animal se satisfazer com o que come. A manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital. O capitalista pode abandonar confiadamente o preenchimento dessa condição ao impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores (MARX, 2013, p. 647).

Não podemos desconsiderar aquilo que o “trabalhador possa consumir para seu próprio prazer” (MARX, 2013, p. 647). Em outros termos, não se trata apenas das condições mínimas, mas também daqueles padrões culturais e sociais que em nossos tempos se confirmam pelo acesso ao mundo das mercadorias. Vemos que o consumo da classe trabalhadora, não importa de que modo que seja, é um elemento necessário do processo de produção como pressuposto constante da reprodução do capital. Em termos fundamentais, o próprio impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores se encarrega de leva-los

ao consumo individual. Somando-se o impulso pelo ter socialmente ativado e tornado parte do mecanismo social, os “fios invisíveis” armam uma trama de domínio social:

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora, mesmo à margem do processo imediato de trabalho, é um acessório do capital tanto quanto o é o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, não é mais do que um momento do processo de reprodução do capital. Mas o processo cuida para que esses instrumentos autoconscientes de produção não se evadam, e o faz removendo constantemente o produto desses instrumentos do polo que ocupam para o polo oposto, o polo do capital. Por um lado, o consumo individual cuida de sua própria conservação e reprodução; por outro lado, mediante a destruição dos meios de subsistência, ele cuida de seu constante ressurgimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por grilhões a seu proprietário; o assalariado o está por fios invisíveis. Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato (MARX, 2013, p. 648).

Logo percebemos que as fraseologias vazias como “sociedade do consumo” somente podem ser erguidas a partir de uma má compreensão dos nexos inelimináveis entre produção e consumo. O próprio consumo como momento específico do processo de reprodução garante que os “instrumentos autoconscientes de produção” surjam novamente no mercado ofertando sua força de trabalho. Sua liberdade consiste em, dentro de limites dados, escolher mercadorias e escolher o comprador da sua mercadoria. Constitui-se assim uma dada aparência de independência por essas escolhas relativas e pela consagração na forma jurídica e pelas garantias do Estado, ocultando as contradições do processo.

Uma dimensão da gênese desses problemas pode ser encontrada também no momento da produção e não só no consumo. Ao discutir o salário, Marx fornece elementos ligados aos impulsos que discutimos há pouco. Explicou o filósofo alemão que “a forma do salário por peça é tão irracional quanto a do salário por tempo” (MARX, 2013, p. 623). Porém, “dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade” (MARX, 2013, p. 624). O próprio contato do trabalhador individual com remuneração da parte paga no trabalho desperta o interesse privado de se aplicar mais espartanamente ao trabalho. Conseqüentemente, os limites mínimos de intensidade podem ser fixados em patamares mais elevados, ampliando a produtividade do trabalho relativamente à parte paga da jornada de trabalho, isto é, aumentando a parte não paga, tempo de trabalho excedente. Da mesma forma, “é igualmente do interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário ou semanal” (MARX, 2013, p. 625). Indicamos então a finalidade de autoconservação, inclusive de satisfação de necessidades tal como vimos na forma universal do trabalho. Sob domínio das relações

capitalistas de produção, todavia, esta reprodução física e espiritual se dá como meio de valorização do valor. E isso não se altera dada a variabilidade das individualidades do tempo de trabalho personificado:

No que diz respeito à receita real surgem, aqui, grandes diferenças, conforme os distintos níveis de destreza, força, energia, resistência etc. dos trabalhadores individuais. Isso não altera naturalmente em nada a relação geral entre capital e trabalho assalariado. Em primeiro lugar, as diferenças individuais se compensam na totalidade da oficina, de modo que, num tempo determinado de trabalho, ela fornece o produto médio, e o salário total que nela é pago equivale ao salário médio desse ramo industrial. Em segundo lugar, a proporção entre o salário e o mais-valor se mantém inalterada, pois ao salário individual do trabalhador isolado corresponde a massa de mais-valor individualmente fornecida por ele. Mas o maior espaço de ação que o salário por peça proporciona à individualidade tende a desenvolver, por um lado, tal individualidade e, com ela, o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, sua concorrência uns contra os outros (MARX, 2013, pp. 625-626).

O salário por peça garante uma maior margem de ação à individualidade e isso amplia o sentimento de autorresponsabilização, de liberdade e autocontrole dos trabalhadores. Abstraída, entretanto, essa forma concreta, a variabilidade real da forma-salário desempenha papel importante em pelo menos duas direções. Permite a ampliação da concorrência entre as personificações do tempo de trabalho, forçando a intensificação do trabalho para cima e o valor da força de trabalho para baixo. Vale mencionar que o capital aproveita também do caráter social do homem ao converter a animação dos espíritos dada pelo trabalho conjunto em resultados da cooperação capitalista do trabalho. Não obstante, observemos que não é do interesse subjetivamente dado à consciência do trabalhador diminuir o valor de sua força de trabalho, mas este é o resultado tendencial da diminuição do tempo socialmente necessário à produção do valor, à medida que se estimula a concorrência e a intensificação espartana do trabalho ou mesmo ao ampliar a jornada de trabalho. O mesmo efeito é conseguido pelo capitalista ao perseguir o mais-valor, como vimos. Do lado do trabalhador, no entanto, concorre-se para, ao buscar aumentar sua renda individual, a diminuição progressiva do valor da força de trabalho. A finalidade subjetiva dada à consciência, regida pelo impulso natural de autoconservação e procriação – ambos cooptados pelo impulso do ter socialmente engendrado –, produz consequências desastrosas para as personificações do tempo de trabalho porque todo o processo converge para a diminuição do valor da força de trabalho em que, visto a concorrência universal estabelecida no interior da classe do trabalho, o impulso do ganho sob a busca incessante por maior renda e o acesso ao mundo das mercadorias, faz parte do movimento externo da forma-salário. E é assim que o trabalho se aprisiona nas condições de sua reprodução.

A segunda direção mostra que o próprio contato do trabalhador individual com o salário desperta nele este impulso sem limites pelo ter. A objetividade das relações sociais de produção estimula, a partir da atuação do trabalhador em seu interior, a transposição do ganhar como “finalidade subjetiva” que orienta, em seguida, as escolhas cotidianas, as quais tendencialmente ajudam a selar o domínio do capital sobre o trabalho. Muitas gerações de trabalhadores são necessárias para constituir, por fim, uma classe trabalhadora que apreende essa lógica, mas não diretamente, como algo natural; o ganhar como impulso humano autêntico e o acesso ao mundo das mercadorias como meta social.

Nessa esfera das personificações do tempo de trabalho, também é persistente certo espaço para a subjetividade. Mas assim como vimos no caso das personificações do capital, o trabalhador que não se orienta segundo a lógica do valor assume o risco da ruína social e possivelmente física, na medida em que as satisfações das necessidades somente se dão pela capacidade de vender a sua força de trabalho e pela potência dessa mercadoria especial na valorização do valor. Realizar, portanto, a finalidade do capital torna-se uma mediação para a realização das necessidades do trabalhador individual. Ao realizar as suas próprias necessidades reprodutivas, concretiza tão somente o momento do consumo necessário ao processo total da reprodução do capital. Se fizer escolhas em outra direção, que não se limitem à troca de empregador, às escolhas de mercadorias e a uma sempre maior aplicação de suas forças objetivas e subjetivas, pode deixar de ser uma personificação do tempo de trabalho diretamente útil ao capital e colocar em risco seus padrões de vida e, quiçá, de integridade física. Na personificação do capital como na do tempo de trabalho, as escolhas embora variem qualitativamente, são pequenas fora da categoria econômica e ainda menores dentro dela. Tornar-se patrão de si mesmo, individualizados numa concorrência universal, tem sido uma alternativa atrativa, como efeito do movimento do capital nesta fase atual, mas com sérias limitações sociais que não veem ao caso discutir. Diferentemente das personificações do capital, cuja finalidade não possui muitas mediações, a valorização do capital somente se torna finalidade (mas não consciente) das personificações do trabalho por mediação de seu próprio atuar no interior das relações sociais capitalistas. Atuar como força de trabalho a ser consumida produtivamente, despertando ao longo de gerações o impulso do ter, a ânsia pelo ganhar.

É apenas por meio de uma consideração histórica que podemos compreender a constituição dessa subjetividade dos trabalhadores individuais como personificações do tempo

de trabalho, em contato com o progressivo avanço da materialidade das relações sociais de produção. Parte da discussão de Marx sobre a *Assim chamada acumulação primitiva* fornece elementos para essa compreensão porque leva em conta os violentos processos iniciais e o progressivo abrandamento. Vimos antes indicado este aspecto da constituição histórica da classe trabalhadora em que a violência extraeconômica passa a ser utilizada mais esporadicamente porque “para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada” (MARX, 2013, p. 809). Mas no início de sua constituição, a “burguesia emergente requer e usa a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (Idem). Sem mencionar a necessidade de se “ajustar à nova disciplina” (MARX, 2013, p. 805) fabril-manufatureira, a uma “disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (MARX, 2013, p. 808). Notamos que o abrandamento dos métodos violentos, em parte como resultado da luta de classes, também se explica pela constituição histórica não apenas de uma classe trabalhadora, mas de uma classe subjetivamente adequada – mas sempre ameaçadora e de adequação ameaçada, visto as contradições do processo – no plano de suas individualidades e igualmente no plano da própria classe. Este é um momento importante do processo de reprodução total. E mostra também como o relacionamento entre objetividade e subjetividade em Marx assume graus variados de complexidade.

Dessa análise, resulta também a distinção entre os interesses privados das individualidades das personificações do tempo de trabalho e os interesses dos trabalhadores enquanto classe. Uma vez que do ponto de vista da singularidade as contradições do processo não são dadas diretamente à consciência – depois de gerações e da constituição da classe trabalhadora –, apenas do ponto de vista da classe a relação com o capital é consideravelmente revelada. Porém, esta dimensão mais ampla, num nível particular por assim dizer, mantém complexos vínculos com as singularidades dos trabalhadores. As subjetividades produzidas nessa interação contraditória no interior das relações capitalistas de produção podem servir de veículo para a constituição de representações sociais mais amplamente compartilhadas – a produção com suas leis tomadas como naturais, auto-evidentes – as quais são mais ou menos problemáticas à apreensão coletiva (e também

individual) das contradições moventes do capital. Marx visualizava alguma ligação, em função do agravamento do pauperismo, entre a “acumulação do capital”, o desenvolvimento da “luta de classes” e a “consciência de si dos trabalhadores” (MARX, 2013, p. 729) enquanto classe. Considerava também que o agravamento das condições dos trabalhadores e com o “caráter internacional do regime capitalista”, aumentaria “a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 832). Essas eram as tendências capturadas no final do século XIX pelo filósofo alemão e não seria exagero considerar que a luta de classes, nesta fase atual, encontra-se em segundo plano abaixo dos problemas de superfície encarnados na politicidade. Mas arriscaríamos muito nesse nível de discussão porque, por um lado, foge ao nosso escopo e, por outro, o próprio Marx não deixou elementos suficientes para se considerar, ao menos a partir do material ora sob análise, a subjetividade nesse plano de uma consciência de classe ou mesmo de uma relação complexa entre essas duas dimensões – subjetividade da singularidade do trabalhador mais ou menos limitada como personificação do tempo de trabalho e a consciência de classe, como particularidade na mediação com as universalidades do modo de produção capitalista.

Esse aspecto final, porém, impõe uma série de questões importantes porque uma consciência de classe dos trabalhadores necessariamente deveria passar por ele. Fiquemos com apenas uma questão mais próxima aos nossos problemas: se a categoria econômica põe a finalidade transposta para a subjetividade das personificações singulares, qual finalidade põe a categoria trabalho? Considerado de seu ângulo particular, no modo de produção capitalista, põe como finalidade a satisfação das necessidades humanas secundarizadas à produção do capital. Embora não conscientemente elaborado, o *telos* é a valorização do valor que serve como meio para a reprodução do trabalhador, e esta, por sua vez, como mediação do processo de reprodução do capital: no limite está a produção pela produção, para a qual o capital e suas personificações empurram a humanidade. Considerado de seu ângulo universal e liberto das amarras dessas contradições e estranhamentos – sintetizados nas sociedades de classe com baixo ou alto avanço das forças produtivas –, o que é a satisfação do homem como finalidade de sua atividade consciente senão o livre desenvolvimento de sua individualidade e, com isso, o desenvolvimento do gênero humano? A consciência de classe precisaria passar por este problema, assim como as individualidades. A ciência tem também algum papel nisso.

3.4 CIÊNCIA E DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PENSAMENTO

Por diversas vezes fomos impelidos a mencionar e a identificar a ciência, sobretudo nos momentos decisivos em torno das formas de manifestação, das falsas aparências e das aparências objetivas. Nossa intenção ao dedicar um espaço à ciência não se relaciona com uma discussão sobre todos os complexos de problemas envolvidos e sobre os quais foram escritos numerosas páginas. Nossa preocupação é utilizar a ciência, assim como fizemos até então, para ilustrar a existência do problema da subjetividade em Marx bem como apenas espreitar as complexas reciprocidades entre ela e a objetividade. Da forma como esperamos expor, a atividade científica marcada pelas indicações marxianas de seu padrão próprio de cientificidade permite explicitar o “pesquisador” como subjetividade e o mundo social como objetividade, momentos estes mediados sobretudo pela “força da abstração” como conteúdo próprio da atividade científica. Não menos importante é destacar que tal atividade requer ao mesmo tempo “condições subjetivas de isenção” e “condições objetivas” adequadas, de modo que uma potência científica se revolve pela relação recíproca entre objetividade e subjetividade.

Nesse sentido, existem pelo menos duas dimensões importantes para iniciarmos essas considerações. A primeira é a potência da ciência em atravessar as formas de manifestação e capturar os nexos objetivos. Nessa operação de um padrão de cientificidade marxiano muito específico, sobressai a subjetividade inquisidora, que estabelece questões em busca da lógica da coisa. Isso é útil para mostrar, não em todos os detalhes – porque infelizmente fugiria demasiadamente ao nosso propósito –, traços da relação entre a objetividade e a subjetividade científica, por assim dizer. A segunda aborda o problema dos condicionantes sócio-históricos da ciência. Isso também será útil para deixar, ao menos indicado, as limitações e possibilidades que a própria objetividade proporciona ao trabalho da ciência. Ambas as questões nos levam aos prefácios (prefácio e posfácio) d’*O Capital*.

Dissemos antes que no prefácio e no posfácio os traços do problema da subjetividade estão submetidos ao problema da ciência. Em se tratando da ciência como um produto autenticamente social, uma vez que não há atividade inquisidora na natureza, ela própria não teria outra gênese em termos materialistas senão na relação entre a objetividade e a subjetividade. Foi o que tentamos destacar na análise inicial do ato histórico fundamental de descobrir as propriedades e legalidades das coisas, suas utilidades, ato que tem na atividade produtiva seu momento determinante. Tais propriedades não podem ser capturadas senão por

uma subjetividade interessada nessa apreensão e aplicação segundo as necessidades naturais e, depois, cada vez mais socializadas. Retomamos este ponto tão-somente para fixar novamente a subjetividade (em relação com a objetividade) como condição da ciência. Como prática social específica, seu desenvolvimento ao longo de muitas gerações não deve ser algo linear. Entre recuos e avanços – dados, como veremos, por condições objetivas e subjetivas –, o trabalho científico autêntico, já em sua forma mais desenvolvida, não é senão a busca da apreensão da logicidade própria das coisas que existem – o que inclui também as ideias, as representações. O que prova a existência da subjetividade na atividade científica tal como Marx a apreende é que “todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência” (MARX, 2013, p. 77), já que não se trata de uma entidade, um sujeito em si mesmo. Depende, portanto, dos homens, das suas relações e de traços específicos da subjetividade, pois também “não existe uma estrada real [*route royale*] para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos” (MARX, 2013, p. 93). São requeridos traços específicos a uma subjetividade científica, como veremos, além da determinação expressada nesta última passagem. Apesar de tais traços, enfatizamos que não há outro modo de operar cientificamente senão por mediação da subjetividade. Por isso também lemos que:

A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito, ainda que aproximado, na análise de formas muito **mais complexas e plenas de conteúdo**. Por quê? Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe. Além disso, na **análise das formas econômicas** não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [*Abstraktionskraft*] deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular (MARX, 2013, pp. 77-78, destaques nossos).

Não apenas foi uma atribuição do “espírito humano” inquirir a forma de valor das coisas (por que as coisas têm valor?) como também se dispôs à análise de formas “mais complexas e plenas de conteúdo” com resultados variados. O êxito foi maior neste último caso, explica Marx, porque nas formas mais completas e unitárias o trabalho científico é mais bem desenvolvido do que nas formas mais elementares; daí a dificuldade da compreensão da forma de valor mercadoria como elemento “celular” na sociedade capitalista. Por outro lado, e ainda mais importante para o nosso argumento, é que o Mouro determina a força da abstração como a mediação insubstituível para a “análise das formas econômicas”, dado o caráter social do problema, isto é, de estatuto ontológico adverso em relação à natureza, muito embora pontos de identidade sejam possíveis dentro de uma não identidade geral. E as abstrações

engendradas socialmente tem no momento subjetivo de caráter científico seu lugar de análise, análise que segue o “rigor científico” (MARX, 2013, p. 83) como condição desse tipo de atividade social. Este rigor se mostra na finalidade própria que o padrão de cientificidade marxiano demarca, isto é, de que “não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade” (MARX, 2013, p. 78), ou ainda, que “a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2013, p. 79). Essa legalidade, suas tendências, possui, como se vê, caráter particular, pois não se refere a leis universais igualmente válidas para todos os modos de produção.

Contudo nossa intenção não é discutir os componentes do padrão de cientificidade de Marx, mas somente indicar o lugar do momento subjetivo em relação à objetividade e o “rigor científico”, algo dependente de uma subjetividade científica, que aparece na necessária apreensão da lógica imanente das coisas por meio de uma investigação que respeite a trama da própria objetividade. Isso é algo plenamente visível na afirmação de que:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o **movimento real**. Se isso é realizado com sucesso, e se **a vida da matéria** é agora **refletida idealmente**, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, **transposto e traduzido** na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 90, destaques nossos).

Observemos que a investigação rigorosa deve se apropriar da matéria em detalhes, analisar e rastrear o nexos interno não sem ajuda da força da abstração, do intelecto motivado à apreensão da lógica da própria processualidade material, isto é, “a vida da matéria” “refletida idealmente”. Uma vez feito este trabalho, que não pode ser levado a cabo na ausência de uma subjetividade de rigor, é que se pode expor o “movimento real”. Tal reflexo subjetivo como momento decisivo de um método dialético, expressa no plano ideal a dialética própria da matéria “transposta e traduzida”, desenlaçada de suas formas aparentes, “assim como o movimento aparente dos corpos celestes só pode ser compreendido por quem conhece seu movimento real, apesar de sensorialmente imperceptível” (MARX, 2013, p. 391). Trata-se de determinar certas legalidades tendenciais do movimento real do mundo social ainda que tal

movimento não se mostre por si mesmo. Somente assim torna-se apreensível e sem preconceitos a afirmação segundo a qual:

O nexo interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas. O mesmo não ocorre com as condições habitacionais. Qualquer observador imparcial pode perceber que, quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais (MARX, 2013, p. 732).

Nessa passagem, aparecem duas questões decisivas. A primeira, como já apontamos, não é outra senão o nexo interno entre a situação da classe operária frente à situação da classe mais abastada. Tal nexo somente se mostra pelo conhecimento das leis econômicas. As condições habitacionais, por outro lado, como são dadas aos sentidos, exigem apenas a imparcialidade do observador para identificar o nexo entre a acumulação capitalista e a miserabilidade das habitações dos trabalhadores conforme se desenrolava no século XIX. Isso tem implicações importantes, pois se ao observador é exigido imparcialidade para lidar com uma causalidade que se faz à mostra, o que dizer daqueles nexos que se dão bastante abaixo das camadas superficiais?

Nossas considerações sobre a mercadoria dão provas dessas implicações na medida em que na própria sociedade produtora de mercadorias se estabelecem as condições para o desenvolvimento de camadas objetivas, as quais refletem aos homens tendencialmente o movimento aparente, de superfície. A própria constatação, por exemplo, de que os homens equiparam seus trabalhos no processo de troca simples e que fazem essa comparação sem o saber. Por este motivo é que uma compreensão da igualdade social dos seus trabalhos requer uma “abstração de sua desigualdade real”. Ou ainda, como um exemplo anterior a partir das próprias considerações marxianas, que os diferentes tipos de trabalho são reduzidos a trabalho simples como unidade de medida por efeito de um processo social anterior e de caráter histórico mas que aparece aos homens como se fosse efeito da tradição. Esses exemplos poderiam ser multiplicados, mas as discussões anteriores são suficientes para explicitar a existência do problema. Ficamos então com a indicação de que o trabalho científico deve ir além das formas de manifestação objetivas, para além dos reflexos subjetivos imediatos e captar os nexos efetivos; uma atividade não pode ser levada adiante sem aquele traço específico de uma “imparcialidade”, no sentido de uma “condição subjetiva de isenção”, como escreveu Chasin (2009, p. 121). Mas, como dito antes também, o fato da ciência conter

uma potência de verdade, sua realização não altera o estado objetivo da coisa ou, como Marx escreveu acerca das mercadorias, a “descoberta elimina dos produtos do trabalho a aparência da determinação meramente contingente das grandezas de valor mas não elimina em absoluto sua forma reificada” (MARX, 2013, p. 150). Em outras palavras, abstraído o caso concreto das mercadorias, a descoberta científica por si mesma não altera as relações sociais que são seu objeto de reflexão porque, como dito logo acima, “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” e de modo algum o “demiurgo do processo efetivo”. Em sua logicidade própria, a efetividade independe da subjetividade científica. Frisemos o problema da “isenção”.

Vimos antes que os interesses materiais desempenham papel significativo na potência de verdade contida nas personificações do capital e em seus ideólogos. Diz-nos Marx que “no domínio da economia política, a livre investigação científica não só se defronta com o mesmo inimigo presente em todos os outros domínios, mas também a natureza peculiar do material com que ela lida convoca ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e execráveis do coração humano, as fúrias do interesse privado” (MARX, 2013, p. 80). Dito de outra forma, “a livre investigação científica” é obstaculizada pelos interesses materiais, pelos interesses privados que se manifestam subjetivamente nas reações mais profundas e problemáticas. Embora Marx reconheça que houve “certo avanço” (Idem), o importante a destacar é que a própria natureza do material que é objeto de estudo da economia política implica em impedimentos de ordem subjetiva uma vez mediada por interesses privados. Assim, torna-se plenamente apreensível, por meio de uma passagem já mencionada, que:

[...] com a forma de manifestação “valor e preço do trabalho” ou “salário”, em contraste com a relação essencial que se manifesta, isto é, com o valor e o preço da força de trabalho, ocorre o mesmo que com todas as formas de manifestação e seu fundo oculto. As primeiras se reproduzem de modo imediatamente espontâneo, como formas comuns e correntes de pensamento; o segundo tem de ser primeiramente descoberto pela ciência. A economia política clássica chega muito próximo à verdadeira relação das coisas, porém sem formulá-la conscientemente. Ela não poderá fazê-lo **enquanto estiver coberta com sua pele burguesa** (MARX, 2013, p. 612, destaque nosso).

Por um lado, as formas de manifestação são capturadas e reproduzidas de modo espontâneo, como formas de pensamento tendencialmente engendradas nas próprias formas, a partir das quais os homens práticos atuam no cotidiano em meio às relações sociais. Por outro, o fundo oculto só pode ser revelado, também tendencialmente, pela ciência. A potência de verdade contida na economia política clássica permite a ela chegar próximo ao problema, mas sem uma formulação direta e plenamente consciente, porque está ligada a interesses materiais,

os mesmos que personificam os capitalistas. Enquanto personificação teórica do capital, “enquanto estiver coberta com sua pele burguesa”, a economia política clássica, apesar de sua potência científica, mantém-se ainda sob o ponto de vista determinado.

Não é do nosso interesse explorar a igualmente problemática ativação da ciência natural (e a social, mais tarde) pelo capital, ativação que se dá sobretudo “na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital” (MARX, 2013, p. 435). E em que progressivamente, com a entrada da maquinaria, “o meio de trabalho adquire um modo de existência material que condiciona a substituição da força humana por forças naturais e da rotina baseada na experiência pela aplicação consciente da ciência natural” (MARX, 2013, p. 459). Embora estes também sejam exemplos que explicitam o lugar da subjetividade na resolução de problemas produtivos segundo a finalidade do capital, estamos mais ocupados com a ciência na qualidade social (economia política) e não tecnológica (aplicação técnicas dos frutos científicos). Se nas ciências naturais o problema de uma subjetividade científica contendo potencial de verdade por via de uma requerida isenção, o problema se torna maior nas ciências do espírito, por assim dizer, pela própria natureza do objeto que desperta interjeições e preconceitos e isso é mais verdade quanto mais próximos nos encontramos dos interesses privados. Há uma passagem belíssima na qual Marx não apenas indica essa necessidade de uma isenção, como também articula a força da abstração com a captura do movimento real da processualidade efetiva. Ao determinar que “a transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida”, insere a nota número 37 (MARX, 2013, p. 241, destaques nossos) como se segue:

A partir da presente investigação, o leitor pode compreender que o que está em questão é o seguinte: a formação do capital tem de ser possível mesmo que o preço e o valor de uma mercadoria sejam iguais. Sua formação não pode ser atribuída a um desvio do preço em relação ao valor das mercadorias. Se o preço realmente difere do valor, é preciso, antes de tudo, reduzir o primeiro ao último, isto é, considerar a diferença como acidental a fim de poder observar em sua pureza o fenômeno da formação do capital sobre a base da troca de mercadorias, sem que essa observação seja perturbada por circunstâncias secundárias ao processo propriamente dito. Sabe-se, além disso, que essa redução não é de modo algum um **mero procedimento científico**. As constantes oscilações dos preços de mercado, suas altas e baixas, compensam umas às outras, anulam-se mutuamente e se reduzem a um preço médio, que funciona como seu regulador interno. Tal preço médio é a estrela-guia, por exemplo, do mercador ou do industrial em todo empreendimento que abrange um período de tempo mais longo. Ele sabe, assim, que, no longo prazo, as mercadorias não serão vendidas nem abaixo, nem acima, mas pelo seu preço médio. **Se o pensamento desinteressado fosse seu interesse**, ele teria de elaborar o problema da formação do capital do seguinte modo: como pode o capital surgir quando se considera que a regulação dos preços se dá por meio do preço médio, isto é, em última instância, pelo valor da mercadoria? Digo “em última instância” porque os

preços médios não coincidem diretamente com os valores das mercadorias, ao contrário do que creem Smith, Ricardo etc.

Observemos que o “procedimento científico” reflete o movimento real dos preços. Não se trata de um artifício metodológico, mas da expressão do processo de redução da variação dos preços ao preço médio que não apenas funciona como “regulador interno” como também serve de orientação para as decisões dos agentes práticos da produção. O saber prático desses homens revela a eles que as mercadorias se vendem, no longo prazo, por seus preços médios, mas não lhes diz nada sobre a valorização do valor ser possível considerando a regulação dos preços por meio do preço médio. A elaboração dessa questão, diz Marx, depende de o interesse ser o pensamento desinteressado. Somente por essa via se pode resolver a aparente contradição de o valor surgir e, ao mesmo tempo, não surgir da circulação. Ancorado no momento da circulação e pela ideia que surge da venda por um preço mais alto do que se comprou, perde-se de vista o problema da produção do valor, do tempo de trabalho não pago. Apenas um “pensamento desinteressado” ou unicamente “se o pensamento desinteressado fosse seu interesse”, pode-se ultrapassar o movimento de superfície da variação dos preços e alcançar o nexa ao fundo entre a produção do valor e trabalho não pago. Quando em contato com essas considerações, a avaliação de Marx sobre a potência explicativa da economia política, no que tange às formas aparentes, torna-se mais compreensível. Ao tratar, por exemplo, da problemática expressão “valor do trabalho” que a economia política toma à vida cotidiana, escreveu ele:

Na expressão “**valor do trabalho**”, o conceito de valor não só se apagou por completo, mas converteu-se em seu contrário. É uma expressão imaginária, como valor da terra. Essas expressões imaginárias surgem, no entanto, das próprias relações de produção. São categorias para as formas em que se manifestam relações essenciais. Que em sua manifestação as coisas frequentemente se apresentem invertidas é algo conhecido em quase todas as ciências, menos na economia política (MARX, 2013, p. 607, destaque nosso).

A aparência enganadora das próprias coisas não é um engano do intelecto, mas a maneira mesma de sua expressão. É da natureza da materialidade não se revelar em termos essenciais de maneira pronta, acabada, dada. O mundo natural e humano não está posto e já resolvido, de maneira adequada ao homem. Ao contrário, a transformação efetiva do mundo natural e humano, portanto também sua intelecção⁵⁵, marca a própria história do homem que precisa resolver os problemas que brotam da própria existência natural e social. Reconhecer que nas formas de manifestação as coisas se apresentam invertidas é um atributo importante da ciência, caráter da existência que o pensamento cotidiano tendencialmente ignora ao operar

⁵⁵ Como vimos sobretudo ao discutir o trabalho.

por meio das formas de expressão e que a elaboração teórica tem problemas em ultrapassar, à medida que aceita as categorias das formas como são dadas à superfície. Disso resulta o caráter *post festum* da ciência e, ao mesmo tempo, sua necessidade de ir para além daquilo que está dado, como resultado de processos históricos:

A reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento. As formas que rotulam os produtos do trabalho como mercadorias, e, portanto, são pressupostas à circulação das mercadorias, já possuem a solidez de formas naturais da vida social antes que os homens procurem esclarecer-se não sobre o caráter histórico dessas formas – que eles, antes, já consideram imutáveis –, mas sobre seu conteúdo (MARX, 2013, p. 150).

A assertiva, a guisa de exemplo, de que todas as mercadorias são em graus variados produtos do trabalho, mas nem todos os produtos do trabalho são mercadoria é uma conclusão que ultrapassa os limites daquilo que é dado como pronto, na forma da mercadoria, e inquire historicamente a constituição de uma sociedade produtora de mercadorias *post festum*. Com a solidez de formas naturais da vida social que a produção de mercadorias assume, é que se elabora alguma compreensão do caráter histórico dessas formas. Mas é a análise científica que apreende este caráter e impede a universalização de traços do particular, isto é, impede que identifique todo trabalho humano com mercadoria. Assim, “todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção” (MARX, 2013, p. 151).

Não assumir a forma estabelecida como universal está associado ao caráter isento de uma subjetividade científica porque não busca, por todos os modos e maneiras, eternizar teoricamente a produção capitalista, eliminando o próprio caráter dialético da história. Mas esse problema não é unidimensional, pois comporta os condicionantes objetivos para além dos interesses materiais. Sem desprezá-los, no entanto, temos que compreender os efeitos condicionantes da própria objetividade sobre a subjetividade científica. De um lado, um sujeito ou muitos sujeitos com qualidades subjetivas adequadas, sobretudo e mais importante para nossa discussão, em condições de uma isenção subjetiva. De outro lado, a objetividade com seu próprio desenvolvimento histórico criando condições ou obstruindo a potência científica em alcançar os nexos reais. Para tomarmos este segundo aspecto, a determinação do valor que, como disse Marx, provocou o “espírito humano” por milênios, dependeu de uma série de movimentos da própria efetividade para que se criassem as condições de uma

apreensão autêntica do problema. O exemplo do brilhantismo de Aristóteles que Marx (2013, P. 136) traz é marcante:

O fato de que nas formas dos valores das mercadorias todos os trabalhos são expressos como **trabalho humano igual** e, desse modo, como dotados do mesmo valor é algo que Aristóteles não podia deduzir da própria forma de valor, posto que a sociedade grega se baseava no trabalho escravo e, por conseguinte, tinha como base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria [*Warenform*] é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles brilha precisamente em sua descoberta de uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Foi apenas a limitação histórica da sociedade em que ele vivia que o impediu de descobrir em que “na verdade” consiste essa relação de igualdade.

Essa passagem que dispensa maiores comentários, pois explicita muito bem os condicionantes da efetividade. O pensamento não é algo autônomo, desvirtuado ou transcendente, mas um atributo dos homens reais no interior de relações materiais historicamente determinadas. Embora já pudesse fazer a pergunta sobre o valor – ainda que vivesse em uma sociedade em que a produção de mercadorias ocupava lugar secundário –, o próprio caráter escravista da sociedade grega impedia Aristóteles de perceber o dispêndio de “trabalho humano igual”. Não podemos desconsiderar as possibilidades do acaso, mas o fato é que Aristóteles não pôde alcançar; um resultado que só se explica pelas condições sociais da época e pelas condições subjetivas de um homem brilhante e livre, mas que se encontrava em oposição ao trabalho escravo, este como a base da produção da vida concreta. Para Marx, uma sociedade produtora de mercadorias, em que a forma-mercadoria é a forma universal do produto do trabalho, cria as melhores condições sociais para se determinar a igualdade dos trabalhos porque é trabalho humano em geral. Mas este reconhecimento não elimina as condições subjetivas adequadas⁵⁶.

Essa divisão da sociedade em classes faz uma boa mediação para versarmos sobre o Posfácio d’*O Capital*, principalmente acerca da discussão que Marx empreende sobre o desenvolvimento da economia política como ciência numa Alemanha sem as condições

⁵⁶ O exemplo de Adam Smith é interessante neste sentido, pois, como Marx (1974) indica, o autor inglês pôde chegar ao trabalho humano em geral como produtor da riqueza porque as condições objetivas eram efetivamente mais favoráveis. Tenhamos em mente que “a indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então já não pode ser pensado somente sob uma forma particular” (p. 125).

sociais para tanto. Mas neste capítulo, diz Marx, “o modo de produção capitalista chegou à maturidade depois que seu caráter antagonístico, por meio de lutas históricas, já se havia revelado ruidosamente na França e na Inglaterra, num momento em que o proletariado alemão já possuía uma consciência teórica de classe muito mais firme do que a burguesia desse país”. E arremata: “Quando pareceu que uma ciência burguesa da economia política seria possível aqui, tal ciência se tornara, uma vez mais, impossível” (MARX, 2013, p. 87). Esse aspecto da ligação entre a economia política como ciência e a luta de classes salienta a complexa trama da determinação social do pensamento, assim como vimos antes com os condicionantes sociais da sociabilidade grega sobre as possibilidades explicativas dadas por um Aristóteles.

A questão que já se desenha para nós neste momento da exposição é que nem a subjetividade nem objetividade podem explicar isoladamente a complexa trama da determinação social do pensamento em sua possibilidade permissiva ou obstrutiva para o alcance dos nexos reais sob as muitas camadas da aparência objetiva, do movimento de superfície. Assim, observemos que:

Desde 1848, a produção capitalista tem se desenvolvido rapidamente na Alemanha e hoje já se encontra no pleno florescer de suas fraudes. Mas, para nossos especialistas [economistas alemães], a sorte continuou adversa como antes. Enquanto podiam tratar [*treiben*] imparcialmente [*unbefangen*] a economia política, faltavam à realidade alemã as relações econômicas modernas. Assim que essas relações surgiram, isso se deu sob circunstâncias que já não permitiam seu estudo imparcial [*unbefangenes Studium*] dentro do horizonte burguês. Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente (MARX, 2013, p. 85).

Essas considerações remetem àquela tendência que indicamos antes, de eternizar o modo de produção capitalista e como isso não é mais do que um traço da impotência científica de uma subjetividade problemática, em termos de alcance pleno dos nexos efetivos, “enquanto estiver coberta com sua pele burguesa”. Do que se trata? Precisamente por apreender o dado como o universal, já estabelecido e o fim para a humanidade, trata-se de uma apreensão incorreta do movimento histórico porque não revela que este modo de produção é, assim como todos os anteriores, resultado a ser superado em outras formas superiores. Por isso, explicou Marx, a potência da economia política enquanto ciência é dada pelo grau de desenvolvimento da luta de classes, na medida em que é burguesa, nos termos marxianos. Observemos que a imparcialidade não tem a mesma acepção demarcada pelo

positivismo e suas variadas versões do século XX⁵⁷. Eis que a acepção tem correspondência com uma isenção subjetiva interessada na reprodução ideal da dialética própria da processualidade material, em parte também como expressão da luta de classes, como vemos adiante. No caso da economia política, e por ser burguesa nos termos anteriores, o desvelamento da luta de classes à luz do dia implica sua impotência como ciência. Por comparação, o período da economia política clássica (de Adam Smith e David Ricardo) foi possível como ciência, disse Marx tomando “o caso da Inglaterra”. E completou: “Sua economia política clássica coincide com o período em que a luta de classes ainda não estava desenvolvida” (MARX, 2013, p. 85). Já na “época seguinte, de 1820 e 1830, destaca-se”, naquele país, “pela vitalidade científica no domínio a economia política”. Completou afirmando que “foi um período de vulgarização e difusão da teoria ricardiana, quanto de sua luta contra a velha escola”. Certo “caráter imparcial [*Der unbefangne Charakter*] dessa polêmica – ainda que a teoria de Ricardo também sirva, excepcionalmente, como arma de ataque contra a economia burguesa – explica-se pelas circunstâncias da época”. Particularmente, “por um lado, a própria grande indústria apenas começava a sair da infância” e, “por outro lado, a luta de classes entre capital e trabalho ficou relegada ao segundo plano” (Idem) por uma série de movimentos políticos e disputas entre as diferentes frações do capital. Mas é no “ano de 1830” que tem “início a crise decisiva” (MARX, 2013, p. 86):

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre da economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada [*uneigennütziger Forschung*] foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial [*unbefangner wissenschaftlicher Untersuchung*]. De qualquer forma, mesmo os importunos opúsculos lançados aos quatro ventos pela Anti-Corn Law League, tendo à frente os fabricantes Cobden e Bright, ainda possuíam um interesse, se não científico, ao menos histórico, por sua polêmica contra a aristocracia fundiária. Mas a legislação livre-cambista, a partir de sir Robert Peel, arrancou à economia vulgar este último esporão crítico (MARX, 2013, p. 86).

Com o desenvolvimento da luta de classes, decai a potência científica da economia burguesa na medida em que ela é burguesa. Não há mais lugar para uma subjetividade inquisidora dos nexos efetivos, nem dos teoremas, mas apenas para expressividade teórica das finalidades do capital – e suspeitamos que podemos encontrar por todo século XX a vulgarização mesmo desse ponto de vista do capital nas chamadas teorias da administração.

⁵⁷ Entre os quais se encontra a liberdade de valores à moda weberiana, frequentemente utilizada para empreender críticas a Marx.

Trata-se da liberalização das personificações teóricas do capital. Disso resulta a reciprocidade entre a potência de uma subjetividade científica realizada com isenção e a objetividade da luta de classes. O agravamento da luta de classes, “teórica e praticamente”, força as subjetividades a tomarem certas posições no amplo cenário dos conflitos sociais. E por ser uma expressão teórica do modo de produção do capital (daí burguesa), esse agravamento é a falência da potência científica da economia política. Marx ainda leva a análise mais adiante, para capturar os efeitos provocados pela “revolução continental de 1845-1849” que marcou as demandas da classe trabalhadora na ordem do dia:

Homens que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas. Daí o surgimento de um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill. Trata-se de uma declaração de falência da economia “burguesa”, tal como o grande erudito e crítico russo N. Tchernichevski já esclarecera magistralmente em sua obra *Lineamentos da economia política segundo Mill* (MARX, 2013, p. 86).

O mesmo tipo de sincretismo pode ser capturado ao longo de todo o século XX. Mas o que chama a atenção é o traçado de uma determinação social do pensamento, pois fica patente como a teorização não é imune aos movimentos da própria realidade. Ainda mais sendo a economia política nessa fase decadente um discurso de cientificidade a serviço dos imperativos do capital, ainda que seja necessário incorporar na expressão teórica, produto de uma subjetividade comprometida, reivindicações da classe trabalhadora. Essa tentativa, fracassada por princípio, de pôr em sintonia a “economia política do capital” e “as exigências do proletariado”, de “conciliar o inconciliável” (MARX, 2013, p. 87), não faz dessa subjetividade menos personificação teórica do capital porque pode fazer parte de seu interesse, derivado por muitas mediações e como resultado da própria luta de classe – que por vezes tropeça em seus próprios atropelos históricos –, a aceitação de determinadas reivindicações nada ameaçadoras à própria reprodução das relações sociais.

Mas, na Alemanha, as circunstâncias eram outras, como mostramos antes. Por efeito das lutas pela Europa, uma consciência teórica de classe estava já formada entre os trabalhadores e a efetivação da economia política como ciência já não era possível. Pelas terras germanas, explica Marx, os “porta-vozes” da economia política se dividiram. De um lado os “sagazes, ávidos de lucro e práticos, congregaram-se sob a bandeira de Bastiat, o representante mais superficial e, por isso mesmo, mais bem-sucedido da apologética economia vulgar”. De outro lado, “orgulhosos da dignidade professoral de sua ciência,

seguiram J. S. Mill na tentativa de conciliar o inconciliável”. E disso resulta que “tal como na época clássica da economia burguesa, também na época de sua decadência os alemães continuaram a ser meros discípulos, repetidores e imitadores, pequenos mascates do grande atacado estrangeiro” (MARX, 2013, p. 87). Depois dessas considerações sobre os limites para uma ciência autêntica nas circunstâncias alemãs, Marx explica que:

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía, portanto, a possibilidade de todo desenvolvimento original da economia “burguesa”, mas não a sua... crítica. Na medida em que tal crítica representa de qualquer modo uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes: o proletariado (MARX, 2013, p. 87).

A crítica da economia política empreendida pelo próprio Marx é uma expressão, também, da própria luta de classes. Disso se depreende que o mero agravamento da luta de classe não é determinação mecânica para uma impotência da ciência. Como então Marx personifica, por via da crítica, os interesses da classe trabalhadora – e não os interesses privados dos trabalhadores individuais (como aumento do ganho privado), como vimos pelas diferenças marcantes –, e ao mesmo tempo mantém intacta a potência de seu padrão de cientificidade, apreendendo os nexos efetivos por baixo das formas de manifestação? A reciprocidade entre a objetividade e a potência de uma subjetividade científica realizada com isenção se põe como solução do problema. Ora, assim como as condições objetivas precisam ser propícias (veja o caso de Aristóteles), também subjetivamente deve haver um indivíduo ou indivíduos subjetivamente isentos na medida do necessário ao desvelamento dos nexos objetivos. Não pode haver explicação apenas pelas circunstâncias, mas também pela subjetividade em condições de investigação científica livre, que resulte numa crítica como personificação do interesse da única classe que autenticamente pode revolucionar e precisa revolucionar o modo de produção capitalista, estabelecendo a abolição final das classes. Devemos recorrer novamente ao caso concreto de Aristóteles que, a despeito de todas as limitações de sua sociedade, foi capaz de atingir tamanho desenvolvimento científico, fornecendo elementos para a compreensão da necessária reciprocidade entre objetividade e subjetividade na explicação desse tipo de fenômeno que ora analisamos. Uma deve estar para a outra, destarte somente nessas dialéticas concretas se explicam o desenvolvimento científico.

Adicionalmente, é preciso afastar todo e qualquer mecanicismo dessa discussão. O fato de determinadas individualidades se encontrarem no ponto de vista das classes às quais

interessam a manutenção deste estado de coisas, não impede que possam fazer avaliações corretas. O próprio Marx (2013, p. 84) nos dá um exemplo, ao considerar os comentários de um Sr. Mayer:

Num folheto publicado durante a Guerra Franco-Alemã, o sr. Mayer, industrial vienense, economicamente situado do ponto de vista burguês, afirmou corretamente que o grande senso teórico, que é tido como um patrimônio alemão, abandonara completamente as ditas classes cultas da Alemanha para, ao contrário, ressuscitar na sua classe trabalhadora.

Basta lembrar-se de homens como Owen, a despeito de suas avaliações incorretas no campo prático, punha-se de um ponto de vista alternativo ao das personificações do capital. Pensemos em Engels, como um industrial que não apenas teorizava como também participava ativamente, junto ao seu amigo Marx, de iniciativas distintas em meio ao movimento dos trabalhadores. Quer dizer, embora tendencialmente determinadas posições sociais possam fornecer elementos que, uma vez transpostos para as subjetividades, passam a guiar as ações dos homens, aquele espaço para a subjetividade (conforme apontamos algumas vezes) é persistente dentro de certos limites dados pela própria objetividade. Em outros termos, é possível haver uma potência científica nascida de individualidades que personificam os interesses do capital, dadas as condições objetivas e subjetivas. A questão é sempre a de saber em qual medida essa potência é prejudicada pelos interesses das classes mais afeitas à manutenção de suas posições privilegiadas. Mas são os casos concretos que podem dar o veredito final a este respeito. É preciso dizer, também que de modo algum o fato de Engels personificar na prática dos negócios os interesses do capital na qualidade de um industrial, herdeiro de seu pai, pode ser alterado pelo simples fato de ele subjetivamente estar em condições de apresentar uma isenção científica do tipo sobre o qual temos falado. O importante é destacar que absolutamente não se trata de um mecanicismo, determinismo e coisa semelhante, conforme o irracionalismo, a má compreensão e também a má vontade costumam enaltecer alegadamente como um traço marcante de Marx. Nada é mais equivocado e demos muitos motivos para sustentar nossa tese.

Simultaneamente, não se trata de um mero ponto de vista do trabalho, de um “trabalhismo”, ou coisas afins, porque não se configura meramente outra epistemologia. Trata-se de uma subjetividade científica, em condições de isenção, que personifica um interesse social ao qual cabe a verdade por de trás das aparências, ao qual interessa o desinteresse na manutenção deste estado de coisas e, portanto, a necessidade de desvelar aquelas formas de manifestação. O filósofo alemão identifica na classe trabalhadora do século

XIX o sujeito com mandato social capaz de, ao transformar o modo de produção, superar as formas de personificação estranhadas, tais como a do próprio capitalista na sua relação com os demais de sua classe, assim como na sua relação com as demais classes. O “método materialista e, portanto, científico” (MARX, 2013, p. 446, nota 89) tem algo de operativo nestes termos já que, como antes, “a figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado” (MARX, 2013, p. 154). Marx, assim como muitos homens e mulheres, foi e é uma individualidade tangente à subjetividade deste tipo, científica – que não é morta e, portanto, está submetida constantemente à autocrítica como princípio interior; e a história do marxismo prova-a. E é preciso novamente sermos enfáticos que a aceção de imparcial e desinteressado em nada expressa as exigências de neutralidade e liberdade de valores ou ainda ausência de juízo de valor dominantes por toda a ciência burguesa do século XX. As condições de isenção subjetiva é um traço decisivo do rigor científico do qual não devemos abrir mão uma vez que se corre o risco de fazer coro ao irracionalismo que hoje assume feições de um imperativo das subjetividades individuais e plenamente adequado ao atual estágio da luta de classes, hoje secundarizada à luta política.

Para efeito de desfecho dessa discussão sobre a ciência, observemos que a potência científica só se explica pela reciprocidade entre objetividade e subjetividade, na qual ambos os lados dessa unidade precisam apresentar condições propícias. Mas seria mesmo possível dizer que, em última instância, a própria objetividade das relações sociais são condições mais ou menos propícias para o desenvolvimento de subjetividades científicas como as que tratamos, de modo que nessa reciprocidade é a objetividade social que desempenha a preponderância. Em termos bastante gerais, portanto, é a qualidade das relações sociais que determina a potência de uma subjetividade científica. Alguns exemplos históricos são marcantes e basta comparar o próprio capitalismo como território mais propício ao desenvolvimento científico quando posto lado a lado com o sistema feudal, a despeito do fato de que no modo de produção do capital é contraditoriamente o próprio capital que ativa a ciência para os seus fins e de que a formação das classes religiosas no medievo atingia graus hoje invejáveis. Tenhamos em mente também a Renascença e a explosão da aplicação científica e artística nos mais variados ramos, já num período de largo desenvolvimento do mercantilismo no preambulo do capitalismo (séculos XIV, XV e XVI). Adicionalmente, chamamos a atenção para o operatório de um padrão de cientificidade em que a subjetividade

manifesta por meio de uma “investigação [que] tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno” (MARX, 2013, p. 90). Terminado o trabalho de investigação, a subjetividade também é mediação para a exposição adequada do “movimento real” na forma científica. Ambas, investigação e exposição, são operatórios da consciência científica – o que inclui a força da abstração e outros meios à disposição –, mas a isenção subjetiva em reciprocidade às condições objetivas é que determina a potência desse trabalho da ciência. A maior potência possível significa o desvelamento das aparências e a captura dos nexos reais, mas jamais as descobertas daí derivadas alteram por si o caráter reificado das relações entre os homens. A ciência não é mais do que um instrumento para os homens revolucionários e faz parte da luta pela abolição da sociedade baseada em classes.

4. CONCLUSÃO

Todo trabalho científico está sujeito às condições objetivas e subjetivas de seu fazer. A própria finalidade (em seu sentido menor, como objetivo formal do trabalho de tese) fornece os limites não muito claros que guiam e orientam algumas escolhas que necessariamente precisam ser feitas. A opção por tratar do complexo problema da relação entre objetividade e subjetividade n' *O capital* é, sob certo ponto de vista, algo muitíssimo arriscado uma vez que inexistiria em Marx algum tratamento da dimensão subjetiva. Logo, como natimorto, o trabalho de investigação carregaria desde o início sua negação radical.

Os limites são mais do que óbvios: não seria possível esgotar o problema no material em pauta, mas tão somente identificar e desenvolver sempre que possível aqueles momentos por meio dos quais apreenderíamos melhor o relacionamento entre objetividade e subjetividade nos lineamentos da obra magna. Deste ângulo, porém, ao aproximar d' *O capital* sem os preconceitos da moda, sem inclinações hostis como ponto de partida e sem uma leitura colonizada por um voluntarismo ou ainda por um psicologismo, a riqueza das análises marxianas de inúmeras determinações concretas, como bem mostrou Chasin, revela que o próprio material em questão torna-se incompreensível se forem rompidas as cadeias de nexos reais no interior da unidade entre ser e pensar, entre objetividade e subjetividade mediadas pelo atuar efetivo no interior e por meio de relações sociais historicamente determinadas e em esferas sociais também particulares. Cindir a unidade e suas reciprocidades é como esperar que, em última instância, Pedro se torne Pedro sem a presença de Paulo e do mundo que os rodeia. Demos provas razoáveis para determinar que o ser não é apenas condição para o pensar, mas é condição ativa, e isso ganha ainda mais autenticidade no mundo social em que as próprias relações sociais particulares nos casos históricos são tal condição ativa, que condiciona e fornece as categorias ao pensar. Nunca como reflexo mecânico, a consciência dos homens se constitui pela vida que eles levam e é momento ineliminável desse auto-constituir dos homens; o que os homens fazem, assim são eles.

A alegação que Marx poderia ser reduzido a um objetivista só prova a completa ausência de qualquer esforço honesto de compreensão dos lineamentos marxianos pela trama própria do seu pensamento. Destarte, percebemos que a busca dos estudiosos marxistas das organizações pela subjetividade fora de Marx também é um equívoco de leitura. A exigência poderia ser resumida nestes termos: como foi o jovem Marx que desenvolveu algo sobre a subjetividade e como apenas na maturidade o autor alemão alcançou alguma cientificidade, é

ausente uma teoria da subjetividade humana mesmo no estágio mais avançado do pensamento marxiano. Esta tese, apresentada sob muitas formas, é, como vimos, algo infame. Marx não poderia mesmo fornecer uma teoria da subjetividade humana porque parte da unidade ontoprática entre objetividade e subjetividade e não poderia dar um tratamento exclusivo a algo que não é autônoma e não tem, por si mesmo, lógica própria. Por isso que “não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo” (1974, p. 136). O pensar, mesmo no singular, não se dá sem ter por condição ativa as relações sociais específicas, sem uma sociabilidade e suas relações e contradições materiais. Por este e outros motivos, o argumento típico de Burawoy segundo o qual Marx apreendeu, por exemplo, o comando do capital sobre o trabalho de modo objetivo porque era assim que o problema se apresentava no século XIX e que no século XX o problema se apresentou de outro modo quando o controle se tornou essencialmente subjetivo, alcança os limites da frivolidade já que supõe que os trabalhadores, mesmo antes do capitalismo e nas formas puramente virulentas (como a escravidão), engajavam-se no trabalho forçado sem suas cabeças. Mas pudemos apreciar por meio da letra os processos ligados à formação da classe trabalhadora no capitalismo e como o momento subjetivo é ineliminável de uma compreensão razoável da lógica do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo.

Tenhamos em mente a excitação e emulação dos espíritos pelo trabalho conjunto na cooperação simples, a entrada da subsunção real do trabalho ao capital na produção do mais-valor relativo e a necessária conversão dessa cooperação capitalista em objeto da função de direção sobre o trabalho combinado, o que inclui o caráter social do homem. Tenhamos em mente, como Marx sinalizou, o crescimento da resistência dos trabalhadores e, com ela, o desenvolvimento de pressão do capital para superá-la, e logo de meios mais ou menos adequados tendo a finalidade de maior valorização possível do capital. Lembremos que tais meios percorrem o caminho de uma coação direta na constituição do capitalismo para método de exploração mais “civilizado e refinado”. Em suma, Marx não poderia determinar tais métodos do capital para superar a resistência dos trabalhadores como essencialmente subjetivos porque a dimensão da subjetividade não existe sem a objetividade e sem a mediação da atuação efetiva e nossa discussão sobre as personificações, por exemplo, é decisivamente útil para desenvolver este problema, como a questão do salário, das limitadas alternativas “dentro e fora” das categorias econômicas, tendo em vista o caráter sempre aproximado do conhecimento que orienta e que se desenvolve por mediação do próprio atuar. Além do mais, é razoável lembrar também que a dominação pressupõe a apropriação da

vontade, e que mesmo as formas mais claramente repressoras pressupõem o momento subjetivo e não sua ausência. Por último, mas sem esgotar todas as possibilidades a serem ressaltadas, lembremos que o capital é uma relação social e não um determinante puramente técnico, de modo que a relação entre capital e trabalho não opera a despeito do momento subjetivo, seja considerando o trabalhador isoladamente seja no trabalho combinado ou ainda nas expressões de classe, como os movimentos de resistência do trabalho ao capital (ou também societariamente, com o papel do estado, da educação etc.). Só não captura o relacionamento entre objetividade e subjetividade nessa curta retomada que ora fazemos uma subjetividade acadêmica já colonizada por irracionalismos de muitos sobrenomes, que projeta sobre o engajamento da força de trabalho nas variadas formas da produção social sua própria condição de operar “acefalamente”.

Portanto, é um erro, ainda que consciente, retirar a dimensão da subjetividade como foi o caso de Braverman. Erro maior ainda é clamar por uma teorização autônoma da subjetividade ou por uma mudança de peso (Burawoy apelando para Gramsci), exigência esta feita sob as vestes de algum reconhecimento de uma abstrata “interdependência” (Willmott) entre os momentos objetivo e subjetivo, sem mencionar a impotência científica manifesta na irresolubilidade da “omissão da subjetividade”. Se inspirados ou não na “cesura epistemológico”, o fato é que a cisão entre objetividade e subjetividade encontra pleno sentido do ponto de vista do epistemologismo. Radicar Marx, dividido em dois, em quadrantes paralelos é não apenas desconhecer profundamente os traços fundamentais do materialismo de tipo específico que se desenvolve com Marx pela crítica e rearticulação a partir de Hegel e Feuerbach, como também ser muito mais propenso às soluções exógenas ao pensamento marxiano do que ao desenvolvimento de suas próprias bases frente a determinados problemas identificados. Seguindo esta última tendência, a identificação (errada por sinal) de não haver em Marx uma apreensão da subjetividade é irmã siamesa daquela que afirma não haver no alemão de Trier elementos suficientes para a compreensão da superestrutura (algo que aguarda também investigação dedicada). Ao invés de buscar desenvolver o problema aparentemente identificado a partir das próprias bases marxianas, faz-se confissão de impotência ao enxertar coisas estranhas e muitas vezes amplamente incoerentes com a posição de uma crítica que representa a “classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes” (MARX, 2013, p. 87). Demos provas razoáveis de que é preciso retomar Marx por ele mesmo e desenvolver coerentemente o projeto fundamental e a forma mais razoável pela qual pode mover-se autenticamente a

ciência, isto é, de se “apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (MARX, 2013, p. 90), conforme discutimos com alguns outros detalhes.

Mas este movimento não encontra território fértil tão facilmente. Como os chamados Estudos Organizacionais são uma parcela menor no interior da Administração, sofrem restrições bastante objetivas para o desenvolvimento de investigações mais dedicadas ao pensamento de um único autor, como foi o caso da presente exposição. Isso se dá pelas próprias características empiristas e também técnicas que marcam formalmente a área e sua subárea. O resultado é que se contenta com os movimentos feitos em outras dimensões das ciências sociais em que vigora o epistemologismo e também algum ecletismo com área de cientificidade, além das muitas formas de irracionalismos acadêmicos. Mas sem essas retomadas, propagam-se os preconceitos e os mal-entendidos e, o que é pior, vitima-se de alguma maneira os próprios movimentos práticos que se inspiram de modos adversos no pensamento que se armou pela primeira vez por meio da letra de Marx.

Para além dessas justificativas, podemos traçar os elementos fundamentais ainda que provisórios.

Sem a menor condição de resolver em absoluto, a investigação permite esboçar que não se compreende bem o complexo relacionamento categorial em pauta sem uma apreensão das anterioridades concretas. Quer dizer que é preciso considerar, por princípio, como dada a objetividade do mundo inorgânico e orgânico. Como anterioridade ontológica ao ser social como plataforma decisiva para o desenvolvimento da subjetividade autenticamente humana, estes seres fixam as condições e condicionam a partir de suas propriedades e legalidades próprias as possibilidades do mundo social. Por isso, objetividade e, depois, subjetividade; uma relação de pressuposição real.

O caráter genérico do homem como ser social autêntico – descontados os rompantes limitados do mundo orgânico – implica um progressivo avanço sobre a materialidade por meio da atuação histórica do gênero sobre a natureza e, depois, do gênero sobre si mesmo, ainda que neste último caso não tenha logrado o mesmo êxito até o presente momento. É apenas por meio desse atuar efetivo que progressivamente o homem se fez humanizado: a natureza como condição alterada pelo atuar, sujeito que atua também agora alterado, atuação alterada por mediação da subjetividade porque não se pode esperar que o próprio atuar se

conforme entidade de vontade própria. Assim, aquilo que era apenas condição de possibilidade converte-se em coisa posta pela atuação objetiva.

Essa prática efetiva é, por fundamento e princípio, a mediação entre objetividade e subjetividade, seja na forma do trabalho mediante a natureza seja na forma das diferentes práticas sociais, como bem mostrou Chasin a partir principalmente dos textos anteriores a *O capital*. O que torna o homem ser genérico é a atuação genérica do homem para além dos limites naturais, apropriação para além dos limites corpóreos, das carências imediatas. Com o avanço desse atuar, não sem contradições e retrocessos em variadas direções, tais limites recuam cada vez mais, e este recuar pressupõe a gradativa expansão das potências subjetivas que atuam não apenas sobre a objetividade imediata mas também sobre o próprio atuar, aperfeiçoando-o. Isto é ainda mais verdade quanto mais socializado for o homem de modo que mais e mais a subjetividade medeia a relação de seu atuar com a objetividade, mas nunca a ponto de eliminar sua condição fundamental, a prática efetiva, nem abstrair os condicionantes advindos da objetividade e desse seu atuar, pois é este último, socialmente determinado, a forja das categorias com as quais a subjetividade opera e guarda, por isso mesmo, a potência transformadora das coisas, sempre, porém, por mediação de sua prática, da confirmação e realização objetivas.

A investigação aqui realizada mostra que, por isso, não existe em Marx uma autonomização do subjetivo, não é tomado como pura singularidade, não há uma teoria geral senão a consideração do relacionamento recíproco nos casos concretos requeridos na exposição da lógica do capital, isto é, a dialética entre objetividade e subjetividade respeita a trama própria da materialidade dos momentos particulares e também historicamente determinados. Comparado a isso destacamos aquela impotência confessada, pois ao invés de buscar explicitar a dialética entre objetividade e subjetividade nos casos concretos de interesse para a pesquisa marxista, enxertou-se elementos estranhos às bases marxianas para dar conta de sua própria má compreensão dos problemas. O erro central não está em apelar para elementos externos – porque em alguma medida isso pode e deve ser feito em circunstâncias específicas (e.g. numa discussão sobre bioética) –, mas em não compreender a unidade entre os momentos da atuação humana em suas mais diversas esferas sociais.

Mas não basta colocar lado a lado objetividade e subjetividade mediadas pela prática social (incluindo o trabalho) dos homens, numa conciliação intelectualmente forçada e concretamente vazia, para apenas aparentemente contornar a acusação injustificada de

objetivismo e disfarçar as deficiências assumidas. Devemos destacar que a pesquisa sugere, ao contrário, que não se trata de uma mera “interdependência” abstrata, mas de algo mais problemático revelando uma relativa preponderância nessa relação. Por relativa queremos dizer: histórica. E considerando que preponderância não é determinação unidirecional, mecânica, mas peso no interior da unidade de reciprocidade, não é incoerente considerar dois aspectos:

1. A objetividade é ontologicamente pressuposto para qualquer evento subjetivo. Não é possível haver pensamento sem a materialidade do ser. 2. A existência do ser (em nosso caso, relações sociais reificadas) não são coisas passivas, estáticas e sem vida. Ao contrário, não apenas são a forja que faz o homem como também é a objetividade que perpetuamente está em reciprocidade com a subjetividade, condicionando-a e sendo condicionada por meio do atuar objetivo dos homens no interior dessas relações que também se alteram com novas alternativas de ação e, assim, tanto individualidade como relações sociais (cuja separação é problemática) vão reciprocamente se modificando, impulsionados no conjunto pelas contradições no interior dessas relações. As relações sociais possuem, pois, concretude para as subjetividades individuais de modo que um único indivíduo, ao exteriorizar sua subjetividade em prática social, é grandemente falível na alteração das suas relações. O caso das personificações mostra muito bem isso, uma vez no interior delas, deve-se se subordinar a finalidades que muitas vezes nem são tomadas conscientemente. O trabalho também mostra isso na medida em que a subjetividade deve se subordinar ao objetivo posto e relativamente às propriedades das coisas para retirar delas os efeitos desejados e não pode esperar que a legalidade seja outra porque sua vontade está dada no limite das possibilidades do atuar sobre a materialidade. Em outros termos, não pode esperar que a água se comporte como fogo para moldar o arco, não pode esperar fazer canhões com linho etc. Por fim, a ciência pode atravessar a névoa que encobre as trocas de mercadorias, mostrando aos homens o que fazem sem o saber, mas este conhecimento elaborado na subjetividade não altera por si só a própria reificação de suas relações sociais. Apenas a abolição prática dessas personificações elimina essa reificação, o que somente é possível pelo revolucionamento do modo de produção capitalista (o que inclui a cultura e outras dimensões da vida).

Tendo isso em mente, é transitivo considerar essa preponderância da objetividade como traço universal da atuação do homem no mundo natural e social. Não se trata de um disfarce para um alegado objetivismo, mas do reconhecimento de um traço ontológico da

existência social que tem por anterioridade necessária os seres inorgânico e orgânico e, ao mesmo tempo, do reconhecimento do peso das próprias relações sociais uma vez constituídas. É possível destacar, primeiro, que constatamos a unidade entre objetividade e subjetividade, unidade mediada pela prática efetiva. Segundo, que tal prática opera convertendo a subjetividade em objetividade e a objetividade em subjetividade, mas não sem contradições. E terceiro, que na unidade é persistente historicamente a preponderância da objetividade.

O movimento, que também histórico, está orientado, pelo próprio desenvolvimento progressivo das forças produtivas, a minorar sem extinguir completamente essa preponderância em áreas fundamentais da vida do homem. Se em relação à natureza, a subordinação às propriedades das coisas é também condição para uma maior manipulabilidade e controle sobre os efeitos e fenômenos, no mundo social a coisa se passa de outro modo. Ampliar a determinação da subjetividade, da vontade dos homens não divididos em classe, sobre a objetividade social (no caso da economia, o reino da necessidade) é uma possibilidade de superar a preponderância da objetividade social (quanto e como produzir em termos universais) em relação à qual hoje os homens não são mais do que meios. Nisto está a solução para a conversão dos homens em demiurgos de si mesmos. Mas não significa uma “libertação” em relação a essa objetividade. A liberdade está exatamente em controlar, de acordo com a vontade, a satisfação das necessidades sociais sem as contradições típicas impostas pela divisão em classes, liberando tempo e criando condições para o livre desenvolvimento dos indivíduos. Apenas deste modo o gênero rompe seu caráter atual de obstáculo como resultado do estranhamento entre os homens e pode se desenvolver por meio do avanço das próprias individualidades. Mas isso não significa eliminar a reciprocidade entre objetividade e subjetividade senão sua colocação em outra forma, superior, com outros problemas a serem postos já tendo iniciado a verdadeira história da humanidade. Quanto mais estiver desenvolvido o gênero humano, e com ele as individualidades, menor será a preponderância da objetividade particularmente ligada ao “reino da necessidade”, mas nunca algo que possa ser abolido. Trata-se de levar ao mínimo a preponderância da objetividade em qualquer uma de suas formas e ao máximo as expressões autênticas das individualidades livremente associadas, algo que só assume possibilidade pela constituição da comunidade humana sem os rasgos da dominação inumana imanente aos diferentes estágios de desenvolvimento da pré-história da humanidade.

Assim concluímos esta tese, certos de não esgotar a questão, mas empenhados em contribuir academicamente com a discussão a que nos propusemos. Muitas outras pesquisas são esperadas na mesma direção e em direção complementar, tais como a análise desta relação em outras obras marxianas, principalmente aquelas intituladas de maturidade como os *Grundrisse*, *Para a crítica da economia política*, *Teorias da Mais Valia*, *Manuscritos de 1861-1863*, *O capital* volumes 2 e 3 etc. Complementarmente, seriam bem-vindas pesquisas que se propusessem a investigação dos aspectos infra e supraestruturais na obra estudada e nas demais indicadas, isso pois, como já assinalamos, muitos alegam não existir no pensamento marxiano elementos suficientes para tratar da supraestrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKROYD, S. Less bourgeois than thou? A critical review of studying management critically. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, v.4, n.2, 2004.

ADLER, Paul S. Marx, Socialization and Labour Process Theory: A Rejoinder. In: *Organization Studies*. v. 28, n. 9, 2007, pp. 1387–1394.

ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: François Maspero, 1965.

ALVESSON, Mats; WILLMOTT, Hugh. Introdução. In: ALVESSON, Mats; WILLMOTT, Hugh. *Studying management critically*. London: Sage, 2003.

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: HARDY, Cynthia; CLEGG, Stewart; NORD, Walter (orgs). *Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.

ALVESSON, Mats; WILLMOTT, Hugh. *Studying management critically*. London: Sage, 2003.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BURAWOY, Michael. *Between the labor process and the state: the changing face of factory regimes under advanced capitalism*. *American Sociological Review*, v. 48, pp. 587-605, Oct. 1983.

BURAWOY, Michael. *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

BURAWOY, Michael. *The Politics of Production: Factory Regimes under Capitalism and Socialism*. London: Verso, 1985.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. *Sociological paradigms and organisational analysis*. London: Heinemann, 1994.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociedade do trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.6, n.17, pp.44-52, 1991.

CEPEAD - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Cursos > Doutorado > Linhas de pesquisa > *Estudos Organizacionais e Sociedade*. Disponível em: <https://www.cepead.face.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=284>. Acesso em: 21 de agosto de 2011.

CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, out/dez/2003.

ELLIS, Vaughan. Returning to the Heart of Labour Process Theory: The Changing Organisation and Experience of Clerical Work at British Gas (1966 – 2003). International Labour Process Conference, 22, 2004, Amsterdam. *Anais...* Amsterdam: University of Amsterdam, 2004.

FARIA, José Henrique de. *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIA, José Henrique de. *Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba: Criar Edições, 1987.

FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder: as práticas do controle nas organizações*. Curitiba: Juruá, 2004c.

FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder: fundamentos*. Curitiba: Juruá, 2004a.

FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. Curitiba: Juruá, 2004b.

FARIA, José Henrique de. *Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, José Henrique de. *O autoritarismo nas organizações*. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.

FARIA, José Henrique de. Os fundamentos da Teoria Crítica: uma introdução. In: FARIA, José Henrique de (org). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIA, José Henrique de. *Tecnologia e processo de trabalho*. Curitiba: Editora UFPR, 1992.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como Organização, Poder e Controle. In: XXXIV Encontro da ANPAD, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Gênese e estruturação da organização burocrática na obra de Maurício Tragtenberg. In: XXXIII Encontro da ANPAD, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.

FERDINAND, Daniel; MUZIO, Daniel; MAHONEY, Jason. Studying management critically (Special book review). *Organization Studies*, v. 25, n. 8, pp. 1455-1465.

FERREIRA, Pedro Roberto. Anotações para um socialismo libertário. In: SILVA, Doris Accioly e; MARRACH, Sonia Alem (orgs). *Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GANDLER, Stefan. Releer a Marx en el siglo XXI: fetichismo, cosificación y apariencia objetiva. *Dialéctica, nueva época*, ano 30, n. 38, 2006.

GREY, Christopher. The future of critique in organization and management theory: From nostalgia to aesthetics. *First international critical management studies conference*, Manchester, 1999.

KNIGHTS, David. Subjectivity, power and the labour process. In: KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh (orgs). *Labor Process Theory*. London: Macmillan Press, 1990.

KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh. Introduction. In: KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh (orgs). *Labor Process Theory*. London: Macmillan Press, 1990.

LEME, Bibiana. Nota da Editora. In: MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, Michael. Prefácio à edição brasileira. In: MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *Estética 1: La peculiaridade de lo estético – Cuestiones preliminares y de principio*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1982.

LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora das Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: *Os pensadores*. v. 35. São Paulo: Abril Cultura, 1974a.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Marx, Karl. *Notes on Adolph Wagner's "Lehrbuch der politischen Ökonomie"*. Collected Works, vol. 24, 1989.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política – prefacio. In: *Os pensadores*. v. 35. São Paulo: Abril Cultura, 1974b.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. *Trabalho e educação em Maurício Tragtenberg*. Paraná: UFPR, 2009 (tese de doutorado).

NEOS - Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade. *Grupos*. Disponível em: <<https://www.cepead.face.ufmg.br/nucleos/neos/site/>>. Acesso em: 21 de agosto de 2010b.

NEOS - Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade. *Quem somos*. Disponível em: <<https://www.cepead.face.ufmg.br/nucleos/neos/site/>>. Acesso em: 21 de agosto de 2010a.

- O'DOHERTY, Damian. Revitalising Labour Process Theory: A Prolegomenon to Fatal Writing, *Culture and Organization*. v. 15, n. 1, 2009, pp. 1-19
- O'DOHERTY, Damian; WILLMOTT, Hugh. Debating Labour Process Theory: the issue of subjectivity and the relevance of poststructuralism. *Sociology*. v. 35, n. 2, 2001, pp. 457-476.
- PAÇO-CUNHA, Elcemir. Duas críticas anti-antinômicas ao debate objetividade-subjetividade nos Estudos Organizacionais. In: XXXII Encontro da ANPAD, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- PAÇO-CUNHA, Elcemir. Estatuto Filosófico da Organização ou Para uma Crítica aos Estudos Organizacionais. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPAD, 2008.
- PAÇO-CUNHA, Elcemir. *Gênese, razoabilidade e formas mistificadas da relação social de produção em Marx: a organização burocrática como abstração arbitrária*. Belo Horizonte: UFMG, 2010 (tese de doutorado).
- PAÇO-CUNHA, Elcemir. *O webero-marxismo nos estudos organizacionais brasileiros*. Juiz de Fora, mimeo, 2011.
- PAÇO-CUNHA, Elcemir; BICALHO, Renata de Almeida. Aproximação Possível e Afastamento Necessário entre a Teoria Crítica Frankfurteana e a Psicanálise de Enriquez. In: XXXII Encontro da ANPAD, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2008.
- PAES DE PAULA, Ana Paula; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque; BARROS, Amon Narciso de. Pluralismo, pós-estruturalismo e “gerencialismo engajado”: os limites do movimento critical management studies. *Cad. EBAPE.BR*, Set 2009, v.7, n.3, pp.393-404.
- PARKER, Martin. *Against Management*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- PARKER, Martin. Business, ethics and business ethics: critical theory and negative dialectics. In: ALVESSON, Mats; WILLMOTT, Hugh. *Studying management critically*. London: Sage, 2003.
- RAGO FILHO, Antonio. Apresentação. In: MARX, Karl. *A Guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SANTOS, Cláudio Felix dos. A construção da individualidade/subjetividade nos sujeitos sociais. *Seara* (Salvador), v. 1, p. 3, 2008.
- SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. *Revista Outubro*, São Paulo, v. 7, 2002.
- WILLMOTT, Hugh. Subjectivity and dialectics of praxis: opening up the core of labour process analysis. In: KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh (orgs). *Labor Process Theory*. London: Macmillan Press, 1990.